

> SETAS - 000029 <

Nº 56, segunda-feira, 25 de março de 2019

Diário Oficial do Distrito Federal

PÁGINA 31

FONTE DE RECURSO: Recursos Próprios, CÓDIGO: 11.101.000.000-3. ENTREGA: 3045 dias. VIGÊNCIA: 365 dias. ABERTURA: 05/04/2019, às 15 horas no site www.comprasnet.gov.br. INFORMAÇÕES: O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site: www.caesb.df.gov.br - menu Licitações, a partir do dia 25/03/2019. Fone: (61) 3213-7233. E-mail: licitacao@caesb.df.gov.br. PAULO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS
Preçoso

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
A Caesb toma público que o Pregão Eletrônico PE 06/2018-CAESB, processo nº 092.00419/2018, realizado no site: www.comprasnet.gov.br (UASG: 974200), tipo de licitação: menor preço, para o registro de preços para aquisição de ferramentas manuais (alicate, cassetado, caixa de ferramentas, chave de fenda, chave para tubos, jogo com seqüentes, jogo de chaves e outros), foi revogado por tratar-se de licitação fracionada.

PAULO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS
Preçoso

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA (*)
O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, convoca os interessados para a Audiência Pública, com vistas à apresentação e debate do Projeto de Lei Complementar que define os critérios e parâmetros urbanísticos gerais para a implantação de infraestrutura de suporte para redes de telecomunicações no Distrito Federal. A Audiência será realizada no dia 25 de abril de 2019, às 14h, na sede da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, localizada no SCS Quadra 06 Bloco "A" - Brasília/DF, Sala de Reuniões, 2º andar. As informações necessárias para subsidiar o debate poderão ser acessadas por meio do link: <http://www.eduhb.df.gov.br/audiencias-publicas> e informações complementares por meio do Processo SEI nº 0390-00083/2018.

MATEUS LEANDRO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado

(*) Republicado por ter sido encaminhado com incorreção no original, publicado no DODF nº 50, de 15/03/2019, pág. 33.

SUBSECRETARIA DA CENTRAL DE APROVAÇÃO DE PROJETOS

EXTRATO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO SOBRE IMÓVEL DO DISTRITO FEDERAL Nº 04/2019
PROCESSO: 0141.0026462013; PARTES: O DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, e CIPIO - CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA na qualidade de concessionária. DO OBJETO: O Contrato tem por objeto a Concessão de Direito Real de Uso da área contigua à Projeto "E", da Superquadra Noroeste 310 (treze e dez) - SQNW 310, do Setor de Habitações Coletivas Noroeste (SHCNW), mantida sob o nº 105.531, no Canteiro do 2º Ofício do Registro de Imóveis do DF, de forma não onerosa, a área pública de 2.269,09 m² em nível de subsolo para Garagem, 942,24 m² em nível de espaço aéreo para Varanda e Expansão de Compartimento e 182,70 m² também em espaço aéreo para laje técnica, totalizando 3.394,03 m² conforme o Informativo de Aprovação de nº 324/2016 (Documento SEI nº 15600442), conforme especifica a Planta de Situação/Locação do projeto de arquitetura aprovado pela Coordenadora de Arquitetura da Central de Aprovação de Projetos (Folha nº 266), em 21/07/2016, e a Justificativa de Inexigibilidade de Licitação (Documento SEI nº 17379291), que integram o processo administrativo acima referenciado. DA DESTINAÇÃO: As áreas em avanço de, subsolo e espaço aéreo objeto do presente Termo, segundo a Justificativa de Inexigibilidade de Licitação (Documento SEI nº 17379291), destinam-se exclusivamente a garagem, Varandas e Expansão de Compartimento e Instalação Técnica - Laje Técnica, hipóteses previstas nos incisos I, III "b" e IV do art. 4º da Lei Complementar nº 755/2008) e sua utilização deve ser feita em estrita observância às respectivas normas urbanísticas. DO VALOR: As áreas em avanço de subsolo, Solo e Espaço Aéreo para Garagem, Varandas e Expansão de Compartimento e Instalação Técnica - Laje Técnica conforme disposto nas hipóteses previstas nos incisos I, III "b" e IV do art. 4º da Lei Complementar nº 755/2008, de 28 de janeiro de 2008. DATA DE ASSINATURA: 20/01/2019. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: LUIZ OTAVIO ALVES RODRIGUES, na qualidade de Subsecretário da Central de Aprovação de Projetos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal e pela Concessionária: MARCIO SALOMÃO e MARTHA RODRIGUES SALOMÃO.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2019
Processo: 80392.00001414/2019-76 - Contratante: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - CODHAB/DF- CNPJ 09.335.575/0001-30; Contratada: SETE DE JULHO INSTALAÇÕES COMERCIAIS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.613.559/0001-76. Objeto: o fornecimento, instalação, manutenção, montagem e desmontagem de divisórias e revestimentos melamínicos sobre alvenaria nas Dependências do CONTRATANTE. Fundamentação Legal: conforme Edital de Pregão Eletrônico nº 024/2018, nos termos da Ata de Registro de Preços BRB-2018/026. Dotação Orçamentária: UO 28.209. Programa de Trabalho: 16.122.6001.8517.9625. Natureza da Despesa: 33.90.39 e 44.9052 Fonte: 100 e 220. Notas de Empenho iniciais R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais) conforme Nota de Empenho nº 2019NE00212, emitida em 14/03/2019; R\$ 3.120,00 (três mil cento e vinte reais) conforme Nota de Empenho nº 2019NE00211, emitida em 14/03/2019 e R\$ 16.520,00 (dezesseis mil quinhentos e vinte reais) conforme Nota de Empenho nº 2019NE00210, emitida em 14/03/2019. Valor do Contrato: R\$ 58.410,00 (cinquenta e oito mil, quatrocentos e dez reais). Modalidade: Estimativa. Emissão: 400091. Data da Assinatura: 21/03/2019. Vigência: 12 (doze) meses. Signatários: Pela CODHAB/DF: Wellington Luiz de Souza Silva, na qualidade de Diretor-Presidente; Pela Contratada: Wilson Soares da Consolidação, na qualidade de Sócio Gerente.

EDITAL Nº 17 /2019

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais, com fundamentação na Lei nº 3.877/06, de 26 de junho de 2006, que dispõe sobre a Política Habitacional do Distrito Federal, resolve: TORNAR PÚBLICA a CONVOCAÇÃO de 11 (onze) candidatos indicados pelas entidades AHSERC e MUMUD-DF para compor EXCLUSIVAMENTE a demanda do projeto em Samambá, referente aos Editais de Chamamento nº 15/2013 e 18/2013, no período compreendido entre 18/03/2019 a 30/04/2019.

Brasília/DF, 21 de março de 2019.
WELLINGTON LUIZ
Diretor-Presidente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html> pelo código 50012019032500031

EDITAL Nº 18 /2019

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais, com fundamentação na Lei nº 3.877/06, de 26 de junho de 2006, que dispõe sobre a Política Habitacional do Distrito Federal, resolve: TORNAR PÚBLICA a CONVOCAÇÃO de 889 candidatos indicados pela entidade representante AMMVS para apresentar documentação em atendimento aos requisitos da Lei distrital nº 3.877/2006, via aplicativo CODHAB/DF, a fim de compor a demanda do projeto Riacho Fundo II - 4ª etapa, no período compreendido entre 25/03/2019 a 08/05/2019, até às 18 horas. A listagem dos convocados se encontra disponibilizada no Portal www.codhab.df.gov.br.

Brasília/DF, 20 de março de 2019.
WELLINGTON LUIZ
Diretor-Presidente

EDITAL Nº 19 /2019

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais, resolve: TORNAR PÚBLICA a HABILITAÇÃO de 07 (sete) candidatos, sendo 04 da entidade MUMUD-DF, 02 entidade AHSERC, e 01 da entidade AMS que entregaram a documentação exigida para compor EXCLUSIVAMENTE a demanda do projeto Samambá.

Brasília/DF, 20 de março de 2019.
WELLINGTON LUIZ
Diretor-Presidente

EDITAL Nº 20 /2019

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, representado pela COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais, resolve: TORNAR PÚBLICA a habilitação do candidato Alessandro Inácio Andrade - CPF nº 001.XXX.XXX-93, especificamente para o projeto Riacho Fundo II - 4ª etapa, por determinação da 5ª Turma Cível do TJDF - processo judicial nº 20160110713044.C

Brasília/DF, 21 de março de 2019.
WELLINGTON LUIZ
Diretor-Presidente

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo: 392.000.1859/2017; Interessado: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL; Assunto: Renovação da assinatura de ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública para atender a CODHAB/DF. Ratifico, nos termos do artigo 107 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC/CODHAB, em consonância com a Lei nº 13.303/2016, para que adquira a eficiência necessária, a Inexigibilidade de Licitação de que trata o presente processo, com fulcro no caput, do artigo 106 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC/CODHAB, conforme justificativa constante dos autos em epígrafe, no valor de R\$ 15.980,00 (quinze mil novecentos e oitenta reais) a favor da Empresa NP Capacitação e Soluções Tecnológicas Ltda, inscrita no CNPJ nº. 07.797.967/0001-95. Em 18 de março de 2019. WELLINGTON LUIZ DE SOUZA SILVA - Diretor-Presidente, MAURO DE PAULLO DA ROCHA - Diretor de Assistência Técnica, JOAO MONTEIRO NETO - Diretor de Produção Habitacional, RAFAEL VENUTO GONÇALVES SOBENES - Diretor Imobiliário, ZENOBIO OLIVEIRA ROCHA - Diretor de Administração e Gestão e LEONARDO PIERRE FIRME - Diretor de Regularização de Interesse Social.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO 2019NE0023 (*)
PROCESSO: 00150.00001181/2019-87. Das Partes: SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL; CNPJ nº 03.658.028/0001-09 e Sr. ADÃO CANDIDO LOPES DOS SANTOS-CPF nº 572.717.040-00. Do Objeto: concessão de diárias ao Exmo. Sr. Secretário de Cultura Adão Cândido Lopes dos Santos, a fim de participarem do South By Southwest - SXSW, na cidade de Austin, no Texas - EUA, Evento de Economia Criativa e Tecnologia. Prazo: 348 dias. Valor: R\$ 11.453,75 (onze mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e setenta e cinco centavos). Da Classificação Orçamentária: UO 16103; Gestão: 00001. Programa de Trabalho nº 13.392.6219.2831.0001; Fonte 100000000. Natureza de Despesa 339014; Modalidade: Ordinária. Data da Emissão da Nota de Empenho: 19 de março de 2019.

(*) Republicado por ter sido encaminhado com incorreção no original, publicado no DODF nº 54, de 21/03/2019, página 36.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 00095/2019

PROCESSO: 00150-00006429/2018-15. Das Partes: FUNDO DE APOIO A CULTURA-SEC, CNPJ nº 03.658.028/0001-09 e o/a beneficiário/a MARIA OLIVEIRA VILLAR DE QUEIROZ - CPF nº 856.115.651-15. Do Objeto: Concessão de apoio financeiro para a realização do projeto "CASEADO PRA MAMULENGO NA CASA DO CONTADOR". Do Valor: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Da Classificação Orçamentária: UO 16903; Gestão: 23903; Programa de Trabalho nº 13.392.6219.4091-0012 - Apoio a Projetos Artísticos e Culturais; Fonte 100; Natureza de Despesa 33.90.48; Modalidade: Ordinária; Data da Emissão da Nota de Empenho: 20/03/2019; Ordenador Responsável: JOSÉ CARLOS PRESTES.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 00097/2019

PROCESSO: 00150-0000930/2018-33. Das Partes: FUNDO DE APOIO A CULTURA-SEC, CNPJ nº 03.658.028/0001-09 e o/a beneficiário/a PAULO RAFAEL LESSA FIGUEIROA - CPF nº 005.915.971-52. Do Objeto: Concessão de apoio financeiro para a realização do projeto "DIVULGANDO CD LADO ALADO". Do Valor: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Da Classificação Orçamentária: UO 16903; Gestão: 23903. Programa de Trabalho nº 13.392.6219.4091-0012 - Apoio a Projetos Artísticos e Culturais; Fonte 100; Natureza de Despesa 33.90.48; Modalidade: Ordinária; Data da Emissão da Nota de Empenho: 20/03/2019; Ordenador Responsável: JOSÉ CARLOS PRESTES.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO Nº 00100/2019

PROCESSO: 00150-0000949/2018-80. Das Partes: FUNDO DE APOIO A CULTURA-SEC, CNPJ nº 03.658.028/0001-09 e o/a beneficiário/a JAIME ERNEST DIAS - CPF nº 144.821.041-15. Do Objeto: Concessão de apoio financeiro para a realização do projeto "DO PLANO PILOTO A CAMPO DE OURIQUE". Do Valor: R\$ 39.780,00 (trinta e nove mil, setecentos e oitenta reais). Da Classificação Orçamentária: UO 16903; Gestão: 23903. Programa de Trabalho nº 13.392.6219.4091-0012 - Apoio a Projetos Artísticos e Culturais; Fonte 100; Natureza de Despesa 33.90.48; Modalidade: Ordinária; Data da Emissão da Nota de Empenho: 20/03/2019; Ordenador Responsável: JOSÉ CARLOS PRESTES.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

> SETAS - 000030 <

Jornal de Brasília

Brasília, segunda-feira, 25 de março de 2019

CLASSIFICADOS

19

1º REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL
LUIZ GUSTAVO LEÃO RIBEIRO - REGISTRADOR
PAULO LEANDRO LUIZ RIBEIRO - LUIZ CARLOS DA COSTA SUBSTITUTOS

EDITAL DE INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO (PRAZO DE 15 DIAS)

LUIZ GUSTAVO LEÃO RIBEIRO, Oficial do 1º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, nos termos do § 4º do art. 20 da Lei nº 9.314/97, pelo presente edital vem INTIMAR/NOTIFICAR TILKS, brasileiro, divorciado, contador, CPF nº 152.834.291-72, residente em local incerto e não sabido, para que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da leitura a última publicação deste edital, elabore a purgação do mora, mediante o pagamento das importâncias relativas às parcelas vencidas e não pagas relativamente à escritura pública de compra e venda com alienação fiduciária em garantia datada de 01/10/2013, arrolamento registrado no cartório imobiliário (R.4 e R.5 do matrícula nº 155.060), cujo débito principal corresponde ao valor de, no total, R\$ 35.910,71 (trinta e cinco mil novecentos e dez reais e setenta e um centavos), devendo ser anexada aos parâmetros que versarem até o efetivo pagamento, devidamente atualizados, além dos encargos legais, inclusive tributos, as contribuições condominiais, os despesas de interdição e publicação de edital e os emolumentos, sob pena de ser consolidada a propriedade fiduciária do imóvel denominado SALA Nº 111 DO BLOCO "B", NO CONJUNTO "C", DA LO-113/913 DO SEP/SUL, em favor da empresa EMPRAVI PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA, com sede neste Capital, CNPJ nº 10.310.740/0001-88, com base no disposto no § 7º do art. 26 da Lei nº 9.314/97. A purgação do mora deverá ser efetuada nesta mesma escritura registral, situada no SETOR COMERCIAL SUL - QUADRA DE - BLOCO "B-60" - SALA 204-A - ED. VEMANCO 2000 - BRASÍLIA/DF - CEP 70333-900 - Fone: 2102.2100. Brasília, 15 de março de 2019.

Luiz Gustavo Leão Ribeiro
Oficial

SINDUSCON-DF
SINDUSCON-DF COMPLETA 5 ANOS

Um mês de comemoração completa do SINDUSCON-DF, entidade que atua no mercado imobiliário brasileiro, promovendo a integração entre produtores, construtores e compradores de imóveis residenciais e comerciais.

Paralelo, outubro 2011
Cláudio Góes
Presidente SINDUSCON-DF

Classificados do Jornal de Brasília
Lique e anuncie
3343-8008
HORÁRIO DE ATENDIMENTO
SEGUNDA A SEXTA DAS 8h ÀS 17:00h

PUBLICIDADE LEGAL NO JORNAL DE BRASÍLIA

Reconhecido pelo prazo e com resultados comprováveis, como em nenhum outro jornal ao longo dos anos.

Publicidade legal está em destaque no Jornal de Brasília.

Central: (02) 3343-8000
clic@jornaldebrasil.com.br

Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal
Subsecretaria de Administração Geral
Diretoria de Aquisições
Central de Compras

GDF
O tempo de agir.

AVISO DE ABERTURA

PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 72/2019 - UASG 926119

Objeto: Aquisição regular do medicamento METOPROLOL SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 MG/ML, SERINGA PRONTO USO OU AMPOLA 5 ML e outros, em sistema de registro de preços, para atender às necessidades da Secretaria de Estado de Saúde/DF, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I deste Edital. Processo SEI 00060.00505439/2018-48. Total de 10 itens (amplo concorrência, cotas e exclusão para ME/EPP). Valor Estimado: R\$ 498.318,35. Cadastro das Propostas: a partir de 25/03/2019. Abertura das Propostas: 04/04/2019, às 09 horas, horário de Brasília, no site www.comprasnet.gov.br. O Edital encontra-se disponibilizado sem ônus no site ou com ônus no endereço: SAN - Setor de Áreas Isoladas Norte - Parque Rural s/nº - Asa Norte - Bloco "A", 1º andar, sala 83, Central de Compras da SUAG/SES, CEP 70770-200, Brasília/DF.

CERIZE HELENA SOUZA SALES
Propoeta

PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 73/2019 - UASG 926119

Objeto: Aquisição em Sistema de Registro de Preços de material de ORTESES, PRÓTESES E MATERIAS ESPECIAIS (OPME) - CADERNA DE RODAS PARALELO INFANTIL, contemplados na Tabela SUS DE OPME/ME, para atender às necessidades da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I deste Edital. Processo SEI 00060.00060422/2019-10. Total de 02 itens (amplo concorrência e cota para ME/EPP). Valor Estimado: R\$ 188.901,36. Cadastro das Propostas: a partir de 25/03/2019. Abertura das Propostas: 04/04/2019, às 10 horas, horário de Brasília, no site www.comprasnet.gov.br. O Edital encontra-se disponibilizado sem ônus no site ou com ônus no endereço: SAN - Setor de Áreas Isoladas Norte - Parque Rural s/nº - Asa Norte - Bloco "A", 1º andar, sala 83, Central de Compras da SUAG/SES, CEP 70770-200, Brasília/DF.

CERIZE HELENA SOUZA SALES
Propoeta

PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 74/2019 - UASG 926119

Objeto: Aquisição regular do medicamento RISPERIDONA COMPRIMIDO 2 MG e outros em sistema de registro de preços, para atender às necessidades da Secretaria de Saúde - DF, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I deste Edital. Processo SEI nº: 00060.00532038/2018-61. Total de 16 itens (amplo concorrência, exclusão às ME/EPP e cotas reservadas às ME/EPP). Valor Estimado: R\$ 6.628.848,14. Edital e Cadastro das Propostas: a partir de 25/03/2019. Abertura das Propostas: 04/04/2019 às 14 horas, horário de Brasília, no site www.comprasnet.gov.br. O Edital encontra-se disponibilizado sem ônus no site ou com ônus no endereço: SAN - Setor de Áreas Isoladas Norte - Parque Rural s/nº - Asa Norte - Bloco "A", 1º andar, sala 83, Central de Compras da SUAG/SES, CEP 70770-200, Brasília/DF.

LARISSA ALVIM DE OLIVEIRA
Propoeta

PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 75/2019 - UASG 926119

Objeto: Aquisição de material laboratorial de AGULHA HIPODÉRMICA e outros em sistema de registro de preços para atender às necessidades da Secretaria de Saúde - DF, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital. Processo SEI: 00060-00479390/2018-61. Total de 13 itens (amplo concorrência, cota reservada e exclusiva à ME/EPP). Valor Estimado: R\$ 5.205.878,8960. Cadastro das Propostas: a partir de 25/03/2019. Abertura das Propostas: 04/04/2019, às 09 horas, horário de Brasília, no site www.comprasnet.gov.br. O Edital encontra-se disponibilizado sem ônus no site ou com ônus no endereço: SAN - Setor de Áreas Isoladas Norte - Parque Rural s/nº - Asa Norte - Bloco "A", 1º andar, sala 83, Central de Compras da SUAG/SES, CEP 70770-200, Brasília/DF.

JULIANA ARAÚJO E SOUZA
Propoeta

PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 76/2019 - UASG 926119

Objeto: Aquisição de ORTESES, PRÓTESES E MATERIAS ESPECIAIS (OPME) - PRÓTESE MAMÁRIA ANATÔMICA E EXPANSOR TECIDURAL, não contempladas na Tabela SUS DE OPME do Ministério da Saúde, em sistema de registro de preços, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I deste Edital. Processo SEI 00060-00234139/2018-79. Total de 03 itens (amplo concorrência, cota e exclusividade às ME/EPP). Valor Estimado: R\$ 248.448,27. Cadastro das Propostas: a partir de 25/03/2019. Abertura das Propostas: 04/04/2019, às 09 horas, horário de Brasília, no site www.comprasnet.gov.br. O Edital encontra-se disponibilizado sem ônus no site ou com ônus no endereço: SAN - Setor de Áreas Isoladas Norte - Parque Rural s/nº - Asa Norte - Bloco "A", 1º andar, sala 83, Central de Compras da SUAG/SES, CEP 70770-200, Brasília/DF.

PRISCILLA MOREIRA FALCÃO FIGUEIREDO
Propoeta

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal

GDF
O tempo de agir.

AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH, convoca os Interessados para a Audiência Pública, com vistas à apresentação e debate do Projeto de Lei Complementar que define os critérios e parâmetros urbanísticos gerais para a implantação de infraestrutura de suporte para redes de telecomunicações no Distrito Federal. A Audiência será realizada no dia 25 de abril de 2019, às 14h, na sede da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, localizada no SCS Quadra 06 Bloco "A" - Brasília/DF, Sala de Reuniões 2º andar. As informações necessárias para subsídios o debate poderão ser acessadas por meio do link: <http://www.seduh.df.gov.br/audiencias-publicas> e informações complementares por meio do Processo SEI nº 4399-000065/2019.

MATEUS LEANDRO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado

WIZ SOLUÇÕES E CORRETAGEM DE SEGUROS S.A.
CNPJ nº 42.278.472/0001-03 - NIRE 53.300.007.241
Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
Brasília, 21 de março de 2019.

Concomitantemente aos serviços previstos no WIZ SOLUÇÕES E CORRETAGEM DE SEGUROS S.A. ("Compañia") a se reunir em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que se realizará no dia 24 de abril de 2019, na sede social da Companhia, localizada no Setor Heliônico Norte, Quadra E, Bloco E, Conjunto A, Sala 101, Edifício Sede Caixa Sergipe, nº andar Asa Norte, CEP 70701-000, na Cidade de Brasília, Distrito Federal ("AGOE"), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i) a formação das contas das administrações, bem como examinar e discutir as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; (ii) a distribuição de lucros líquidos do exercício e a distribuição de dividendos no exercício de 2018; (iii) a remuneração anual global da Administração da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2019; em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (iv) autorizar a celebração dos contratos de individualidade entre a Companhia e seus atuais e futuros membros do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Informações Gerais: I) Poderes conferidos à AGOE os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia; (ii) o pagamento; (iii) por seus representantes legais ou procuradores, desde que referidos após serem inscritos em seu nome junto à Instituição Financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia ou em custódia estrangeira, conforme o artigo 126 da Lei 6.042, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ou (iv) via boletim de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, de acordo com o previsto na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 481"). E Os acionistas deverão apresentar ao atendimento ao horário de início indicado neste Edital, portando comprovante atualizado da identificação das ações de emissão da Companhia, expedidos por instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração eletrônica de custódia e, conforme o caso: (i) Passaporte Fotográfico; documento de identificação com foto; (ii) Passaporte Jurídico; cópia do último extrato ou contrato social consolidado devidamente registrado no órgão competente e da documentação societária outorgada pelo Poder Judiciário (em caso de eleição dos diretores após o processo de aquisição de controle); (iii) Fichas de Investimento; cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social de seu administrador; além de documentação societária outorgada pelo Poder Judiciário (em caso de eleição dos diretores após o processo de aquisição de controle). São de responsabilidade dos acionistas a apresentação dos documentos referidos acima com antecedência de 48 horas antes da data de AGOE para melhor organização da realização da AGOE. 3. Encaminhar-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, na página de relação com investidores da Companhia (www.wizseguros.com.br/informacoes), no site do Conselho de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) ou da C3 S.A. - Brasil, Boleto (www.b3.com.br), as informações e documentos pertinentes às reuniões a serem realizadas e realizadas na AGOE, incluindo este Edital, a Proposta de Administração, o Boletim de Voto a Distância e aqueles exigidos pela Instrução CVM 481. E Os acionistas interessados em sanar dúvidas relativas às propostas acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do telefone (11) 2000-0100 ou via e-mail relacoes@wizseguros.com.br ou fernando.carlos.borges@wizseguros.com.br.

ABRITTA POSTOS DE SERVIÇOS LTDA
Aviso de Recebimento da Licença de Operação

Torna pública que recebeu do Instituto Brasileiro Ambiental - IBRAM/DF e Licença de Operação nº 17/2019, para a atividade de POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, LAVAGEM E LUBRIFICAÇÃO DE VEÍCULOS, no Q DOZ CONJUNTO 95 LOJE NO 38 AGUAS CLARAS/DF, processo nº 00391-00013390/2017-86. AGUIRE FERREIRA.

CRECI/DF INFORMA
www.crecidf.gov.br
CORRETOR LEGAL É CORRETOR DE SUCESSO.
Voto: DF, 23 de março de 2019

COMUNICADO AOS CONDOMÍNIOS DO DF

O Conselho Regional de Corretores de Imóveis do DF - Distrito Federal (CRECI/DF), com apoio do Sindicato dos Empregados de Imobiliárias e Condomínios (SECONEP) e do Sindicato das Condomínios Residenciais e Comerciais (SINDCONDINHOS/DF), vem por meio deste informar que:

Segundo a Lei nº 6.550/76, a intermediação de imóveis (compra, venda, permuta e locação) só pode ser realizada por pessoa física ou jurídica devidamente inscrita neste Conselho.

A prática dos serviços acima descritos, por pessoas não autorizadas, em: funcionários de condomínio ou de empresas prestadoras de serviços, caracteriza exercício ilegal da profissão, punível com multa e prisão conforme Decreto Lei nº 3.688 de 1941 - Lei das Contravenções Penais, sendo também responsabilizado o condomínio e o proprietário do imóvel.

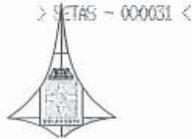
Parando, ciente do ecossistema, contamos com a colaboração dos senhores síndicos e proprietários de imóveis para que não permitam a intermediação de imóveis por funcionários de condomínios e de empresas prestadoras de serviços, sem a inscrição legal para o exercício da profissão.

Os Senhores a gentileza de VS* para atuar esse comunicado em local visível.

Brasília, DF, 01 de fevereiro de 2019.

Gerardo Francisco de Nascimento
Presidente do CRECI/DF

Setor de Diversos III, Edifício A, nº 44, Edifício Souvarosa Centro, 1000 40141-0.
Brasília/DF - CEP: 70321-900 - 0505-0505 - 0505-0505 - 1.332.1210 - 1.332.1210 - 1.332.1210
Período de atendimento: de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h30.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado Professor Reginaldo Veras
Assessoria jurídico-legislativa

Em, 13/08/19
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO IND 2140/2019,19

(Deputado Professor Reginaldo Veras)

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal por intermédio do DETRAN-DF, promova a instalação de uma faixa de pedestre no endereço Qnm 34, conjunto i, lote 20 Taguatinga Norte - Setor M Norte.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal que, por intermédio DETRAN-DF, promova a instalação de uma faixa de pedestre no endereço Qnm 34, conjunto i lote 20 Taguatinga Norte - Setor M Norte.

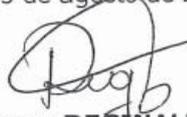
JUSTIFICAÇÃO

A presente Indicação tem por fim sugerir, por intermédio DETRAN-DF, promova a instalação de uma faixa de pedestre no endereço QNM 34, conjunto i lote 20 Taguatinga Norte - Setor M Norte próximo à escola "Mosaico kids educação infantil e berçário".

A população residente no respectivo local, corre sérios riscos ao atravessar a pista pelo fato do local não possuir nenhuma faixa de pedestres ou passarela próximas ao local.

Posto isso, solicito o apoio dos nobres deputados para que aprovem a presente indicação em face do relevante interesse público que se reveste a matéria.

Sala das sessões, 13 de agosto de 2019.



Deputado Professor REGINALDO VERAS

PDT

SECRETARIA LEGISLATIVA - CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
70356



> SETAS - 000032 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Claudio Abrantes

LIDO
Em 15/08/19

Secretaria Legislativa

MOÇ 125 /2019
MOÇÃO N DE 2019
(Do Senhor Deputado Claudio Abrantes)

Manifesta reconhecimento de louvor pelos relevantes serviços prestados à educação, ciência e memória histórica do Distrito Federal, por ocasião da comemoração dos 55 anos do Instituto Histórico e Geográfico de Brasília Distrito Federal.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Nos termos do artigo 144, § 3º, do Regimento Interno desta Casa, proponho aos Nobres Pares a presente Moção de reconhecimento de louvor pelos relevantes prestados à educação, ciência e memória histórica do Distrito Federal, por ocasião da comemoração dos 55 anos do Instituto Histórico e Geográfico de Brasília Distrito Federal. Conforme segue:

1. ADALBERTO LASSANCE DE ALBUQUERQUE
2. ADONIAS DOS REIS SANTIAGO
3. AFONSO LIGÓRIO PIRES DE CARVALHO
4. ALAOR BARBOSA DOS SANTOS
5. ALARICO OTTONI RAMOS VERANO
6. ALBENE MIRIAM MENEZES KLEMI
7. ALBERTO MARTINS DA SILVA (GENERAL)
8. ALDO PAVIANI
9. AMADOR DE ARIMATHÉA
10. ANDERSON BATISTA DE MELO
11. ANDERSON BRAGA HORTA
12. ANTONIO FLÁVIO TESTA
13. ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA
14. ANTONIO TEMÓTEO DOS ANJOS SOBRINHO
15. ARNALDO SERAFIM (GENERAL)
16. CARLOS EDUARDO VIDIGAL
17. CARLOS EULER CURRLIN PERPÉTUO
18. CARLOS FERNANDO MATHIAS DE SOUZA
19. CARLOS HUGO STUDART CORRÊA
20. CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO (MINISTRO)
21. CARLOS VALOUSSIÈRE DE CASTRO BRANDÃO
22. CLÁUDIO JOSÉ PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ
23. CLEUSA NEVES DA SILVA LOPES
24. CRISTINA MARIA COSTA LEITE
25. DANILO GOMES
26. DARIO DE SOUZA CLEMENTINO
27. DEMOSTENES TRES ALBUQUERQUE
28. DINAIR ANDRADE DA SILVA
29. DINIZ ESTEVES (CORONEL)



SECRETARIA LEGISLATIVA
Recebido em 14/08/19 às 16h16
 19335
Assinatura Matrícula



> SETAS - 000033 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Claudio Abrantes



30. EUGÊNIO PEDRO GIOVENARDI
31. FÁBIO DE SOUSA COUTINHO
32. FAGUNDES DE OLIVEIRA
33. FERNANDO LOURENÇO FERNANDES
34. FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO
35. FRANCISCO XAVIER DA SILVA GUIMARÃES
36. HERMENEGILDO FERNANDES GONÇALVES (Desembargador)
37. INNOCÊNCIO DE JESUS VIÉGAS
38. JAIRO VALLADARES PINTO
39. JOÃO CARLOS TAVEIRA
40. JOAQUIM CAMPELO MARQUES
41. JOSÉ ADIRSON VASCONCELOS
42. JOSÉ CARLOS BRANDI ALEIXO (PADRE)
43. JOSÉ CARLOS GENTILI
44. JOSÉ LUIZ DE MOURA PEREIRA
45. JOSÉ SANTIAGO NAUD
46. JOSÉ THEODORO MASCARENHAS MENCK
47. LÉLIO VIANA LÔBO (MINISTRO)
48. LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA (MINISTRO)
49. LUCILIA DE ALMEIDA NEVES DELGADO
50. LUIZ ANTÔNIO SERRA
51. LUIZ SOLANO
52. LUSITANO ABRANTES MALHEIRO
53. MARCELO GRANGEIRO QUIRINO
54. MARCOS ROBERTO TORRES DA SILVEIRA
55. MARIA DE SOUZA DUARTE
56. MÁRIO DE ALMEIDA
57. MARISTELA DE MELO NEVES
58. MERCEDES GASSEN
59. MOACI ALVES CARNEIRO
60. NAPOLEÃO VALADARES
61. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE BRASÍLIA DISTRITO FEDERAL.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem por objetivo homenagear os Senhores e Senhoras, conforme relacionados, pela ocasião da comemoração dos 55 anos do Instituto Histórico e Geográfico de Brasília Distrito Federal.

Fundado em 3 de junho de 1964, por iniciativa de Saulo Diniz, foi conselheiro do Tribunal de Contas do DF, o Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal conta com instalações próprias construídas em terreno doado pela Novacap quando Ernesto Silva presidia o IHG-DF, sucedendo Saulo Diniz. Sua sede foi projetada por Milton Ramos, conceituado profissional vencedor do concurso que contou ainda com a participação de Alcides Rocha Miranda, professor da UnB e Hélio Ferreira Pinto, autor do projeto do Banco Central em Belo Horizonte.¹

¹ <http://www.ihgdf.com.br/quem-somos/>



> SETAS - 000034 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Claudio Abrantes



O IHG-DF tem, ao longo de sua existência, recolhido material histórico referente à região Centro-Oeste, enfatizando, sempre, aqueles relativos à História do Brasil, bem como aqueles que tratam de nossa geografia, genealogia e antropologia e, principalmente, da formação das populações regionais do Centro-Oeste, tornando-o, portanto, repositório e guardião da História e memória de nossa Capital. O Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal é uma entidade promotora de cultura e ativadora da pesquisa especializada em História e Geografia do Distrito Federal, sem fins lucrativos, reconhecida de utilidade pública federal pelo Decreto-Lei nº 61.254/1967, e nos termos da Lei nº 2.233/1998 do Governo do Distrito Federal, tem por finalidade:

A principal finalidade do Instituto Histórico e Geográfico de Brasília e muito valiosa, então vejamos: Estudar, divulgar e estimular o conhecimento da História e da Geografia, especialmente do Distrito Federal; Preservar a memória das tradições e do folclore nacionais, com ênfase especial no seu comportamento na região de Brasília; Coletar material e documentos que testemunhem os primórdios e a evolução da Capital Federal, mantendo-os em exposição permanente, ou por ocasião de eventos comemorativos de suas efemérides; Promover conferências, seminários, simpósios, congressos, cursos, campanhas, ciclos de estudos, pesquisas, exposições e outros eventos vinculados às atividades da instituição; Comemorar datas e rememorar fatos históricos brasilienses e nacionais; Cultuar a memória dos grandes vultos da História de Brasília e do Brasil; Prestar assistência de natureza didática e pedagógica ao educando.

Neste sentido, o Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal firmaram, no ano de 1976, convênio com o objetivo de cooperação mútua com vistas à pesquisa e estudo da História e Geografia, especialmente de Brasília, atendendo gratuita e prioritariamente à clientela estudantil da Rede Oficial de Ensino do DF, com a finalidade primordial de:

Atender aos alunos da rede escolar, visando promover o estudo da História Brasileira, bem como das ciências e disciplinas correlatas, com destaque para fatos relacionados com a História de Brasília; resgatar, registrar e difundir os fatos históricos e geográficos de Brasília e do Brasil; aprimorar técnicas diversas, por meio da troca de saberes tradicionais e da criação de tecnologia alternativa, visando uma prática de preservação dos fatos históricos e geográficos de Brasília e do Brasil.

Portanto, notória é a importância do Instituto Histórico de Brasília e seus agraciados, merecendo a homenagem apresentada por esta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em de de 2019

Deputado **CLAUDIO ABRANTES**
PDT/DF



> SETAS - 000035 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Roosevelt Vilela

L I D O
Em. _____
Secretaria Legislativa

MOÇÃO I MOÇ 121 /2019
(Do Sr. Deputado Roosevelt Vilela)

Parabeniza e apresenta votos de louvor à Sra. Heloisa Liberalli Bellotto pela dedicação e o trabalho de excelência na área de organização de arquivos e preservação de documentação histórica.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Nos termos do artigo 144 do Regimento Interno desta Casa, tenho a honra de propor esta Moção para parabenizar e apresentar votos de louvor à Sra. Heloisa Liberalli Bellotto, pela dedicação e o trabalho de excelência na área de organização de arquivos e preservação da documentação histórica e do patrimônio brasileiros.

Bacharel em Biblioteconomia, licenciada em História e Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo – USP (1976), fez Especialização em Arquivística na Escuela de Documentalistas da Espanha (1977) e cursos de aperfeiçoamento nessa área nos Archives Nationales da França (1979) e no National Archives dos Estados Unidos (1987).

Com Pós-Graduação em História Social na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, fez Pós-Doutorado no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, Portugal (1998), na área de identificação e análise diplomática de documentos coloniais. Participou da implantação do Sistema de Arquivos da Universidade de São Paulo – SAESP, e da Comissão Executiva do Sistema Estadual de Arquivos. Participou do projeto Resgate de Documentação Histórica do MEC e Ministério das Relações Exteriores do Brasil e Arquivo Histórico Ultramarino/Ministério de Ciência e Tecnologia de Portugal.

Lecionou História Geral e do Brasil no ensino secundário e superior, nas universidades de São Paulo (Biblioteconomia), UnB (Arquivologia), do Rio de Janeiro (Arquivologia) e Universidad Internacional de Andaluzia, Portugal (Arquivologia). Foi pesquisadora do Setor de História do Brasil no Instituto de Estudos Brasileiros da USP de 1969 a 1990, quando se aposentou, mas não se desligou das atividades acadêmicas.



SECRETARIA LEGISLATIVA - Brasília, 30/08/2019
R/ 70572



> SETAS - 000036 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Roosevelt Vilela



Recebeu bolsas da OEA, do Ministério da Educação de Portugal e da Fundação Caluste Goubenkian, também de Portugal, da Fundação VITAE de São Paulo, e da Fundação Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. Foi laureada, em 1979, com o Prêmio Clío de História, e a Medalha de Honra ao Mérito Arquivístico, do Arquivo Nacional Brasileiro, em 1996.

É membro do Conselho Editorial de revistas de universidades e de arquivos públicos. Tem ministrado cursos e conferências em universidades e instituições arquivísticas e de pesquisas nas áreas de História, Biblioteconomia, e, principalmente, Arquivologia em quase todas as unidades da federação e também em Angola, Portugal, Peru, Uruguai e na Argentina. Publicou livros, e artigos e capítulos em coletâneas e resenhas bibliográficas, assim como verbetes em dicionários e enciclopédias. Implantou em 1986, e foi a primeira coordenadora do Curso de Especialização em Organização de Arquivos do Instituto de Estudos Brasileiros e Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

Implantou e coordenou o curso de Arquivologia da UnB, em 1991. Em 1992, participou da definição dos cargos de Arquivista e Técnico de Arquivo da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Seguindo sua brilhante trajetória, tem participado ativamente na organização de arquivos e de projetos de Arquivística e de História do Brasil, em várias instituições públicas e privadas. É membro da Seção de Ensino e Formação do Conselho Internacional de Arquivos, Paris, França, e de várias entidades de classe brasileiras.

A homenageada é mãe do cantor Tony Bellotto e sogra da atriz Malu Mader.

Por todas essas razões conclamo os nobres pares à aprovação da presente Moção, como forma de reconhecimento e agradecimento à essa valorosa cidadã brasileira que tanto contribuiu e ainda contribui para o engrandecimento e valorização do nosso País.

Sala das Sessões, em



Roosevelt Vilela
Deputado Distrital



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete da Deputada **Julia Lucy - NOVO**

L I D O
Em. 25.08.19

Secretaria Legislativa

REQUERIMENTO | RQ 846 / 2019 | 2019
(Da Deputada: )

> SETRAS - 000037 <

Requer à Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal informações acerca da arrecadação de ICMS, ISS, IPTU, IPVA, ITBI e ITCD.

Senhor Secretário da Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal

Requeiro, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, informações acerca da arrecadação de ICMS, ISS, IPTU, IPVA, ITBI e ITCD relativos ao período de 2017 a 2019 (até junho de 2019), conforme o seguinte detalhamento:

- 1) No caso de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, solicita-se o detalhamento por:
 - a) Mês;
 - b) Setor econômico;
 - c) Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE; e
 - d) Região Administrativa.
- 2) No caso de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, solicita-se o detalhamento por:
 - a) Mês;
 - b) Setor econômico;
 - c) Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE; e
 - d) Região Administrativa.

REQUERIMENTO Nº 846/2019

70356





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete da Deputada **Julia Lucy - NOVO**



> SETAS - 000038 <

- 3) No caso de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, solicita-se o detalhamento por:
 - a) Mês;
 - b) Região Administrativa.
- 4) No caso de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, solicita-se o detalhamento por:
 - a) Mês;
 - b) Tipo de veículo.
- 5) No caso de Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, solicita-se o detalhamento por:
 - a) Mês;
 - b) Região Administrativa.
- 6) No caso de Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação – ITCD, solicita-se o detalhamento por:
 - a) Mês.

Requeiro também que as informações supra sejam fornecidas em formato digital em arquivo com extensão .xls ou similar.

Ainda, requeiro que, caso algum dos detalhamentos em comento se revele inviável e/ou não aplicável, seja fornecida a justificativa adequada.

JUSTIFICAÇÃO

Esse requerimento de informações justifica-se por conta da necessidade de subsidiar os trabalhos legislativos com dados técnicos e objetivos relativos à arrecadação tributária do Distrito Federal.

Diante do exposto, rogamos o apoio para a aprovação deste Requerimento.

Sala das Sessões, em de de 2019


Dep. Julia Lucy
NOVO



> SETAG - 000029 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete da Deputada **Julia Lucy - NOVO**



RQ 847/2019
REQUERIMENTO E 2019
(Da Deputada Júlia Lucy)

LIDO
Em, 15.08.19
[Assinatura]
Secretaria Legislativa

Requer à Secretaria de Estado de Fazenda,
Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito
Federal informações acerca da arrecadação
de ICMS, ISS, IPTU e IPVA.

**Senhor Secretário da Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento,
Orçamento e Gestão do Distrito Federal**

Requeiro, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, informações acerca da arrecadação de ICMS, ISS, IPTU, IPVA, ITBI e ITCD relativos ao período de 2017 a 2019 (até junho de 2019), conforme o seguinte detalhamento:

- 1) No caso de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, solicita-se o detalhamento por:
 - a) Mês;
 - b) Setor econômico;
 - c) Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE; e
 - d) Região Administrativa.
- 2) No caso de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, solicita-se o detalhamento por:
 - a) Mês;
 - b) Setor econômico;
 - c) Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE; e
 - d) Região Administrativa.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
14:19

Memorial - solicit
11.08.19

[Assinatura]



> SETAS - 000040 <
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete da Deputada **Julia Lucy - NOVO**



- 3) No caso de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, solicita-se o detalhamento por:
 - a) Mês;
 - b) Região Administrativa.
- 4) No caso de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, solicita-se o detalhamento por:
 - a) Mês;
 - b) Tipo de veículo.
- 5) No caso de Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, solicita-se o detalhamento por:
 - a) Mês;
 - b) Região Administrativa.
- 6) No caso de Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação – ITCD, solicita-se o detalhamento por:
 - a) Mês.

Requeiro também que as informações supra sejam fornecidas em formato digital em arquivo com extensão .xls ou similar.

Ainda, requeiro que, caso algum dos detalhamentos em comento se revele inviável e/ou não aplicável, seja fornecida a justificativa adequada.

JUSTIFICAÇÃO

Esse requerimento de informações justifica-se por conta da necessidade de subsidiar os trabalhos legislativos com dados técnicos e objetivos relativos à arrecadação tributária do Distrito Federal.

Diante do exposto, rogamos o apoio para a aprovação deste Requerimento.

Sala das Sessões, em de de 2019


Dep. **Julia Lucy**
NOVO



> SETAS - 000041 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DISTRITAL VALDELINO BARCELOS

LIDO
15 08 19
Secretaria Legislativa

REQUERIMENTO Nº RQ 848 /2019

Do Sr. Deputado Valdelino Barcelos

Requer a realização de Sessão Solene em comemoração ao aniversário dos 133 anos da Igreja de Deus no Brasil, a realizar-se no dia 21 de agosto de 2019 às 19h no plenário desta casa.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Nos termos do art. 145 do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro a realização de Sessão Solene em comemoração ao aniversário dos 133 anos da Igreja de Deus no Brasil, a realizar-se no dia 21 de agosto de 2019 às 19h no plenário desta casa.

JUSTIFICAÇÃO

DATA RESERVADA NA AGENDA GERAL DE EVENTOS:	
21	08
HORA: 19h LOCAL: DF	

A mencionada homenagem foi idealizada, tendo em vista a relevância da Igreja de Deus no Brasil, e o trabalho por ela desenvolvido.

Com orações e lágrimas, a primeira reunião da igreja aconteceu no dia 19 de agosto de 1886 nas dependências do moinho do riacho. Não há registros de quantas pessoas participaram da reunião. O Pastor Ricardo não tinha uma noção clara da importância da ocasião, mas, movido por um impulso Divino, o fiel Pastor fez um convite a todos que quisessem se juntar à nova organização que nasceria ali mesmo com o nome de União Cristã.

Esta reunião marcou o início do movimento que, em 1.907, passaria a chamar-se Igreja de Deus.



> SETAS - 000042 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DISTRITAL VALDELINO BARCELOS



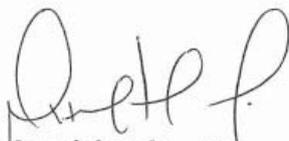
Atualmente a Igreja de Deus no Brasil conta com uma estatística de 60.000 membros, 953 igrejas e congregações e 867 ministros.

Trata-se de uma homenagem digna e justa, na qual a Câmara Legislativa muito se honra, merecendo por isso que seja aprovado por esta Casa.

Por todo o exposto, requeremos o apoio dos nobres parlamentares desta Casa de Leis, para a aprovação da presente proposição.

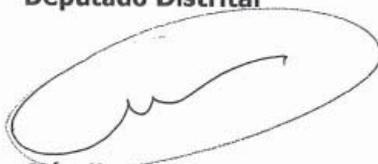
Sala das Sessões, de 2019.


Valdelino Barcelos
Deputado Distrital – PP


Agaciel Maia – PR
Deputado Distrital


Arlete Sampaio – PT
Deputada Distrital


Chico Vigilante – PT
Deputado Distrital


Cláudio Abrantes – PDT
Deputado Distrital

Daniel Donizet – PSDB
Deputado Distrital

Delmasso – PRB
Deputado Distrital

Eduardo Pedrosa – PTC
Deputado Distrital

Fábio Felix – PSOL
Deputado Distrital

Hermeto – MDB
Deputado Distrital



> SETAS - 000043 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DISTRITAL VALDELINO BARCELOS



Iolando Almeida – PSC
Deputado Distrital

João Cardoso - AVANTE
Deputado Distrital

Jaqueline Silva – PTB
Deputada Distrital

João Cardoso – AVANTE
Deputado Distrital

Jorge Viana – PODEMOS
Deputado Distrital

José Gomes – PSB
Deputado Distrital

Júlia Lucy – NOVO
Deputada Distrital

Leandro Grass – REDE
Deputado Distrital

Martins Machado – PRB
Deputado Distrital

Prof. Reginaldo Veras – PDT
Deputado Distrital

Rafael Prudente – MDB
Deputado Distrital

Reginaldo Sardinha – AVANTE
Deputado Distrital

Robério Negreiros-PSD
Deputado Distrital

Telma Rufino - PROS
Deputada Distrital

Roosevelt Vilela-PSB
Deputado Distrital

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
15 08 2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	1		

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 65ª
(SEXAGÉSIMA QUINTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 15 DE AGOSTO DE 2019.**

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Cláudio Abrantes a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sra. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

- Ata da 64ª Sessão Ordinária.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
15 08 2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	2		

Registro a presença de alunos e professores do Colégio Alub, da unidade do Guará, participantes do programa Conhecendo o Parlamento, sob a coordenação da Escola do Legislativo. Sejam bem-vindos todos e todas.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 569, de 2019, de minha autoria, a sessão ordinária de hoje, quinta-feira, dia 15 de agosto de 2019, fica transformada em comissão geral para realização de debates sobre a política de assistência social do Distrito Federal.

Convido as Sras. e os Srs. Deputados, bem como a todos os que vão participar desta reunião, a adentrarem ao plenário.

Está suspensa a reunião.

(Suspensa às 15h09min, a reunião é reaberta às 15h21min.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos da comissão geral que vai se realizar no dia de hoje com o objetivo de discutir a política de assistência social no Distrito Federal.

Quero convidar para compor a Mesa o Deputado Chico Vigilante; o Deputado Leandro Grass, que já está aqui à minha direita. Ainda estamos aguardando a presença do Deputado Fábio Felix. Anunciamos a presença do Deputado Agaciel Maia e do Deputado Jorge Vianna, que está por aqui ainda. (Palmas.)

Convido ainda para compor a Mesa a Desembargadora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Segunda Vice-Presidente, Dra. Ana Maria Duarte Amarante Brito; o Deputado Fábio Felix, que já está aqui, também, à minha direita; a Subsecretária de Assistência Social da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Sra. Daniella Cristina Jikings Sant’Ana, representando, neste ato, o Sr. Secretário Eduardo Zartz; o Presidente do SINDSASC – Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultural do Governo do Distrito Federal, Sr. Clayton Avelar; a representante das redes sociais do Distrito Federal, Sra. Janaína Bezerra Nogueira.

Em primeiro lugar, eu quero situar a razão pela qual nós propusemos esta comissão geral. Nós fomos acionados, digamos assim, por diversos representantes das redes sociais comunitárias que atuam nas diversas cidades do Distrito Federal, reclamando da situação da assistência social. E nós, então, realizamos várias audiências públicas com representantes dessas redes sociais, e dessas audiências foi construído por eles esse relatório. Esse relatório, nós o entregamos à Procuradoria da Defesa do Cidadão. Inclusive, convidamos o Sr. Procurador para estar conosco aqui. Infelizmente ele não pôde comparecer.

Eu gostaria de inicialmente situar para todos os presentes resumidamente o que nós debatemos ao longo desse período de audiências públicas, de discussões com as redes sociais. Primeiro é importante situar historicamente o que é a política da assistência social hoje no Brasil, lembrando que tudo remete ao texto constitucional que define, pela primeira vez, num documento constitucional brasileiro, o que é a seguridade social, a noção de seguridade social. O texto inclui como seguridade a

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 08 2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	3

assistência, saúde e previdência, num claro intuito de se construir uma rede de proteção social aos brasileiros e brasileiras.

Apesar de considerar a assistência um pé da seguridade social, a assistência social continuou sendo, por muito tempo, uma secretaria do Ministério da Previdência Social. Somente no ano de 2003, quando o Presidente Lula assumiu a Presidência, ele criou o Ministério da Assistência Social e, no ano seguinte, criou o Ministério do Desenvolvimento Social, incorporando à assistência duas outras ações: a ação de transferência de renda e a ação da segurança alimentar e nutricional.

Então, em vários estados, montaram-se secretarias de desenvolvimento social com este mesmo escopo de atuação: assistência propriamente dita, segurança alimentar e nutricional e transferência de renda. Temos clareza de que a assistência é das três áreas aquela que realmente executa as políticas. É ela que coordena a execução tanto da política de segurança alimentar e nutricional quanto da política de transferência de renda, porque é ela que conversa, dialoga com o usuário da Secretaria de Desenvolvimento Social, portanto, da assistência social.

E nós percebemos, aqui no Distrito Federal, diversos problemas que têm acontecido nessa área, nesses últimos anos, em particular, nessa atual gestão. Em relação à transferência de renda, por exemplo, o que nós verificamos é que, tendo em vista a lei que criou o programa Bolsa Família, há a obrigatoriedade de o estado fazer o cadastramento dos usuários, daquelas pessoas beneficiárias do Bolsa Família, para que elas continuem recebendo. Não fazendo o cadastramento, as pessoas podem e são cortadas do recebimento da bolsa. Então, há hoje, aqui em Brasília, um atraso substantivo na elaboração desse novo cadastramento. Além disso, existe uma fila de pessoas que tentam se cadastrar para começarem a receber o benefício que não estão tendo acesso a esse cadastramento.

Há outra questão em relação à segurança alimentar e nutricional. A segurança alimentar e nutricional é responsável pela coordenação dos restaurantes comunitários, que são os equipamentos importantes de segurança alimentar e nutricional, e ela é responsável também pela aquisição das cestas de alimentos, cestas básicas, que são, então, distribuídas aos usuários, às pessoas que precisam receber essas cestas básicas a partir do diagnóstico feito pela assistência social.

Por último, temos assistência social propriamente dita. O que nós percebemos hoje é uma situação de enorme precariedade nos quadros da Secretaria de Desenvolvimento Social. Para se ter uma ideia, há uma previsão de que a Secretaria devesse ter 5.500 servidores. Desses, nós temos apenas 1.308, que representam 23% do que seria necessário, isso numa avaliação pretérita. Se formos avaliar hoje, conforme o número de pessoas que necessitam da assistência social, isso talvez até demande uma elevação desse número necessário de servidores da Secretaria.

Entretanto, quando se analisa em relação aos especialistas, que são assistentes sociais, psicólogos e outras áreas de nível superior, somente 20% dessas vagas estão preenchidas.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 08 2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	4

Nós sabemos que recentemente houve um concurso público, eivado de problemas, em duas etapas. A primeira etapa foi suspensa. Pessoas que vieram de outros estados para fazer o concurso aqui em Brasília tiveram que retornar, porque ele foi suspenso, teve problema. Finalmente, fizeram a segunda etapa. Uma segunda etapa também com problemas. As pessoas não tiveram acesso ao espelho das provas, e tiveram dificuldade, inclusive, de providenciar eventuais recursos com relação às suas notas. Então, vários problemas aconteceram.

A ausência de profissionais tem feito com que, inclusive, a gente tenha uma dificuldade no atendimento, o que também implica na redução de repasses da União para a assistência social. Eu tive acesso aqui a um documento do Ministério Público de Contas que demonstra exatamente o que eu estou dizendo.

Existe um recurso que o Ministério do Desenvolvimento Social repassa aos estados para aperfeiçoar o cadastramento do Programa Bolsa Família, e, segundo esse parecer do Ministério Público de Contas, existe um superávit, digamos assim, de R\$22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais) desse programa, que não foi aplicado no Distrito Federal. E eles não estão recebendo aquilo que eles teriam direito exatamente porque se constataram deficiências na execução do programa. Então, realmente, deixa-se de receber dinheiro, para que se possa aperfeiçoar os programas aqui no Distrito Federal.

Com base nessas questões, é que nós decidimos fazer esta comissão geral de hoje, lembrando que, no caso do Distrito Federal, eu tive oportunidade de passar pela Secretaria – no ano de 2011, fui Secretária do Desenvolvimento Social. Todas as políticas da Secretaria foram instituídas em lei por esta Casa Legislativa. Nós fizemos questão de transformar aquelas políticas em leis, para que elas passassem a ser políticas de Estado e não apenas política de governo. Apesar disso, a gente vê que as leis não estão sendo devidamente respeitadas.

Eu quero passar a palavra, agora, aos nossos colegas Deputados que, também, são coautores do requerimento para que nós pudéssemos fazer essa comissão geral.

Concedo, inicialmente, a palavra ao Deputado Leandro Grass.

DEPUTADO LEANDRO GRASS – Boa tarde a todas e a todos. Tudo bem, sejam bem-vindos e bem-vindas. Aos nossos estudantes que visitam a Casa, muito obrigado pela presença, voltem sempre.

Nós hoje estamos aqui no papel que nos cabe, que é, primeiro, promover o diálogo, promover a reflexão e o debate e, ao mesmo tempo, apresentar elementos relativos à nossa fiscalização, que é a grande tarefa da nossa Casa – a de fiscalizar o governo, não apenas no sentido de apontar equívocos, mas também de aperfeiçoar as políticas públicas.

A Deputada Arlete Sampaio anunciou já aqui o significado da assistência social dentro da Constituição Federal. Então, é importante a gente partir desse princípio de

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
15 08 2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	5		

que a assistência não é um favor do Estado, a assistência é um direito social, previsto no art. 6º, consolidado dentro do nosso sistema de seguridade social, também. A gente não pode ficar aqui implorando para os governos levarem a sério a assistência. Os governos têm a responsabilidade, a obrigação de efetivar as políticas de assistências, sejam elas as políticas de transferência de renda, as políticas de segurança alimentar, as políticas que estão atreladas à gestão do SUS, as políticas para a população em situação de rua, as políticas para as famílias que, muitas vezes, são desabrigadas, são retiradas e ficam sem qualquer amparo do Estado no processo de desocupação, no processo de tratamento das áreas públicas. Tudo isso compõe a assistência e o Estado precisa ter proposta, ele tem de ter projeto.

Eu quero também aqui, de antemão, lamentar a ausência do Secretário. Eu saúdo a presença da Daniella Cristina – obrigado por ter vindo, Daniella. Mas, infelizmente, é mais uma vez que o Secretário não comparece a esta Casa para fazer a discussão conosco. Isso é muito grave. Então, eu queria que você levasse a mensagem a ele: “A ausência de um Secretário de Estado num debate tão importante como esse, significa um desrespeito, antes de tudo, à população e significa um desrespeito ao Parlamento”. Então, ele tem a obrigação de se sentar à mesa conosco para falar qual é o seu projeto para a assistência social, porque nós ainda o não vimos. O Governo Ibaneis ainda não apresentou um projeto para a área de assistência social.

Sabemos que há problemas históricos de governos que já passaram. Há carência de servidores, há falta de estrutura, não é de agora, mas já estamos em agosto e não vimos um projeto, não vimos um plano, uma proposta.

Temos aqui vários elementos para avaliar, mas eu vou me ater a um específico que foi resultado de um trabalho que nós fizemos ao longo desses meses e que diz respeito às unidades de acolhimento. Eu quero fazer menção aqui a duas, especificamente. Uma é a Unidade de Acolhimento Familiar que se localiza ali em Taguatinga e a outra é a Unidade de Acolhimento de Crianças e Adolescentes, especificamente a UNAC III, que já foi objeto de discussão, inclusive por parte do Ministério Público, com a presença de Parlamentares, já tivemos uma audiência e até agora não houve resultados.

Nós fizemos, inclusive, uma representação no Tribunal de Contas sobre a UNAC III e eu queria compartilhar com vocês algumas imagens do que vimos lá. Para os servidores, infelizmente, essas imagens já são muito familiares; para a população também; mas, talvez, para alguns aqui não sejam tanto. Eu até já pedi para o pessoal projetar, enquanto eu vou falando mais sobre a Unidade de Acolhimento das Famílias, lá na região de Taguatinga ali perto do Areal.

O que temos visto ali é algo semelhante a um campo de concentração. E eu não tenho nenhum problema em dizer isso, porque, de fato, existem muitas singularidades. É um lugar de abandono, é um lugar desumanizado, é um lugar insalubre, é um lugar de risco para crianças e adolescentes que ali estão com os seus pais. Não existe nenhum tipo de controle, há carência de servidores, há carência de estrutura. Parece que aquele lugar é uma terra de ninguém. Não existe Estado ali,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
15 08 2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	6	

embora seja do Estado, embora seja do governo. Nós ficamos muito preocupados com aquela situação. Fizemos duas visitas à Unidade de Acolhimento Familiar e vimos a quantidade de problemas que existem.

A UNAC III também nos preocupou bastante porque, além da carência de servidores, o tipo de tratamento que aquelas crianças e aqueles adolescentes recebem é algo que não contribui em absolutamente nada para que eles retornem à sociedade, para que eles restabeleçam algum tipo de vínculo. Nós chegamos lá e vimos que falta cobertor, falta material básico de higiene. Os meninos recebem uma sacolinha de plástico com um sabonete, com um negocinho de shampoo para ficar dias e dias. É toda uma situação de desorganização. Não há uma televisão, não há nada para os meninos fazerem ali dentro. É um abandono total.

Uma coisa que eu sugeri, inclusive para o Secretário, na audiência que aconteceu no Ministério Público, é que o gestor que não sai do gabinete, não é gestor. O gestor, para poder trabalhar uma pasta cujas políticas ele tem a responsabilidade de efetivar, vai às unidades. E me parece que o Secretário ainda não conhece as unidades, ele não conhece o serviço da assistência social. Então, ele é uma pessoa que não conhece a cidade também. Nós tivemos uma conversa com ele e eu confesso que saí muito preocupado com o nível de conhecimento que se tem do próprio Distrito Federal.

A gente aguarda uma resposta. A gente está aqui para isso. A população veio para ouvir um sinal, para tentar entender o que está acontecendo. Porque não existe assistência social no Distrito Federal hoje. É um abandono total. A população de rua está aumentando, a quantidade de crianças desamparadas está aumentando, a quantidade de famílias absolutamente vulneráveis tem aumentado.

Cadê o SUAS – Sistema Único de Assistência Social – do DF? Cortaram os cargos dos Cras, dos Creas. É um contrassenso porque, de um lado se fala em organizar a máquina pública, organizar os cargos, cortar gastos, e do outro o Governador, em 6 meses, gasta 11 milhões com diárias e passagens.

Não faz sentido, tem alguma coisa errada, temos de conversar com a área da fazenda. Se existe um problema de orçamento, então, vamos conversar com a fazenda, vamos dialogar com os Parlamentares. Por isso seria importante a presença dele aqui, porque como se vai construir sem conversar, sem ouvir a população principalmente? Era sobre isso que eu queria aqui refletir com vocês neste primeiro momento.

Esta comissão vai valer muito mais para nós escutarmos as representações, as entidades, os colegas parceiros dos órgãos de controle, aqueles que são, de fato, apoiadores da assistência, mas eu friso isto: se não houver uma disposição, se não tivermos um projeto, não tivermos claramente o que se pretende fazer com a assistência, é inviável a permanência dele, é inviável. (Palmas.)

Então, para concluir, eu quero aqui dizer, em primeiro lugar, aos servidores: vocês têm todo nosso apoio. No que depender de nós, nós vamos fazer aqui tudo para

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
15 08 2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	7		

que vocês tenham mais condições, tenham mais estrutura para que os direitos que vocês também têm como trabalhadores sejam garantidos.

Aos usuários do Suas: também contem conosco, estamos empenhados em fiscalizar, acompanhar e mediar essas situações com o governo. E a todos vocês que também apoiam a causa da assistência: é preciso união, a participação social na assistência também tem sido fragilizada. Esse foi um dos nossos questionamentos ao Secretário. Por que ele não estabeleceu o conselho? Por que ele não encaminhou o que tinha que encaminhar? Ele falou que iria aguardar o movimento do Governo Federal... Então, infelizmente, o que nós temos aqui em Brasília é um reflexo desse momento antidemocrático, autoritário e antipovo que estamos vivendo. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Muito obrigada, Deputado Leandro Grass.

Concedo a palavra agora ao Deputado Fábio Felix.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Boa tarde a todos e a todas. Primeiro, eu gostaria de saudar a presença de cada uma e de cada um de vocês nesta Casa Legislativa. Nós temos que ocupar este espaço, que é do povo, é nosso, e é com esta ocupação que a gente pode fazer toda a diferença.

Eu queria saudar todos os servidores e servidoras da carreira pública da assistência social que estão aqui hoje e que estão lutando por melhorias nessa área. É uma carreira na qual ingressei por concurso público. Infelizmente, ela foi dividida e uma parte, que é a minha, se transformou na carreira socioeducativa. Eu queria saudar todos os usuários e usuárias, os militantes do movimento de moradia, do MTST – Movimento dos Trabalhadores sem Teto – que estão aqui e que também têm lutado pela melhoria da política pública de assistência social, gestores, gestoras...

Eu acho que estamos aqui num momento histórico. Eu acho que foram poucas vezes, Deputada Arlete Sampaio, em que vivemos uma audiência pública de unidade, uma comissão geral que reúne Parlamentares diferentes preocupados com uma causa que é a política de assistência social.

Esta é uma audiência pública liderada pela Deputada Arlete Sampaio, mas também assinada por mim, pelo Deputado Leandro Grass, pelo Deputado Chico Vigilante, pelo Deputado Prof. Reginaldo Veras, porque a preocupação com o funcionamento da política de assistência social é estrutural. São cinco Parlamentares desta Casa que têm demonstrado uma preocupação grave com essa situação.

Então, eu queria reforçar o que o Deputado Leandro Grass falou e lamentar profundamente a ausência do Secretário de Desenvolvimento Social do Distrito Federal. Acho muito ruim que ele não esteja hoje aqui respondendo pela Secretaria. E é importante nós registrarmos isso porque estamos no Parlamento, numa audiência pública, para debater essa política e é fundamental a presença de quem responde por essa área, mesmo que eu tenha um profundo respeito por cada um dos profissionais

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
15 08 2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	8		

da carreira que estão hoje em cargos de gestão e se esforçando – com todas as limitações, com as mudanças conjunturais que vivemos – para essa política funcionar.

A gente reconhece que essa galera se esforça todos os dias para fazer a coisa funcionar. Eu sei que tem gente aí que, independentemente de governo, está lá colaborando para as coisas melhorarem porque se colocam na gestão para o trem não desandar ainda mais. Eu sei disso porque sou servidor do GDF e sei o que acontece. No dia 1º de janeiro sai um decretão que parece que zera, chega um gestor novo que quer inventar a roda, que não conversa com os servidores, que muitas vezes demora a ouvi-los e isso é muito grave para essa política pública.

Então, essa união significativa aqui é uma demonstração de que podemos lutar, de que podemos melhorar a política de assistência social.

Eu queria saudar os demais membros da Mesa e dizer da importância de estarmos aqui conversando sobre isso.

Quero saudar as redes sociais, os especialistas, o sindicato, que tem batalhado e batalhou muito – não é, Clayton? – contra a reforma da Previdência, essa reforma que quer desmontar o sistema de seguridade social. Nós não estamos falando só de assistência, estamos falando de um sistema e de uma política social fundamental, e essa reforma tem tentado desmontar esse sistema. Eu sei como foi importante a postura do Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultural do GDF – SINDSASC nesse sentido.

Sou assistente social da carreira socioeducativa, já atuei em várias unidades parceiras da política de assistência social. Sei da importância dessa política para um distrito tão desigual quanto o nosso. É o segundo distrito mais desigual do País. Então, as relações sociais aqui são pautadas por profunda desigualdade. Enquanto há o Lago Sul com o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH da Suíça, há regiões periféricas muito pobres, sem saneamento básico... Há regiões em que não há atendimento, onde as pessoas têm uma renda média abaixo do salário mínimo, como é o caso do Sol Nascente. Então, temos vivido grandes preocupações, e essa política é uma política estrutural.

Nós não estamos aqui para arrumar culpados. Todo mundo sabe que o problema é estrutural. Quem discute política pública, quem minimamente entende das políticas sociais sabe que o problema se arrasta por vários governos. É um problema estrutural! Mas nós não temos outra alternativa. Nós temos que cobrar do atual gestor soluções para esse problema que estamos vivendo.

E cobrar alternativa significa cobrar a execução do orçamento; cobrar alternativa significa cobrar a nomeação dos concursados da Sedest. Essa nomeação é muito importante. Nós lutamos muito para que esse concurso fosse realizado, ainda que de forma tão precária, a ponto de termos de convocar os responsáveis – não é, Deputada Arlete Sampaio? – para conversar sobre o concurso, sobre suspensão de dia de concurso; quer dizer, foi tanta precariedade que os candidatos e as candidatas tiveram de enfrentar. Mas nós não estamos aqui reivindicando a nomeação pela

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
15 08 2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	9		

nomeação. Aqui não é o sindicato dos concurreiros. Muitas vezes nós conversamos nesta Casa sobre nomeações. Mas aqui há evidências, dados muito concretos que revelam a precariedade e a falta de servidores.

Então, o relatório que nós cinco fomos entregar ao Procurador dos Direitos do Cidadão sobre a situação da política de assistência social foi feito pelas redes sociais. Quando falo de redes sociais aqui, não estou falando de Instagram não. Estou falando das redes sociais que vocês conhecem, que são as redes comunitárias que se organizam. Sabemos que, na lei, nós temos 5.500 cargos existentes na carreira pública da assistência. Menos de 1.800 desses cargos estão preenchidos e, dos que estão preenchidos, menos de 800 – olhem a situação grave – estão lotados em 27 Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, 11 Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, 2 centros POP e 6 unidades de acolhimento, sendo que desses 311 são especialistas, 368 são técnicos e 214 são auxiliares.

Eu converso com alguns amigos e com algumas amigas assistentes sociais que trabalham e a situação é precária. Você não tem como formular minimamente um atendimento técnico de qualidade se não há pessoal. Isso acaba indignando muito os usuários e as usuárias que, às vezes, pensam que a culpa é do servidor que está lá na ponta atendendo, suado, sofrendo para atender numa unidade sem a mínima condição, muita precária, porque são muito precárias as condições das nossas unidades.

Nós temos visto, por exemplo, como o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira – PDAF, Deputado Leandro Grass, melhora as escolas. Nós vemos as nossas unidades do sistema socioeducativo da assistência social depredadas, acabadas, porque não há servidor para formular a política pública. É preciso que haja a nomeação, é preciso que haja essa reparação e é preciso que haja um compromisso do Governo do Distrito Federal para reestruturar a política de assistência social no Distrito Federal. Do feito que está, nós não podemos tolerar.

Ontem nós participamos de uma sessão da Câmara Legislativa no Sol Nascente. A sessão foi para o Governador sancionar a criação da região administrativa do Sol Nascente e do Pôr do Sol. O que nós dissemos lá, Deputado Leandro Grass? Dissemos que não adianta criar mais uma administração se não há investimento, se não há assistência funcionando, se não há saúde funcionando, se não há política pública funcionando.

Eu queria dizer a vocês que contem com o nosso mandato nessa luta. É um mandato comprometido com a política de assistência social, e nós queremos tirar encaminhamentos muito concretos desta audiência pública. Sei que nós, os cinco Parlamentares, vamos bater à porta desse governo, vamos denunciar aquilo que estiver errado e vamos lutar para que haja melhorias concretas nas políticas de assistência social e para que haja a nomeação dos concursados a fim de que possamos reaparelhar essa Secretaria. Muito obrigado. (Palmas.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
15 08 2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	10	

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Obrigada, Deputado Fábio Felix.

Eu gostaria de informar que o Deputado Prof. Reginaldo Veras, que assinou conosco o requerimento, esteve aqui, mas, como está completamente afônico, S.Exa. pediu para não participar porque não conseguiria falar. Também passou por aqui o Deputado Daniel Donizet, mas já se retirou. O Jorge Vianna já mencionei.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Boa tarde a todas e a todos. Quero cumprimentar aqui a Deputada Arlete Sampaio; o Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, Deputado Fábio Felix; o Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, Deputado Leandro Grass; a representante das redes sociais, Janaína Bezerra Nogueira; a Segunda Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT, Desembargadora Dra. Ana Maria Amarante; a Subsecretária de Assistência Social da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social – SEDES, Daniella Cristina Jikings; e o Presidente do Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultural do GDF – SINDSASC, Sr. Clayton Avelar.

Acho muito importante esta audiência pública.

Eu vou ser rápido porque nós estamos querendo ouvir os interessados nesse assunto, mas preciso dizer umas coisas para a Desembargadora Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, que está anotando tudo aqui, pois acho que há algumas medidas com que o Tribunal de Justiça pode ajudar.

Nós estamos numa situação, Dra. Desembargadora, em que os trabalhadores organizados têm os sindicatos para fazer a defesa deles. As entidades empresariais, comércio, indústria, todos têm federações e afins para fazer a defesa. A OAB defende os advogados. Mas quem defende os pobres? Esse é grande problema.

Eu fico imaginando a situação emocional de um servidor ou de uma servidora que está lá na ponta, e chega a ela uma pessoa que teve um parente que faleceu e ela não tem como fazer o sepultamento, e também o governo não tem recurso para fazer aquele sepultamento. O que está acontecendo aqui no Distrito Federal é que as pessoas estão fazendo vaquinha para enterrar os mais pobres. Isso não é correto. Isso não está direito.

Há uma outra situação, Srs. Deputados, Sra. Desembargadora e os presentes aqui, em que eu fico imaginando o coração partido, especialmente o das servidoras que têm filhos: é a de, quando chega uma pessoa que tem atendimento de cesta básica, o servidor ter de dizer para a pessoa que ela não vai receber aquela cesta naquele momento porque é só de quatro em quatro meses. Só se pode entregar de quatro em quatro meses. Não está correto!

Há outra pessoa que está numa situação em que foi despejada, tem o auxílio-aluguel, mas também não é pago. Aí o que a gente está vendo? Mais e mais pessoas

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
15 08 2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	11		

morando debaixo da ponte. Isso, Sra. Desembargadora, é em todos os cantos do Distrito Federal. Na entrada do meu setor de moradia, o Setor P Sul, lá na Ceilândia, precisa ver o tanto de pessoas morando debaixo de barracas. Ninguém mora debaixo de uma barraca porque gosta de morar debaixo de barraca. Cada um de nós que vamos para as nossas casas, principalmente agora no período do frio, está num quarto aconchegante com um cobertor, e aquelas pessoas naquelas barracas? O governo precisa atendê-las.

Voltem um pouquinho mais, debaixo do viaduto do metrô que liga a Guariroba à Universidade de Brasília. Já viram o tanto de gente que está morando ali debaixo? Não venha ninguém me dizer que aquelas pessoas estão lá porque gostam de estar debaixo daquilo. Naquele viaduto de Samambaia, aqui no Eixão, em todo canto!

Portanto, é preciso que sejam tomadas providências. O que a gente sente é que cada vez mais estão sendo retirados recursos da assistência social.

Existe uma cultura errada no Brasil de achar que o pobre é pobre porque Deus quer que ele seja pobre. E não é isso. Deus não quer ninguém sendo pobre. Deus quer igualdade social para nascer, para viver e para morrer.

Hoje aqui, Sra. Desembargadora, nós estamos tendo desigualdade até na hora do sepultamento, na hora da morte. Para os que ainda têm um dinheirinho para fazer o sepultamento, a família que tem, criaram uma modalidade onde tem capela bronze, capela prata e capela ouro. Mas existe, Sra. Desembargadora, uma situação mais drástica que são os que não têm direito a capela nenhuma. E, quando fazem uma vaquinha, têm de velar o cadáver por alguns minutos na beira da cova. Eu já vi isso. Estou falando de coisas que eu vi. Eu não me conformo com isso.

Portanto, é preciso que o Governo do Distrito Federal e todos nós acordemos para essa tragédia. E o que mais vejo é a grande imprensa pegar um pequeno desvio, tipo uma pessoa que tinha bolsa família e que melhorou de vida e não deu baixa imediatamente, isso aí é visto como um grande escândalo! E os financiamentos que são feitos pelo grande empresariado? Isso não é escândalo? A sonegação fiscal de bilhões não é escândalo? Agora, quando é para pobre parece que todo mundo está disposto a persegui-lo.

Quero, por último, dizer que aplaudo os servidores que optam, eles têm se ser aplaudidos, em fazer concurso público para assistência social. Eles são homens e são mulheres, Deputada Arlete Sampaio, verdadeiros heróis e heroínas. Imagina a carga emocional que cada servidor desse adquire! Eu sei de servidor que quando vai almoçar ou jantar chora ao lembrar daquela pessoa que está com fome e que ele não pôde atender. Servidor e servidora já me disseram isso. E termina transportando para casa esse sentimento do local de trabalho. Portanto, é preciso que todos nós acordemos para essa tragédia social em Brasília e possamos juntos ajudar a resolver esse problema. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Obrigada, Deputado Chico Vigilante.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
15 08 2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	12		

Lembrando bem, a fome tem pressa. Não é possível uma pessoa pedir uma cesta de alimentos em abril e recebê-la no mês de agosto. Não é possível pessoas que recebem BPC – Benefício de Prestação Continuada, recebem o bolsa família, o DF Sem Miséria, programa que nós instituímos aqui em 2011, serem prejudicadas porque não foi feito o cadastramento delas. Quando elas ligam naquele número 156 não conseguem agendar mais. Então, é impossível você deixar de receber, não por problema seu, mas por problema do governo.

E por último, um outro dado que eu queria passar aqui para todos vocês é que, ano passado, em 2018, os recursos liquidados, ou seja, os que realmente foram usados na Secretaria, foram de 88 milhões e 500 mil, lembrando que naquele tempo era a Sedestmidh – direitos humanos, mulheres, igualdade racial. Neste ano, o orçamento da Sedes, já excluindo essas outras áreas, é somente de 81 milhões. E agora mandaram uma suplementação de 6 milhões. Quer dizer, 87 milhões, menor que o liquidado para uma Secretaria que era muito mais ampla que a Sedes.

Então, realmente a gente vive uma situação dramática. Sem, inclusive, ter acesso porque não briga por isso, não faz jus a isso, com os repasses que vêm da União para a Assistência Social.

Eu quero convidar para tomar assento à Mesa a nossa companheira, Deputada Federal Erika Kokay. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Dando continuidade, agora vamos ouvir a nossa companheira representante das redes sociais do Distrito Federal, Janaína Bezerra Nogueira. (Palmas.)

SRA. JANAÍNA BEZERRA NOGUEIRA – Boa tarde aos integrantes da Mesa, boa tarde a todos e a todas. É um prazer estar presente neste momento tão singular e histórico. Eu sou assistente social formada há dezessete anos e nunca vi uma situação tão caótica como a que a gente tem vivenciado na assistência social.

Sou assistente social do Ministério Público, mas já passei pela saúde e sei que a assistência perpassa todas as políticas públicas, vivencio isso no dia a dia. Sou assistente social da Promotoria de Justiça de Ceilândia. Estou representando aqui a maioria das redes sociais locais do Distrito Federal, que são espaços que reúnem representantes das diversas políticas públicas: saúde, educação, assistência, segurança, habitação, de setores governamentais e não governamentais da sociedade que discutem os problemas vivenciados nos territórios na efetivação das políticas públicas.

Além disso, a gente troca experiências, discute situações e problemas dos usuários de forma intersetorial e articulada. Também são espaços de afetividade, porque a gente se solidariza com os problemas vivenciados por todos os atores que estão nesse território. É nesse contexto que a rede social de Ceilândia protagonizou o início de um movimento de mobilização para efetivação da política de assistência, inicialmente em Ceilândia, que foi a demanda que apareceu nas nossas reuniões e culminou nesta comissão geral.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
15 08 2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	13	

Numa das reuniões, a gente teve como pauta a precarização dos serviços oferecidos pela assistência na Região Administrativa de Ceilândia. A partir disso, criou-se um grupo de trabalho que tentou pensar em estratégias que pudessem dar visibilidade a essa questão. Esse grupo de trabalho reuniu-se e elaborou um relatório, falando, registrando a situação dos equipamentos do SUS em Ceilândia, que foi entregue ao nosso Procurador dos Direitos do Cidadão para que ele pudesse então fiscalizar a política de assistência no DF.

A partir disso, a rede social, com o apoio dos Deputados aqui presentes – nós agradecemos esse apoio –, convidou as demais redes sociais para discutirmos juntos, para estarmos juntos em defesa da rede de assistência, da política de assistência social no DF, já que as dificuldades eram compartilhadas por todas as regiões administrativas. Todas compartilham os mesmos problemas.

Em um encontro realizado nesta Casa, as redes decidiram registrar esses problemas. Isso resultou também em um relatório que a Deputada Arlete Sampaio acabou de comentar. Esse relatório condensado registra a situação da assistência social em todas as regiões administrativas do DF, ou na maioria delas. Esse documento também foi entregue ao procurador dos Direitos do Cidadão, a fim de subsidiar suas ações na fiscalização da política de assistência agora no Distrito Federal.

Eu confesso mais uma vez que nunca vi uma situação tão caótica na assistência. Estou falando isso não do ponto de vista teórico, mas do ponto de vista prático de quem participa das redes, de quem compartilha os problemas de usuários, os problemas dos servidores dos diversos setores, que não conseguem atender as demandas dos usuários que chegam para a gente. E aí compartilhamos os problemas que temos percebido, que temos escutado, que temos vivenciado lá. O adoecimento desses profissionais, que sinceramente merecem... (Palmas.)

É uma política desafiadora em razão da sobrecarga de trabalho, da falta de condição de trabalho. A gente tem CRAS – Centro de Referência de Assistência Social e CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social funcionando com um servidor analista, com um servidor especialista, desculpem, um assistente social, um psicólogo, um pedagogo. A gente tem unidades que funcionam de manhã, mas não funcionam à tarde porque não têm servidor, as unidades não atendem o telefone porque têm que priorizar. Por exemplo, no caso do P Sul – ela não está aqui, mas é uma guerreira –, ou ela atende o telefone ou atende os usuários.

Nós aplicamos questionários em algumas unidades de Ceilândia e vimos como o serviço, apesar dessa precariedade, é valorizado pelos usuários. Eles dizem: "Olha, o atendimento é bom, sou atendida com qualidade, mas falta servidor, falta funcionário para atender a nossa demanda". Tem fila de espera. De acordo com os dados que a gente recebeu, são 220 pessoas aguardando numa lista de espera. Ficam de madrugada nas filas para depois, quando são atendidas, escutarem: "Olha, hoje você não vai ser atendida, estou te recebendo apenas para dar essa mensagem". Há usuários que ligam no 156 e não conseguem atendimento porque não tem servidor para atender. Eu sou da Justiça e já peguei uma pessoa, um usuário, e disse: "Vamos

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
15	08	2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	
				14	

lá, vamos abrir o computador, vamos acessar para você marcar”. Quando a gente entra no sistema, não tem vaga. Daqui um mês, quem sabe, você consiga novamente vaga.

Isso resulta em 290 mil pessoas que não foram cadastradas, que tiveram problemas ao se cadastrarem, que não conseguiram fazer o cadastramento e, portanto, perderam ou estão na iminência de perder seus benefícios, ou de terem esses benefícios bloqueados. A gente tem o Conselho de Assistência, que está inoperante, parou de funcionar. Por conta disso, a gente tem unidades, instituições que atendem pessoas idosas, pessoas com deficiências, mulheres, crianças, que estão numa situação irregular ou com problemas no financiamento, a gente tem demanda reprimida de 344, pelo menos, idosos que estão em situação de risco. Não é em situação de vulnerabilidade, eles já estão em situação de risco por conta de exclusão social, por conta de violência, enfim. Esse idoso não é atendido, ele está aguardando numa lista de espera para ser atendido daqui a seis meses, um ano, dois anos.

A gente vivenciou, a gente compartilhou em Ceilândia a experiência de ver gestores tendo que decidir quem vai ser atendido primeiro: esse aqui tem mais risco do que esse? Eu estou falando de idosos! É a mesma coisa de um idoso chegar com um problema sério na emergência de um hospital e não conseguir atendimento. Idosos morrem em situações de violência, de negligência, que não foram sequer atendidos pela assistência, e não é porque não se quer atender, é porque não se tem condições de atender. Eu tenho crianças e adolescentes vítimas de n violências, inclusive sexual, também aguardando na lista de espera para serem atendidos nos Creas e nos Cras, crianças e adolescentes que poderiam estar sendo trabalhados nas suas vulnerabilidades para prevenir um risco social maior, mas também não conseguem atendimento.

O que ainda nos preocupa hoje, com toda essa situação, é esse concurso público em andamento. Ele não vai suprir as vagas, disso a gente já tem certeza. Eu estou escutando de outra Secretaria, ontem mesmo escutei de um servidor do Núcleo de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência Doméstica – NAFVD, acho que da Secretaria de Estado da Mulher, dizendo que existia uma luz no fim do túnel para a demanda reprimida deles, porque esse concurso da assistência iria garantir servidores para a Secretaria. Ou seja, além de a gente não ter as vagas preenchidas na assistência, ainda vai se preencher vagas de outras Secretarias. É o que está sendo veiculado por outras Secretarias.

Esses são alguns problemas que nós estamos vivenciando. E eu falo nós, porque eu estou trabalhando lá, nós estamos em rede, trabalhando em rede. E, em rede, a gente vê como a assistência social, essa política fantástica, simplesmente por sua inoperância, repercute, impacta nas outras políticas sociais. É uma criança e um adolescente que chegam a uma escola com comportamentos, com problemas vivenciados dentro do núcleo familiar que poderiam ser trabalhados com uma intervenção psicossocial, na assistência, e não tiveram acesso a esse atendimento inicial, preventivo.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
15 08 2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	15	

Nós já atuamos várias vezes em rede, e é mágico quando as coisas funcionam, quando os serviços conseguem atuar conjuntamente. É uma pessoa interdita, sofrendo violência dentro de casa, e que a atuação da assistência, de uma forma comprometida com o direito desse cidadão, consegue resolver o problema, consegue resolver essa vulnerabilidade, retirar essa família, contribuir para que essa família consiga superar a vulnerabilidade que ela está vivendo.

Isso repercute na saúde, com o adoecimento desses trabalhadores que vivenciam o desemprego, a exclusão social, o não acesso à renda mínima e à assistência para quem dela necessita e não consegue atendimento. Ele vai adoecer. Por quê? Porque esse adoecimento, a exclusão social é um determinante para o adoecimento físico e mental.

E a Justiça? E aí eu falo com propriedade, do lugar onde estou, nós recebemos das Promotorias de Justiça, promotores empenhados e tentando, chegam violações de direito. É o idoso, é a criança, é o adolescente, é a mulher em situação de violência que chegam às Promotorias de Justiça dos territórios por terem seus direitos violados em casa e pelo Estado. Chegam à Justiça como se a Justiça conseguisse resolver. E ela não consegue, porque ela vai esbarrar, mais uma vez, num serviço que não dá conta de atender.

O Creas de Ceilândia, por exemplo... Eu estou falando de Ceilândia porque é um território que eu conheço, mas isso é vivenciado por todas as RAs. O Guará, agora, teve uma demanda crescente no atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade pelo desemprego vivenciado por essas pessoas. São pessoas de concurso de nível superior que ficaram desempregadas e estão tendo que recorrer à assistência social, porque ela é uma política para quem dela necessitar. Então, mais uma vez, a política de assistência é uma política que perpassa e que impacta em todas as políticas sociais. (Palmas.)

Eu vou terminar, dizendo para vocês que nós precisamos de respostas urgentes. E nós estamos falando aqui, não pelos usuários, mas, também, com os usuários, porque atuamos junto com eles. As redes sociais locais também são compostas pelos usuários. Então, nós precisamos, neste momento, de uma resposta urgente dos nossos gestores. Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Muito obrigada, Janaína.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, registro as seguintes presenças: Sra. Luciana Carvalho, Subsecretária de Segurança Alimentar Nutricional da Sedes; Sra. Rafaela Câmara Lobão Barroso, assistente social; Sra. Elisa Costa, Presidente da ANSC Brasil; Sra. Shirlene de Melo, Presidente da... Não estou conseguindo ler. Alguma coisa de Planaltina... Também o Everardo, educador social, e o DF Movimento.

Concedo a palavra ao Presidente do Sindicato de Assistência Social, nosso companheiro Clayton Avelar. (Palmas.)

SR. CLAYTON AVELAR – Valeu, pessoal. Boa tarde para todos e todas.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
15 08 2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	16		

Estamos juntos, com certeza, companheiro.

Uma saudação muito calorosa aos servidores e servidoras, trabalhadores e trabalhadoras das entidades conveniadas, aos usuários da assistência social aqui presentes, ao pessoal do MTST e aos demais movimentos sociais.

Eu queria enaltecer muito a iniciativa da Deputada Arlete Sampaio, do Deputado Chico Vigilante, do Deputado Fábio Felix, do Deputado Leandro Grass e do Deputado Prof. Reginaldo Veras. Parabéns a vocês pela iniciativa e muito obrigado pelo convite.

Eu começo com um pouquinho de história. O Suas, que estamos aqui defendendo, é resultado da Constituição Federal Cidadã de 1988, e a Constituição Cidadã é resultado de movimentos como este que nós estamos fazendo aqui agora. Essa Constituição só foi aprovada porque, ao longo da década de 80, nós tivemos amplos, imensos, gigantescos movimentos sociais neste País que asseguraram que nós produzíssemos a Constituição mais progressista.

Só que a história segue. E a história recente do País tem sido um filme de terror que começou em 2015, piorou em 2016 com a ascensão de um Presidente ilegítimo, que piorou terrivelmente as condições de trabalho na assistência social, porque ele fez aprovar a Emenda Constitucional nº 95, que congela por vinte anos os gastos sociais e que obrigou os portadores de benefícios de prestação continuada a terem um cadastro único na assistência social, pressionando terrivelmente a assistência social por mais demanda.

E piorou, desgraçadamente piorou, em 2018, com a eleição de um desqualificado para a Presidência da República. (Palmas.) Esse desqualificado disse, durante a campanha, que os sindicatos tinham que acabar, portanto ele nos chamou para a briga. E nós dos sindicatos dissemos: "Nós aceitamos a briga". Nós vamos mostrar nas ruas a força que o povo tem quando se une, quando se organiza e se mobiliza. Não conseguimos, infelizmente, derrotar totalmente a Reforma da Previdência, mas conseguimos tirar algumas das mais perversas inscrições que lá estavam, dentre elas reduzir o benefício de prestação continuada de um salário mínimo para 400 reais ao mês, e aumentar a idade mínima para se obter o PBC de 65 anos para 70 anos de idade. Isso foi retirado. Isso é resultado da luta da classe trabalhadora, dos sindicatos e das centrais. (Palmas.) Nem por isso esse texto, que agora foi para o Senado, nós vamos defender, porque ele continua sendo um texto nefasto, um texto muito ruim.

E agora esse mesmo governo está passando o facão. O termo é esse mesmo, desculpe a ênfase. Esse mesmo governo está passando o facão no Bolsa Família, esse governo está passando o facão no benefício de prestação continuada, e essa é uma das razões pelas quais as unidades da assistência social estão superlotadas.

Nós temos 330 mil desempregados no DF. O desemprego não é fruto do acaso. O desemprego é fruto da mesma política de ajuste fiscal neoliberal que faz com que, por exemplo, o CAS solicite um orçamento de dez e a Secretaria de Planejamento

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
15 08 2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	17		

apresente um projeto de lei orçamentária com cinco! Sempre a peça orçamentária que é trazida para esta Casa reduz à metade o que o Conselho de Assistência Social solicita! É ou não é, aqueles que têm assento na assistência social? E o nosso sindicato teve assento lá por um momento.

E, como se não bastasse isso, vez ou outra os governos ainda contingenciam os recursos da assistência. Vez ou outra acontece essa coisa absurda, como agora, me que temos os repasses do Governo Federal reduzidos a 17% do que era no ano passado!

É claro que dessa maneira não há política que se sustente. Acho que há problemas de gestão... Eu, como o Deputado Leandro Grass, estranho e condeno a ausência do Secretário de Desenvolvimento Social aqui, mas, sinceramente, acho que o problema está muito acima dele, acho que o problema está no Governador Ibaneis Rocha, que está, a exemplo do governo anterior, fazendo uma opção pelo ajuste fiscal contra o povo, está fazendo a opção do ajuste fiscal contra os servidores.

Ontem, em uma solenidade, ele disse que nós vamos esperar o reajuste para 2020! Governador, não queremos mais promessas. Promessas o Governador já fez demais na campanha eleitoral. Agora o que queremos é cumprimento da lei! Cumprimento da lei no que se refere aos servidores e cumprimento da lei no que se refere ao direito dos usuários.

Desde 2015, quando o governo triplicou o preço do restaurante comunitário, o nosso sindicato decidiu que tínhamos de fazer uma luta conjunta com o público a que atendemos. Fizemos atos públicos na porta dos restaurantes comunitários, e agora retomamos essa iniciativa.

Eu cito, como prova de descompromisso do Governador Ibaneis Rocha com a assistência social, o fato de ele eliminar quase noventa, ou mais de noventa cargos que estavam distribuídos nos Cras e nos Creas. Tirou os assessores, o que gera sobrecarga de trabalho sobre os gerentes, o que gera sobrecarga de trabalho sobre os servidores, que, aliás, já estão bastante sobrecarregados.

Ontem, ele anunciou a criação da Administração Regional Pôr do Sol e Sol Nascente, nada contra a criação de administração regional, mas não creio que essa seja a solução dos nossos problemas! E me arrisco a dizer que muitos dos cargos retirados da assistência social vão ser agora transformados em cargos eminentemente políticos de interesses cartoriais para várias das administrações regionais, inclusive, dessa que acaba de ser criada. Essa é a realidade, isso precisa ser dito!

Bem, já foi colocado aqui, com muita correção, o fato de estarmos trabalhando com 20% da nossa necessidade de pessoal. No ano passado, fizemos uma greve de 84 dias e um dos resultados dessa greve, finalmente, – foi preciso suar sangue – foi que o concurso público acontecesse para meras 314 vagas! O sindicato defende a imediata contratação dos 314, não queremos contratação a conta-gotas, como está sendo previsto. E, mais, queremos a contratação de todo o cadastro reserva, porque, se os 1.800 entrarem, Deputada Arlete Sampaio, vamos ter 50% da nossa

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
15 08 2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	18		

necessidade, e, provavelmente, a maioria das nossas unidades continuarão abaixo da equipe mínima.

E eu gostaria de alertar aqui sobre um problema que está acontecendo, nós já participamos isso ao Secretário Eduardo Zaratz, peço que a Subsecretária tenha atenção com o fato, porque o Ibrae está descumprindo o edital! O Ibrae tem de respeitar o edital, item 10.5 dos dois editais, que tem a previsão de curso de formação. O Ibrae tem de chamar um número que seja a soma da contratação imediata e do cadastro reserva. Se o Ibrae não chamar esse pessoal todo para fazer o curso de formação, ele está descumprindo o item 10.5 do edital! O que foi divulgado recentemente precisa ser corrigido, sob pena de descumprir o edital, isso realmente não é bom.

Eu gostaria de encerrar, sempre enalteço essas iniciativas aqui da comissão geral e da audiência pública, mas não posso deixar de dizer que esta já é a quinta, somando audiência pública e comissão geral, tratando da realidade da assistência social. Precisamos de mais resolutividade! Precisamos de soluções concretas e efetivas! Parece que o Governador não tem muito respeito pelo Parlamento, parece que o Governador só dá importância ao Parlamento quando ele quer aprovar medidas como aquelas de retirada de direitos do servidor, ou quando ele quer aprovar alguma administração regional. Quando ele precisa de solução efetiva para 150 mil famílias, que são aquelas a que atendemos, ele não se mostra muito prestativo e não é tempo de ação, como ele coloca no seu *slogan* de governo.

Então, já um pouco cético com essas soluções, nós, do sindicato, decidimos fazer um esforço pelo caminho mais difícil, que é o de tentar mobilizar, organizar e unir as 150 mil famílias a que nós atendemos na assistência social. Vamos conseguir? Certamente não, porque é um esforço gigantesco para o tamanho das nossas pernas; mas nós vamos tentar e já começamos. Na semana passada, nós fizemos cinco reuniões abertas – muitos que estão aqui compareceram a elas – na Estrutural, no Itapoã, no Gama. Na próxima semana, nós vamos continuar esse percurso fazendo reunião na Fercal, em Santa Maria e em São Sebastião. Vamos continuar esse percurso até fazermos reuniões em todas as cidades. Conseguimos, na semana passada, uma média de 65 pessoas por reunião, aglutinando servidores e usuários da assistência social.

Chegam, ao sindicato, com muita constância, situações conflituosas que precisam ser superadas. Nós queremos dizer à população que o servidor público não tem poder de fazer com que a cesta de alimentos chegue até as residências. O servidor concede a cesta de alimentos, mas, se ela chegará ou não, depende do governo. O servidor concede um benefício eventual; agora, se esse benefício será entregue, não depende do servidor. Nós temos de nos juntar, usuários e servidores da assistência, para fazer pressão sobre aqueles que têm o poder de resolver isso; e o primeiro que tem esse poder é o Governador Ibaneis.

Concluiremos essas reuniões abertas em todas as cidades do Distrito Federal e, desde já, está todo mundo convidado, Parlamentares. Na próxima semana, será

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
15 08 2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	19		

segunda-feira na Fercal, quarta-feira em Santa Maria e sexta-feira em São Sebastião. Queremos aumentar o público médio de 65, para ver se a gente consegue atingir pelo menos 1%, 2% ou 10% das famílias a que nós atendemos no Distrito Federal, a fim de fazer o mesmo que a geração da década de 80 fez. Se hoje nós estamos aqui defendendo o SUAS – Sistema Único de Assistência Social; se existe o centro POP; se a assistência social se tornou uma política de Estado, apesar de combatida, é porque houve mobilização social. Se nós queremos manter essa política, temos de manter, reforçar e ampliar a mobilização social. Esse é o recado que o sindicato gostaria de dar a todos e a todas. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Obrigada, Clayton.

Só para confirmar o que você disse, o Conselho de Assistência Social reivindicou, ano passado, um orçamento de 174 milhões, mas o orçamento aprovado foi de 81 e, agora há pouco, foi suplementado em mais 6 milhões. Portanto, 87 milhões abaixo, menos de 50% do que foi solicitado pelo CAS – Conselho de Assistência Social.

Quero anunciar a presença do Deputado Fernando Fernandes, que acabou de sair; do Deputado Valdelino Barcelos, que está presente; bem como a presença da Lídia Parente, assistente social da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Eu queria, agora, passar a palavra à Deputada Federal Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Eu queria muito saudar a todas e a todos, saudar os Parlamentares que transformaram esta sessão da Câmara Legislativa em uma comissão geral para discutir a política de assistência social.

Penso que o Brasil ainda tem muitos pedaços do colonialismo, da escravidão e da ditadura. Nós não fechamos os ciclos dos períodos muito traumáticos da história brasileira, períodos que têm uma identidade com o nível da desumanização que provocaram nas pessoas.

A gente vive uma desumanização simbólica muito intensa no Brasil. Essa desumanização simbólica, penso eu, é patamar e preâmbulo para uma desumanização literal. Digo tudo isso, porque no Brasil, por muito tempo, foi construída uma narrativa de que a fome seria natural e de que a desigualdade seria natural. Essa naturalização era como se houvesse uma condição peremptória de termos a sociedade com tantos níveis de desigualdade. Nós temos uma sociedade, um País, extremamente desigual. Os profissionais e as profissionais de assistência social trabalham na perspectiva de assegurar os direitos.

Desde que houve a reconceituação da assistência no Brasil, em que se rompeu a antiga política com a lógica de *Rerum Novarum*, nós temos uma política de assistência social que garante direitos. Eu não tenho medo de errar ao dizer que os profissionais da assistência social são os profissionais que mais asseguram direitos neste País – algo tão sentido pelas casas grandes e senzalas.

Portanto, quando nós falamos de assistência social, nós falamos de uma política, primeiro, transversal, como aqui já foi dito. É uma política que dialoga com

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
15 08 2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	20		

outras políticas e que tem que partir do pressuposto de que, se é para assegurar direitos, os direitos são enganchados uns nos outros. Nenhum direito caminha sozinho. Direito não caminha solitário. Os direitos fazem uma ciranda de muita alegria.

É óbvio que nós temos os direitos todos fragilizados porque o Brasil está vivendo, desde 2016, uma ruptura democrática. É a democracia que sustenta os direitos, da mesma forma que os direitos levam as democracias – ou a democracia – para todos os cantos deste País. Portanto, nós estamos vivenciando um momento muito grave da história deste País.

Quando eu falo da história deste País, eu estou dizendo que aqui, no Distrito Federal, nós temos a repetição de um modelo, implementado a partir do Palácio do Planalto, de não primar pela democracia participativa direta, e, ao mesmo tempo, de não priorizar a necessidade de termos um país onde possamos vivenciar aquilo que foi falado por Rosa Luxemburgo: que sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e detentores da mais profunda liberdade.

Quem está na ponta e quem lida com a desigualdade neste País são os profissionais de assistência social. Por isso nós não poderíamos ter, penso eu, na Secretaria de Assistência Social, uma pessoa que não é assistente social, não conhece o que é a assistência social e não tem capacidade de gestão da política de assistência social.

Penso que nós temos um Governador que tenta retirar direitos e que trabalha com a mesma lógica do Governo Federal. Em algum momento, acho que Bolsonaro está para Trump como Ibaneis está para Bolsonaro, porque o Governador não reage à política implementada de destruição da assistência social, pois, se há os que acham que a fome é natural e que a desigualdade é natural, e se estes estão garfados por um domínio financeirizado da própria economia, como está o Governo Federal, nós não vamos ter uma política revigorada de assistência social.

Nós temos hoje um orçamento para a assistência social do Distrito Federal que é menor do que o que foi executado no ano passado. Portanto, não há prioridade, porque o povo não é prioridade. E ali nós temos, então, nas pontas, esse sistema que foi construído, o SUAS – Sistema Único de Assistência Social, fragmentado e precarizado.

Como é possível termos a carência de profissionais que nós temos na assistência social? Como é possível as pessoas não encontrarem atendida a demanda de uma cesta básica? Arlete dizia aqui o que Betinho dizia. Betinho dizia que quem tem fome tem pressa. Mas, moça, a gente não tem fome só de pão. Nós temos fome, também, de justiça, de igualdade, de beleza, de leveza. Nós temos fome de alegria. São tantas as fomes!

Os profissionais de assistência, no seu trabalho cotidiano, desconstroem uma lógica que confunde direito com favor. Direito não é favor, e tampouco nós podemos ter a população ajoelhada, de mãos estendidas, apenas esperando as migalhas que caem da mesa dos poderosos. Nós queremos uma política de assistência social que

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
15	08	2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	
				21	

possa fazer os enfrentamentos que a nossa cidadania exige, que a nossa humanidade exige.

Vocês lidam com a face de tudo que representa esta construção de um país marcado pelos grilhões, e o ferro dos grilhões eles só o substituíram pelo aço, o aço das balas que atingem a nossa população negra e jovem neste País, o aço das algemas que está também no pulso da população negra e jovem neste país.

Por isso, eu diria que é preciso valorizar a assistência social e a política de assistência social, até porque, quando a gente fala de assistência social, está falando das vítimas de um processo de desigualdade e da construção de um país que eles acham que pode ser cercado pelas cercas do grande latifúndio. E acham que nós temos que nos alimentar de alimentos eivados de veneno e de agrotóxico. E que o povo brasileiro não é povo, é o povo brasileiro transformado em gado.

É isso o que nós estamos vivenciando. E nós vamos ver isso na reforma da Previdência. Na reforma da Previdência, se nós conseguimos tirar o BPC – Benefício de Prestação Continuada, eles também constitucionalizaram a renda de um *per capita*, de um quarto por família. E tiraram a possibilidade de as famílias entrarem na Justiça e terem o poder discricionário do juiz para conseguir mais de um benefício ou para conseguir um outro critério de renda *per capita* para poder ter direito à vida, e à vida plena – não à vida pela metade, mas à vida plena. É isto que os profissionais da assistência social desenvolvem todos os dias: a vida plena!

Nós vamos ver que a reforma da Previdência, que retira a renda... Ah, nós vamos ver também que foi aprovado no dia de ontem, na Câmara dos Deputados, uma medida provisória que institucionaliza o trabalho aos domingos e que também tira a possibilidade de você registrar ponto e buscar os seus direitos.

Os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras desse País estão sendo moídos. E o que faz o governo? Destrói os conselhos de uma forma ou de outra, porque, ainda que a resolução do Supremo assegure que os conselhos previstos em lei não podem ser extintos, eles fazem como estão fazendo com o CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, ou não asseguram a vinda das pessoas para a reunião e, depois de três ausências, destituem a pessoa e a substituem.

Estão acabando e acabaram com o mecanismo de combate à tortura neste País e com os conselhos e a participação social. Agora estão dizendo que vão investir contra os conselhos profissionais, porque conselho profissional o Conselho Regional de Serviço Social – CRESS e tantos outros conselhos lidam com as condições do exercício da ética profissional, que pressupõem condições adequadas de trabalho. Os profissionais de assistência social estão trabalhando sem condições objetivas de cumprirem a função e de exercerem plenamente a capacidade profissional que é reconhecida pelo conjunto dos usuários.

Eu me pergunto que dor que há, que dor que há em você não ter poder, em você dialogar e estar frente a frente com a miséria e com a desigualdade e não ter os instrumentos necessários para que se possa superá-la. Por isso é fundamental e

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
15	08	2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral		22

urgente que nós tenhamos a reposição dos profissionais para que tenhamos os aparelhos e os equipamentos de assistência com profissionais em quantidade suficiente, senão é angústia demais, é sofrimento psíquico. O trabalho não é o local onde a gente tem que encontrar o sofrimento. É o local onde a gente tem que viver uma humanidade que pressupõe o exercício do trabalho, porque ele é transformador sempre.

Por fim, para encerrar, acho que nós deveríamos trabalhar para que tenhamos a reposição dos profissionais na quantidade suficiente para que possamos assegurar orçamento para financiar as políticas de assistência social e para que nós possamos construir uma legislação em que haja a responsabilização dos gestores. Esse Secretário de Assistência Social tem que ser responsabilizado pela sua incompetência e pela sua falta de compromisso com a população mais pobre desta cidade.

Portanto, são diversas e inúmeras lutas. E acho que a gente só vai enfrentá-las em rede – como aqui foi falado –, em rede do conjunto de políticas públicas, os equipamentos de assistência social que lidam com as mulheres vítimas de violência, que lidam com as crianças vítimas de violência sexual, que lidam com as pessoas que carregam no peito, que carregam na alma e na pele os sinais da violência sexista, LGBTfóbica, adultocêntrica, racista, social que nós temos neste País.

Nós precisamos trabalhar em rede, fazer uma unidade, como diz o sindicato que está desenvolvendo isso com os usuários e os profissionais, para podermos dizer que nós que trabalhamos todos os dias na construção de uma sociedade mais justa, os profissionais da assistência social, carregamos uma coragem imensa e carregamos o compromisso com a desconstrução da desigualdade e com a construção da felicidade. Por isso, esta comissão geral tem que caminhar na perspectiva da recomposição orçamentária, da recomposição dos profissionais e, ao mesmo tempo, do respeito e da construção da dignidade humana, porque esses são os lemas, e esse é o norte dos profissionais da assistência social.

Vou me calar com duas frases, uma delas diz: fora Bolsonaro, porque esse teu país é um país que exclui o povo brasileiro. Mas eu também vou dizer: fora aqueles que ocupam – ou o Secretário de Assistência que ocupa – uma função que não tem competência e compromisso para exercer. E à luta sempre! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Muito obrigada, Deputada Federal Erika Kokay.

Eu gostaria de pedir paciência, porque temos apenas mais duas oradoras que vão falar. Depois, vamos passar para ouvir vocês.

Concedo a palavra à Segunda Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, cuja presença é muito importante para todas nós, a Desembargadora Dra. Ana Maria Amarante.

SRA. ANA MARIA AMARANTE – Muito obrigada, Exma. Sra. Deputada Arlete Sampaio, nossa Presidente da Mesa. Gostaria de ter tido o prazer cumprimentar o

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
15	08	2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	
				23	

Deputado Chico Vigilante – sei que ele vai voltar logo, foi assinar uns documentos. Gostaria de cumprimentar o Deputado Fábio Felix, Presidente Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar; o Deputado Leandro Grass, Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle; a Deputada Federal Erika Kokay, que tem minha admiração sempre reiterada pela mulher cearense, estado que implantou os métodos das terapias comunitárias que hoje todos seguem, um exemplo importante a ser seguido.

Gostaria de cumprimentar os representantes das redes sociais: Sra. Janaína Bezerra Nogueira e a Subsecretária de Assistência Social da Secretaria de Estado, Sra. Daniella Cristina Jikings; o Presidente do Sindsasc, atuante como todo presidente de sindicato, Dr. Clayton Avelar.

Quero cumprimentar, ainda, os integrantes da nossa Justiça Comunitária da Justiça do Distrito Federal. É a Justiça perto da comunidade, organizando, resolvendo os problemas, ensinando o cidadão a buscar, ele próprio, soluções para os problemas da comunidade, ensinando a se articular, porque é uma sociedade civil organizada que vai ensinar a concretização desses direitos tão lindos da nossa legislação. Cumprimento ainda os senhores servidores e empregados da assistência social e cultural do Distrito Federal, que trabalham ali no *front*, na linha de frente do contato com os mais necessitados. É uma opção de vida que fizeram, altamente elogiável, merecem todo o apoio porque são, realmente, a mão mais sensível do Estado tentando chegar ao alcance do cidadão, resolver os problemas.

Inicialmente, eu quero agradecer a oportunidade de participar desta audiência pública de política de assistência social, assistência no seu mais amplo sentido: saúde, educação, moradia. Audiência pública é exercício de cidadania. Nós do Judiciário já estamos aprendendo a convocá-las, a ouvir os problemas, por isso serei breve, porque eu sei que é importante ouvir exatamente os destinatários da nossa atividade. Eles é que vão trazer para nós, às vezes, faces que nem suspeitávamos que existissem naquela problemática toda: “nossa, não reparei nisso, não reparei naquilo”. Por isso é importante. O foro ideal para esta audiência pública é esta Casa Legislativa, a Casa do Povo, que cria o direito novo.

Deputada Arlete Sampaio, nós temos leis lindas. Nós temos leis lindas que traduzem princípios consagrados mundialmente, mas que precisamos concretizar: liberdade, justiça, igualdade, segurança. Como é que se concretiza isso? Tem um Zé Mané, um Joaquim, um José da Silva, o pobrezinho que está lá sem saber da existência desses direitos, e como é que a gente concretiza e faz chegar até ele essa situação? É esta Casa que aqui, no âmbito Distrital, no âmbito das suas competências, vai permitir concretizar esses princípios. Ou seja, aplicá-los a casos concretos do cidadão que não pode ficar esquecido. É ele que é importante na nossa pauta. Nada de ficar imaginando doutores, juristas; é o povo que tem que estar, realmente, na linha de frente, é o nosso destinatário.

E por que a Justiça aqui? Essa justiça que todos dizem “É lerda, é lenta...” Na verdade, com a Constituição Cidadã, todo mundo passou a acreditar na Justiça e

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
15	08	2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	
				24	

começou a procurá-la, mas continuamos com muito poucos integrantes. Não chegamos a 17 mil em todo o País, em todas as Justças.

Quando eu fui relatora do Justiça em Números, como integrante do Conselho Nacional de Justiça, em um ano, em 2013, havia 90 milhões de processos no nosso estoque, pendentes na Justiça. Ano seguinte – são dois anos o mandato – entraram mais 10 milhões, e conseguimos a duro custo resolver cinco. O saldo agora subiu para 95 milhões. Agora não se sabe como, com tantas políticas que adotamos, simplificações, etc., conseguimos baixar para 87 milhões.

Por isso é que nós acreditamos e estamos implementando a justiça multiportas, muitas portas da Justiça. Não é somente resolver briga, não, gente. Brigar cansa, brigar é caro, é custoso. Exercer direito de acesso à justiça demanda percorrer as escalas todas do Tribunal. Nós estamos com a nossa justiça, agora buscando mediação, conciliação, conscientizando a comunidade. Nós temos centros judiciários para mediação, para o exercício da cidadania, nossos 22 CEJUCs – Centros Judiciários de Conciliação, dou exemplo de um deles: Centro Judiciário do Idoso. Semana passada, estávamos lá no palácio do governo também postulando implementação de políticas de assistência para o idoso.

E por que nós vamos ao Poder Executivo? Vamos ao Poder Legislativo? Porque, para funcionar a justiça multiportas, é necessário que se implemente o sistema de parceria. Temos que unir forças e, eu brincava dizendo, unir fraquezas, tamanha a crise, mas vamos unir nossas forças, ainda que desgastadas. Vamos unir nossas forças, porque esse sistema de parceria é fundamental para que consigamos, muitas vezes, a mediação. Nós estamos treinando servidores cada vez em maior número, para aproximarem as partes. Servidores que não são julgadores e nem serão testemunhas, mas que aproximam as partes para elas construírem a própria solução dos problemas.

Direito não é somente o que está na lei, não. Direito é o que é possível realizar e aquilo que as partes se dispõem a realizar, porque há outros valores além do direito satisfeito, aquele que está na lei: o valor tempo, o valor vida, o valor harmonia, o valor paz e é isso que buscamos na nossa justiça multiportas.

Nós temos um centro judiciário para superendividados, que coincidentemente se superpõe ao do idoso. O do idoso já funciona em parceria com a Defensoria Pública e o Ministério Público, porque nós não poderíamos funcionar sozinhos. Só a justiça não basta, há muito tempo estamos convencidos disso.

Vamos ao trânsito, vamos atender a chamada de batida de trânsito, com o CEJUSC-TRAN – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania do Trânsito. Vamos também ao encontro da mulher, da mulher em situação de violência doméstica e familiar. Ou seja, procuramos implementar todo esse intercâmbio. Onde estou eu procuro informar a todos da existência desse serviço gratuito e permanente que estamos prestando, abrindo muito mais portas porque dialogar é legal.

Vamos acostumar o cidadão a reivindicar direito porque direito é de exigibilidade garantida perante os Poderes, perante o legislador, perante o realizador

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
15 08 2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	25		

das políticas, perante o Executivo. E provocando também, quando há resistência do cumprimento desses direitos, o Judiciário e nós em resposta procuramos encaminhar uma solução adequada. Às vezes é só a briga mesmo, é o sistema que a gente chama de adversário contra adversário, paciência, mas procuramos canalizar também para outros tipos de solução, inclusive chamando o Poder Executivo, chamando o legislador, para que juntos consigamos encontrar respostas mais rápidas, mais simplificadas, que sejam realmente efetivas.

Então, estamos à disposição porque todos nós estamos realmente prestando serviço público. É esta a nossa função: funcionar para os senhores. Ficamos às ordens, obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Muito obrigada, Dra. Ana Maria Amarante. Agradeço muito a presença do Tribunal de Justiça aqui. É muito importante para todos vocês ouvirem que temos no Tribunal de Justiça pessoas como a Dra. Desembargadora Ana Maria Amarante, que está ao nosso lado no sentido de garantir os direitos a todos os usuários da política de assistência social.

Eu quero, antes de passar à última oradora, fazer um convite. Na segunda-feira, às 15h, neste mesmo local, nós vamos fazer uma audiência pública para discutir os avanços e os desafios da Lei Maria da Penha. Então, quem quiser participar está convidado, será na segunda-feira, dia 19.

Vou passar a palavra agora à nossa companheira Daniella Cristina Jikings, lembrando que ela está numa missão difícil, porque ela vai, como Subsecretária de Assistência Social, responder tudo que nós falamos aqui.

É claro que nós vamos ter a compreensão de que ela não é a Secretária, ela é a Subsecretária de Assistência Social. A Daniella é uma técnica de carreira do Ministério de Desenvolvimento Social, onde fui Secretária Executiva durante três anos. Esperamos que ela possa contribuir nessa confusão toda, tentando ajudar a concertar essas coisas. Eu acho que será muito difícil, mas espero que ela possa dar essa contribuição. E se mudarmos o Secretário, para ter alguém mais afeito à política de assistência social, talvez seja mais fácil.

Com a palavra, Daniella.

SRA. DANIELLA CRISTINA JIKINGS – Eu quero cumprimentar a Mesa na pessoa da Deputada Arlete Sampaio e saudar nossos usuários, nossos técnicos trabalhadores do Suas. Assim como vocês, como a Deputada Arlete Sampaio bem pontuou, eu também sou trabalhadora do Suas, sou Analista de Políticas Sociais do Ministério da Cidadania e estou há seis anos trabalhando pela política de assistência social. Contribuí com muito dos normativos que estão aqui hoje e que executamos.

Acho importante termos esse momento de debate, de diálogo. Eu venho da gestão federal, vim para essa área de execução e, realmente, deparei com um desafio enorme, é um momento muito crítico o que estamos vivendo realmente, mas eu

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
15	08	2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	
				26	

acredito sim que podemos mudar essa situação, eu acho que precisamos sim ter energia e muita força.

(Intervenção fora do microfone.)

SRA. DANIELLA CRISTINA JIKINGS – Já estamos fazendo isso, mas precisamos de mais nesse momento para assegurar tudo isso que construímos ao longo desses últimos vinte anos.

O Secretário Eduardo Zaratz está, sim, muito comprometido com a política. Tanto está comprometido que ele me convidou para assumir esse cargo e isso já mostra todo o seu compromisso, a sua vontade de fazer a política realmente rodar no Distrito Federal. Ele passou diretrizes muito claras para a gente.

Como o próprio Deputado Fábio Felix falou, a gente tem problemas estruturais. São décadas que a política vem se desgastando, que os trabalhadores vão saindo. O último concurso público realizado para a carreira foi em 2009, portanto são dez anos sem concurso público. Agora, realizamos mais um concurso que, de fato, não vai suprir a necessidade total, mas vamos fazer o possível para chamar todas as pessoas a fim de conseguir um quantitativo que traga um respiro e um novo momento nessa política.

Além disso, a gente também tem uma diretriz muito clara de readequação da infraestrutura e isso já está acontecendo. Já há unidades da assistência social que estão passando por reformas, por reparos e ações de manutenção. A gente já elencou, já fez um estudo. É importante eu falar que estou há apenas três meses nesse cargo, então durante esses três meses, eu e a minha equipe fizemos todo um diagnóstico, levantamos a situação real das unidades.

(Intervenção fora do microfone.)

SRA. DANIELLA CRISTINA JIKINGS – Mas a gente já está fazendo a solução. A gente já está nas unidades fazendo os reparos necessários.

Outra questão que temos é trazer isso para o nosso planejamento. A gente já tem um planejamento estratégico. E o nosso Plano Plurianual – PPA já vem com um outro olhar. É engraçado porque eu vejo que eu, do Governo Federal, venho para a gestão na execução do Distrito Federal e, quando me deparei com os PPAs anteriores, vi um mundo de sonhos, uma coisa bem distante da realidade, metas que nunca vamos conseguir cumprir. O nosso objetivo aqui é trazer isso para a realidade, ancorando em indicadores que tragam resultado.

Estamos nos baseando em dois indicadores que são essências para o Suas: o Indicador de Desenvolvimento dos Centros de Referência de Assistência Social – IDCRAS e o Indicador de Desenvolvimento dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – IDCRES. São três dimensões que a gente tem e com as quais a gente está se comprometendo, num documento de governo, a melhorar esses indicadores. As três dimensões são justamente: recursos humanos, infraestrutura e qualidade de serviços.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
15	08	2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	
				27	

Como eu já disse, a recomposição do quadro de recurso humanos já está sendo resolvida. A readequação das estruturas também já está sendo resolvida, inclusive estamos agora com um contrato de manutenção e já estamos aí com um contrato de reformas também sendo desenvolvido pela nossa Subsecretaria de Administração Geral – SUAG, para podermos readequar as unidades e atender às especificações a fim de conseguir aumentar os nossos indicadores. A gente sabe que há estruturas que, além de não estarem em bom estado, não estão condizentes com a estrutura necessária. A gente vai fazer esses reparos. Isso é muito necessário.

A questão...

(Intervenção fora do microfone.)

SRA. DANIELLA CRISTINA JIKINGS – Então, é importante lembrar que, nos últimos quatro anos, tivemos cinco gestores diferentes. Eu acho engraçado falarmos de mudança, se temos tanta mudança de gestão que não consegue trazer um norte. Então, precisamos, sim, de um norte – e nós temos. Pela primeira vez, nós temos um planejamento estratégico muito bem estruturado, não só da Secretaria como também da Subsecretaria de Assistência Social...

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Pessoal, Barba, um momento. A comissão geral foi organizada desta maneira. Está certo? Vamos respeitar a fala da nossa companheira. Depois vocês vão falar. Por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

SRA. DANIELLA CRISTINA JIKINGS – Bom, voltando...

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Bem, ela é a pessoa mais importante desta Mesa e vai falar em nome da Secretaria. Então, por favor, eu peço a vocês que tenham respeito à fala da Daniella. Por favor.

SRA. DANIELLA CRISTINA JIKINGS – Barba, é importante falar que a gente já conversa bastante

SRA. DANIELLA CRISTINA JIKINGS – Barba, é importante falar que a gente já conversa bastante. Eu entendo a impaciência de vocês, mas é importante também mostrar um pouco do que a gente está fazendo. A gente sabe que vocês têm impaciência e também quer mostrar que a gente está fazendo, não está de braços cruzados, não está esperando o tempo passar. As nossas equipes aqui são incansáveis, tanto as da ponta como as da gestão. A mesma falta de servidores que vocês têm na ponta, a gente também enfrenta na gestão. São várias pessoas ali dando conta de atividades diversas, porque o mundo da assistência social é muito amplo, muito diverso. São várias frentes, vários serviços. Não é uma estrutura simples de se lidar. São várias frentes, várias temáticas diferentes, vários públicos diferentes. Muitas das soluções estão vindo, inclusive, de vocês, da ponta. A gente está abrindo espaço para

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
15	08	2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	
				28	

trocar, para conversar, para qualificar debates, para a gente conseguir instrumentalizar, orientar melhor, porque o que a gente percebeu? Que ao longo desses anos, a gente perdeu memória institucional. Nós temos uma Secretaria cuja memória institucional, infelizmente, está nas pessoas, não está nos documentos. Então a gente está resgatando isso.

Além disso, é importante destacar aqui que o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal – CAS/DF já está funcionando desde maio. Houve reuniões tanto das comissões como as plenárias. A gente já fez a aprovação da reprogramação do superávit, pois, de fato, o DF é historicamente conhecido pelo Ministério como um mau executor de recursos públicos. Nesse momento a gente está fazendo isso porque a gente realmente está executando. A gente inclusive apresentou para o CAS a nossa execução de 2019. A gente está respeitando todas as regras. A gente também já apresentou a proposta de lei orçamentária para o Conselho ontem, inclusive. O nosso plano de ação já foi finalizado, também já foi apresentado para o CAS, e agora está nas mãos do CAS fazer a aprovação e consequentemente garantir os nossos recursos de cofinanciamento federal.

Acho que é muito importante este momento. A gente precisa, sim, discutir, colocar a política de assistência social no holofote, porque isso aqui não está acontecendo só no DF, é no Brasil inteiro. A gente precisa se unir. Nós não estamos aqui rivalizando. A gente precisa se tornar uma voz uníssona dentro da política de assistência. A gente não está aqui contra ninguém. Não é governo contra a sociedade. O governo está apoiando a sociedade. Ele presta serviço para a sociedade. Esse é o objetivo. A gente precisa prestar um serviço de qualidade. E, em seis meses, resolver um problema que é de décadas, a gente não vai conseguir fazer.

(Intervenções fora do microfone.)

SRA. DANIELLA CRISTINA JIKINGS – Então, a gente precisa melhorar. Isso é um fato. Sabemos disso. E a gente precisa de vocês. Eu vou finalizar para dar a voz às pessoas aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Bem, vamos ter calma. Agora vamos passar a palavra a vocês. A gente tem que ouvir todos os companheiros. São quinze pessoas inscritas. O painel vai mostrar o tempo. Todo mundo olhe para aquele painel. São três minutos.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – É porque é assim, Barba, que se organiza uma comissão geral. É assim que a Câmara Legislativa faz as suas comissões gerais.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Está ali a Janaína, que foi escolhida para representar vocês. Barba, por favor, ajuda! Ajuda!

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
15 08 2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	29		

Concedo a palavra à primeira inscrita, a Sra. Ana Marques, do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST.

Depois da Ana, à Sra. Maria Zezé, do MTST.

SRA. ANA MARQUES – Boa tarde a todos.

Não é fácil a tarefa e a responsabilidade de falar hoje como usuária da assistência social. Então, temos muitos desafios, né?

Em primeiro lugar, quero agradecer a oportunidade, como usuária e integrante do MTST. Então, assim, são muitos desafios para nós famílias de vulnerabilidade como usuárias do CRAS – Centro de Referência e Assistência Social. Então, assim, estamos sendo discriminados. Em primeiro lugar, quando chegamos lá para sermos atendidos pelos profissionais, eles simplesmente estão julgando a gente pela aparência, e a gente necessitando de cestas básicas...

Todo mundo sabe que fome tem pressa. Então, a gente fez uma solicitação em maio e veio receber agora. Eu acho um absurdo, entendeu? Estamos tendo vulnerabilidade negada, auxílio-aluguel negado, entendeu? Se a gente passa quatro, cinco, seis meses para receber...

Como usuários, não queremos que fique só em uma ação, porque o que eu estou vendo é que é uma ação social, não é uma assistência, porque eles não estão dando assistência a essas famílias, não só como cesta básica, como vulnerabilidade, como auxílio-aluguel, mas sim com capacitação para as famílias.

Para começar, a assistente social precisa ir a essas comunidades para estar desenvolvendo geração de emprego e renda para essas famílias. Porque, se continuar só numa ação, a gente não vai ter desenvolvimento social, entendeu? Então a gente está precisando muito ser assistido.

Precisamos também de capacitação para os profissionais que estão lá para atender os usuários, porque a gente chega lá, são pessoas – alguns, eu não falo todos – desumanas. Você já vai desabilitado e, quando chega lá, você recebe um não. Sabe aquele não que te deixa para trás? Aquele não... Eu como usuária fico indignada, porque é muito triste, muito triste mesmo.

A gente até se envergonha ao falar da assistência social porque todo mundo sabe que assistência e o CRAS é uma porta de entrada para todas as famílias onde não se dá capacidade para essas famílias progredirem. É isto que eu peço aqui: que elas sejam mais assistidas. Comecem a andar nas comunidades e dar mais apoio a essas famílias, entendeu?

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Com a palavra a Maria Zezé do MTST. Em seguida, o estudante André Freitas.

Antes, porém, quero anunciar a presença do Deputado Iolando Almeida. Passou por aqui também o Deputado João Cardoso.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
15	08	2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	
				30	

SRA. MARIA ZEZÉ – Boa tarde, companheiros e companheiras trabalhadores e usuários. Cumprimento a Mesa, em especial, o Deputado Fábio Felix, a Deputada Arlete Sampaio, o Deputado Leandro Grass, todo mundo que chamou este evento para esta Casa de Lei com a participação dos usuários.

Não vou me alongar porque a Mesa trouxe falas muito contempladoras, como a fala do Deputado Leandro Grass, do Deputado Fábio Felix, do Deputado Chico Vigilante, que não está presente, da Deputada Federal Erika Kokay e de alguns outros.

Faço questão de reforçar o que o Deputado Chico Vigilante falou, o que o Deputado Leandro Grass falou, o que o Deputado Fábio Felix falou um pouquinho: da falta do Secretário, de ele não estar aqui. Quem realmente precisava estar aqui ouvindo não está, que é o representante oficial do governo, para ouvir, porque, se não, nós vamos falar para nós mesmos. Nós não podemos falar para dentro, nós não podemos falar para nós mesmos o problema que todos nós sabemos. Quem é usuário sabe como é tratado.

É culpa do servidor? De alguns, não. Servidor técnico, capacitado e humanizado não tem culpa, porque ele também está doente, ele está se esforçando para atender àquela família que vai até ele, que está numa situação de vulnerabilidade total.

Mas há servidor, como o Clayton falou, como outras pessoas aqui falaram, como a Deputada Federal Erika Kokay falou, que estão realmente ocupando um espaço que não deveriam, espaço esse que deveria ser aberto para novas pessoas que fizeram concurso, pessoas técnicas, capacitadas e humanizadas que atendem realmente às pessoas com respeito e dignidade, que não fazem pré-julgamento da assistência social.

Eu sou de um movimento social há onze anos, atuo lado a lado com isso. Há anos fui usuária da assistência social e eu sei o que é sentir na pele quando você vai a um CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, e algo é negado para você, ou que você recebe um pré-julgamento.

O servidor olha para uma família e, se ela é novinha, com o cabelo *dreadlock*... *Dreadlock* nem toda vez é pago. Às vezes, a gente faz 0800, mas o servidor olha e diz: "Ah, não tem dinheiro para comer, mas tem dinheiro para colocar o *rastafari* que custa 200 reais, 250 reais".

Mas ele não sabe. Fome é um câncer, é uma aids que precisa do coquetel, que precisa do medicamento todos os dias. A fome é uma doença, e o remédio da fome chama-se comida. Chama-se comida. Isso é o básico. É o básico. Por quê?

Não tem como a gente falar de assistência social se a gente não falar de moradia social. Eu não estou aqui dizendo que tem que acabar com a assistência social não. A assistência social tem que ser reformulada.

A gente tem que se unir. Usuário e servidor capacitado, técnico e humanizado têm que se unir para garantir direito de quem tem, para que esses direitos sejam garantidos.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
15 08 2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	31		

Eu fico muito feliz porque o TJ está na Mesa, porque o que o governo faz hoje, quando ele deveria estar garantindo, é tentar criminalizar quem luta por direito. É tentar prender o movimento social que organiza o povo para lutar e mostrar quais são os seus direitos. Isso a gente não pode aceitar. A gente não pode aceitar.

Eu, como movimento social, digo que podem me prender, podem ficar à vontade porque vou seguir lutando, organizando o povo, falando dos seus direitos, e a gente vai estar junto até que cada um tenha seus direitos garantidos. Até que cada um tenha seus direitos garantidos.

Eu agradeço muito, mas, infelizmente, a gente não tem muito tempo para falar, mas falaram aqui do benefício social, de vulnerabilidade, de natalidade, de excepcionalidade, de mortalidade, exatamente o que o Deputado Chico Vigilante falou.

A gente já acompanhou família nossa, do movimento. A gente não está aqui pedindo que o direito seja garantido só para quem é do movimento. É para todo o povo. Para todos os usuários ele tem que ser garantido, sejam eles quem forem, se eles tiverem direito a esse direito, ele tem que ser garantido.

Eu quero dizer também que tenho uma grande honra de estar aqui e ver algumas pessoas de gestões passadas que estiveram no governo e que, minimamente, garantiram direitos, como a pessoa da Marlene Azevedo, do Hernandes, de alguns servidores que estão aqui e que já atenderam com humanidade, com capacidade técnica as pessoas.

Para mim, sei que a gente está caminhando do mesmo lado e que estamos no rumo certo quando esta Mesa chama pessoas para ocupar esta Casa e para falar de seus direitos.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Muito obrigada, Zezé, pelo cumprimento do tempo. Eu sugiro que todos façam como a Zezé, falem no tempo porque há quinze pessoas para falar.

Agora falará o André Freitas. Depois dele, o Rogério Barba.

SR. ANDRÉ FREITAS – Olá, boa tarde. Boa tarde à Mesa. Boa tarde a todos, em especial aos movimentos sociais.

Eu vim aqui representar os concursados, especialmente os do cargo de técnico. (Palmas.) Nós sabemos que há mais de dez anos não existe um concurso da assistência social, e essas vagas não suprem a necessidade, não chegam a 50%, como foi falado aqui. O nosso pedido, o pedido da comissão organizada, é que primeiramente se quebre a cláusula de barreira para nós, porque seiscentos agentes vão ser chamados para o curso de formação. É muito pouco, nós sabemos que o DF é uma das maiores unidades da Federação. Então, esse é o nosso primeiro pedido.

Também quero trazer um dado aqui colhido do Portal da Transparência, que mostra que, no cargo de técnico, hoje há 607 técnicos e 3 mil cargos vagos. Muito se

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
15	08	2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	
				32	

ouve aqui sobre a falta de orçamento, e aí eu queria saber quem está mentindo. É o IBGE, que diz que o DF é uma das unidades mais ricas da Federação e que mais arrecada? Onde está o dinheiro? Essa também é a minha dúvida, porque falamos muito de corte orçamentário, mas acho que é corte orçamentário nas áreas em que o governo quer cortar, ele não está priorizando a assistência social. Nunca foi uma prioridade também de governos anteriores, mas eu acho que está na hora de mudar isso.

Queremos também, aproveitando aqui a fala, perguntar à Subsecretária que está aqui como vão ser essas nomeações. Como elas vão acontecer? Vão ser aqueles 8% que estão no edital? Esse pingado? Com esse gato pingado você não vai resolver, você vai prolongar, porque as demandas são crescentes, e o pessoal não vai suprir as demandas crescentes.

É isto que viemos reivindicar: que seja homologado este ano o concurso e que também utilizemos a LOA deste ano, porque a LOA deste ano tem 274 vagas previstas. Ela foi aprovada por esta Casa – 274 vagas, 167 para especialistas, 107 para técnico administrativo. Então, o nosso pedido primeiramente é nada mais do que aquilo que vocês já aprovaram aqui nesta Casa. E nós pedimos também a ajuda dos Parlamentares na LOA. Eu já vi, dei uma olhada na LDO, e estão previstas 314 vagas, mas isso poderia ser ampliado. Portanto, eu peço a esta Casa que nos ajude neste sentido, que a LOA entre em votação. Caminhemos juntos, façam mais audiências como esta.

Peço também à Subsecretária que abra o diálogo para que possamos ter mais falas com o governo, para que possamos ter reuniões com vocês, que vocês abram o canal. Não precisa de uma audiência, mas nos chamem, por favor, que abriremos diálogo nesse sentido.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – O Barba falará agora.

Só para explicar a vocês, o governo mandou a LDO sem previsão alguma de contratação dos concursados, mas eu fiz uma emenda para contratação dos 304 servidores da assistência social.

Então, foi aprovada a minha emenda nesta Casa. Acho que é importante vocês saberem disso. É pouco? É, mas é o início para começarmos a organizar as coisas.

Depois do Sr. Rogério Barba, falará a Sra. Ana Costa, do Sol Nascente.

SR. ROGÉRIO BARBA – Boa tarde. Queria cumprimentar a Mesa e pedir desculpa à Deputada, porque não é fácil, a gente que morou trinta anos na rua, ficar escutando muitas coisas que a gente ouve que é difícil de digerir. A gente tem que tomar até uma coca para ver se desce. Tanta coisa é falada, é lindo, bonito, mas a gente tem visto o caos em que se encontra a área social de Brasília.

Eu, sem medo de falar, sou fruto da área social de Brasília, sou fruto das políticas públicas de Brasília, sou fruto da gestão passada, onde tive todos os meus

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
15	08	2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	
				33	

direitos garantidos, corri atrás. Eu vejo hoje uma situação de calamidade. Eu sou fruto da gestão da Marlene, e não é porque ela está aqui, não. Ela sabe disso. Sou fruto da gestão do Hernany. Sou fruto da gestão do Joe Valle quando estava ali, da Bel. Pessoas que realmente tinham um compromisso com a rua. Vinham para a rua, debatiam com a rua.

Eu sei que essa solenidade, Deputada, foi puxada por outras pessoas. Olho para o telão e leio: "comissão geral de política de assistência social no DF". Nós temos três representantes que foram eleitos democraticamente por nós, em votação. Pelo menos um tinha que falar pelos usuários. Nós somos usuários, cadê o meu representante que fala por mim? Ele deveria estar sentado à Mesa. Até quando nós vamos ser invisíveis? Até quando não vão nos dar voz? Quando vão pôr a assistência social de ponta, da rua, na mesa para falar por nós? Ninguém falou por nós. Nós temos três minutos. Eu entendo a democracia da Casa, mas é muito pouco.

Nós já vamos, desde que o ano começou até aqui, acho que para cinco sessões falando de assistência social. O que foi resolvido até hoje? Nós precisamos lutar. Gente, nós temos sede. São pessoas que, hoje, a população de rua está indo para as casas de acolhimento. As casas acolhem, só que ficam três meses. Em três meses não dá para tirar um documento. Essa pessoa tem que voltar para a rua. O que estão fazendo com o dinheiro público do nosso País? Essa pessoa sai de lá em três meses e volta para a rua, depois ela volta para casa de novo. A quem interessa ter essas pessoas na rua?

Nós precisamos discutir política de acolhimento, a gente pode ter um ano. Nós temos serviço de abordagem? Sim. Mas o que adianta abordar uma pessoa, pegar dados e não ter como tirar essa pessoa da rua? Isso é uma vergonha. Não é esse tipo de serviço que nós queremos, gente. Eu acho que precisamos, Deputada, verdadeiramente, ter uma sessão onde a gente discuta isso de ponta.

Eu gostaria que, da próxima vez, os usuários, a rua estivesse aí em cima e vocês aqui embaixo. Depois vocês subiriam para discutir o que nós queremos trazer para vocês. Nós queremos que vocês debatam em cima da nossa palavra, senão vamos ficar nós falando por nós, de novo.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Obrigada. Só para explicar uma coisa a vocês: se vocês fizerem uma assembleia e nos convidarem, nós iremos lá ouvir vocês. Mas isso aqui é uma comissão geral da Câmara Legislativa. É assim que é organizada uma comissão geral. Está certo? Calma. É assim, meu amigo. Façam uma assembleia e nos convidem, que iremos. Aí vocês falam o tempo todo, e a gente fica escutando. Está certo?

Vamos lá. Passaremos a palavra à Sra. Diana Costa, do Sol Nascente, e depois à Sra. Leide Coelho.

SRA. DIANA COSTA – Boa tarde a todos.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
15	08	2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	
				34	

Bem, eu, como fruto de Ceilândia e agora moradora do Sol Nascente, venho aqui porque as estatísticas estão aí. Vocês sabem o que está acontecendo de errado. Eu acho que é muito ruim para quem não tem arroz numa panela, para quem não tem dinheiro para comprar pão, chegar às 5h da manhã no CRAS para conseguir um atendimento e não conseguir. Aí, você liga no 156, mas não tem vaga.

Se tem toda essa estrutura, se vocês têm todas essas estatísticas, por que não funciona? Até quando? Até quando a gente vai ter que mendigar uma política que é direito nosso? Até quando quem não tem um emprego... Eu acho que quem procura o Cras não vai ali buscar esmola, não. Ele vai buscar um direito adquirido, que é uma política pública. Ele vai ali porque sabe que ali é o local que ele tem que ir.

Muda secretário, muda gestor, fica um monte de cargo comissionado, entra o pessoal e fica todo mundo perdido. A gente que está ali, chega de madrugada, correndo risco, e não consegue atendimento. Quando consegue, é precário. Você pede uma cesta básica, como já foi falado aqui, ela demora de dois a três meses. Você pede um auxílio-natalidade, ele demora de dois a seis meses, e aí? Cadê o Secretário para estar aqui e a gente reivindicar isso?

Na hora de ir na casa da gente pedir voto e dizer que vai melhorar, está todo mundo lá. Todo mundo é pai de todo mundo. Mas até quando vamos ser órfãos? Até quando nossos pais só vão aparecer e dar tapinha nas costas na época da eleição? Por que eles não vão lá e efetivam então essa paternidade? Por que eles não vão lá e fazem coisas efetivas? Políticas efetivas que, enfim, deem dignidade. Acho que todo mundo que está aqui, está buscando dignidade de uma forma ou de outra.

Aqueles que se profissionalizaram, ou porque viveram essa realidade e querem mudar, não querem viver isso toda a vida, ou então aqueles que fazem parte do processo, mas não têm condições de se reestruturar, porque ou você estuda ou você come. Para terminar os meus estudos, tive que contar com a ajuda de amigos. E quem não tem amigos, que não tem aquela pessoa ali para ajudar com livros, ajudar com uma apostila ou com uma impressão? Vamos pensar mais no geral, vamos sair da didática, vamos sair do papel. Vamos lutar mesmo, vamos fazer coisas efetivas. É disso que a gente precisa. (Palmas.)

Encerro as minhas palavras. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Obrigada, Diana.

Acho que a Diana colocou questões importantes. Só quero explicar uma coisa a vocês. Nós somos Poder Legislativo, nós não executamos, não temos a caneta. Então, a gente está aqui para legislar, para mediar entre os interesses da população e o próprio governo. Antes que vocês saiam, que muitos saiam, quero dizer isso a vocês. Nós aqui já acertamos uma coisa. Todas as vezes que a gente faz uma audiência pública ou uma comissão geral, eu, da minha parte, faço um relatório e encaminho ao governo. Mas agora a gente decidiu aqui que vai não só fazer o relatório, mas vai entregar pessoalmente e provocar uma conversa com o Governador do Distrito Federal para levar as reivindicações que vocês colocaram. (Palmas.).

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
15	08	2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	
				35	

Concedo a palavra à Sra. Leide Coelho.

SRA. LEIDE COELHO – Eu quero cumprimentar a Mesa e agradecer especialmente à minha colega Janaína, que está representando as redes.

Quero dizer que faço uma grande defesa em favor das redes sociais locais. Participo de redes há dez anos e esse é um espaço que também é para os usuários. Então eu quero convidar todos os usuários que estão aqui hoje para procurar as redes locais de suas regiões. Esse também é um espaço em que vocês podem estar junto com os servidores para discutirem algumas coisas, é bem importante. Acho que essa é uma fala importante.

Eu queria dizer que, como servidora da Secretaria, quero reconhecer que os servidores têm se esforçado nessa missão de garantir o serviço. O planejamento tem sido feito em anos anteriores. Nós fizemos um planejamento coletivo em que os servidores participaram efetivamente desse planejamento, inclusive colegas que estão hoje na gestão e que estiveram também na gestão. A gente precisa reconhecer isso. Nós, servidores, estamos lá na ponta. A gente sabe das dificuldades. Nós também planejamos. Então, é muito difícil, tem sido muito difícil para nós.

Tem dias que a gente fica até muito tarde da noite para tentar dar conta. Essa realidade que a gente tem enfrentado é uma realidade de fato atípica, eu tenho que dizer isso. Nessa história toda, eu tenho mais de dez anos de Secretaria, a gente nunca viu passar tanto tempo sem um cargo de gestão desde o início de um governo. Acho que o Governador tem que atentar para isso. Perder cargos? A gente nunca viu isso acontecer nesse formato, gente. Em todas as unidades, os Cras, os Creas perderam cargos fundamentais, que são cargos de assessores. Isso é muito sério, e claro que isso afeta o planejamento.

Eu quero perguntar para a Subsecretária e para a Mesa como fica essa situação. Nós temos colegas respondendo, gente. Isso é muito difícil. Colegas adoecidos ainda estão respondendo em unidades, ou seja, unidades que não têm gestores ainda. E nós estamos em agosto. É uma situação muito difícil.

Este momento aqui tocou as redes, tocou outras políticas diante das nossas dificuldades, e acho que isso tem muito a dizer de cada um de nós. Como participante da rede, nós temos feito ali uma defesa da política de assistência social, e foi por isso que as redes se reuniram conosco, da política, para pensar em estratégias para melhorias dos serviços.

E aí, às vezes, temos de defender que estamos ali querendo executar as nossas atividades. Então, filas intermináveis, às vezes, em Cras de pequeno porte, Cras pequenos, e nós tendo de justificar para as pessoas da saúde, para pessoas da educação, porque não conseguimos atender! Nós não conseguimos porque somos poucos! A usuária acabou de perguntar aqui: "Por que a gente não consegue, sabendo das dificuldades?". Porque nós somos poucos! Agora, planejar e pensar em tudo que podemos para que o serviço aconteça, nós pensamos, mas precisamos de uma resposta.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
15	08	2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	
				36	

O colega concursado veio aqui e fez essa fala de que precisamos de servidores, precisamos mesmo, mas dizer também que nunca tivemos planejamento acho que não! Precisamos planejar, sim, e os servidores estão tentando fazer isso diariamente lá na ponta. Fico até emocionada ao dizer isso, mas falo para vocês que têm dias que eu trabalho dez horas por dia para dar conta disso. Agora, sozinhos, não podemos. Então, peço essa sensibilização de cada um. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Obrigada, Leide.

Concedo a palavra o Sr. Hernany Castro, pedagogo do Cras de São Sebastião.

SR. HERNANY CASTRO – Boa tarde a todas, boa tarde a todos. Na pessoa da Presidente Deputada Arlete Sampaio, cumprimento a Mesa.

Quero dizer que, para mim, é um momento muito importante este aqui e de muita emoção, porque, dia 23 de outubro agora, completo onze anos de Secretaria, então, mais de uma década dedicada à Secretaria e à assistência mais alguns anos, mais ou menos uns quinze no total. E tenho a tristeza de ter de dizer aqui que este é, sem sobra de dúvidas e com toda convicção, o pior momento da política de assistência social no Distrito Federal na última década. É o pior de todos! Eu não me lembro de um atraso tão grande em relação à cesta básica, não me lembro de um atraso tão grande em relação a benefícios eventuais.

Fico me perguntando como um usuário, numa das últimas assembleias que fizemos, perguntou ao Governador, que estava na Praça do Buriti, se na mesa do Governador e na mesa do Secretário Eduardo Zaraty falta frutos do mar, porque na mesa do povo falta comida, falta o básico!

É muito ruim para nós, como servidores, para mim como servidor que estou atendendo as pessoas diariamente, ter de explicar para elas uma coisa que a Secretaria nunca explicou para mim: por que essa pessoa tem de esperar três, quatro meses, para receber uma cesta básica? Ontem, conversando com um colega, por acaso é do gabinete da Secretaria, ele dizia para mim que, na verdade, o problema do atraso este ano é culpa do servidor, é culpa daquele que o Governador colocou para responder pela unidade – sem cargo, sem o mínimo de condições, sem o mínimo de dignidade para poder fazer o trabalho dele, o nosso trabalho!

Então, o que vemos é uma evasão de responsabilidades. A Secretaria se exime da responsabilidade diante da fome que o povo está passando. E a fome no Distrito Federal só está aumentando, só está aumentando!

Fico me perguntando: será que não é hora de mudarmos o nome da Secretaria? Pois ela não é de desenvolvimento social, ela é a secretaria da fome, é a secretaria da morte, porque pessoas não conseguem nem ser enterradas. Não têm urna, não têm caixão. E esses corpos ficam onde? Ficam lá no hospital, aguardando.

Então, esta Casa não pode permitir que esta situação aconteça. Não podemos mais permitir, não tem como tolerar mais o amadorismo, a falta de competência! Não é possível ter alguém gerindo e coordenando a política de assistência social que não

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA					NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
15	08	2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral		37

tenha experiência, que não tenha competência e que não tenha formação na área! (Palmas.) Isso é um desrespeito com a população, sobretudo! Temos que tomar providências. Esta Casa precisa tomar providências! Não pode continuar permitindo que a Secretaria continue se evadindo da sua responsabilidade.

Então, penso que esta Casa deve, a meu ver, convocar os responsáveis, sim, para vir prestar esclarecimentos, para vir prestar contas. Dizer que é culpa do servidor, é muito fácil, mas assumir que a Secretaria ficou sem contrato de cesta básica, ninguém assume! De quem é a culpa? De quem é a responsabilidade? Com certeza, não é do servidor nem da pessoa que está aguardando a cesta básica dela há quatro meses.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Muito obrigada, Hernany.

Agora, concedo a palavra à Sra. Nathalia Freitas. Depois, falará a Maria Madalena.

SRA. NATHALIA FREITAS – Boa tarde. Cumprimento a Mesa.

Eu sou Nathalia, assistente social dessa Secretaria há dez anos, como os nossos colegas. Estou no Governo do Distrito Federal há quatorze anos.

Fico muito feliz em ver este momento aqui na Câmara Legislativa com os usuários da assistência social. Agradeço muito aos Deputados por terem acolhido a demanda da rede social de Ceilândia. É um orgulho ver que a gente está construindo esse espaço aqui, porque ele veio das redes. O pessoal da Ceilândia, na pessoa da Janaína, está sendo representado aqui. Eu fico muito orgulhosa de participar deste momento, que foi muito acolhido também pela rede do Paranoá, de São Sebastião, do Bandeirantes. A Leide sempre atuou também para que esse momento acontecesse.

Eu lamento, absurdamente, que o gestor da assistência social não esteja aqui. A assistência social passou, sim, por muito tempo, por precariedade, mas tivemos muitos anos de muitas conquistas. Conquistas que foram construídas de baixo para cima; conquistas que vêm de conferências; conquistas que vêm de processos democráticos que se constroem com escuta, estando junto, vindo aqui. Esse já é o segundo momento em que eu venho nesta Casa Legislativa e não encontro o Secretário de Estado. É preciso dialogar, é preciso ouvir a fala do povo.

O Conselho de Assistência Social, onde sou conselheira, demorou cinco meses para ser aberto. Hoje, a gente tem trabalhado, quase semanalmente, para tentar impulsionar, para que a assistência social saia. Saiu, aprovamos ontem o orçamento, mas com muita luta, quase que implorando para que a Secretaria lutasse pelo orçamento.

Falou-se muito em orçamento aqui. Orçamento não vem só do Governador, ele não é um presente do Governador; o orçamento é uma peça política e ele precisa ser disputado. Nós, do conselho, tivemos de acionar a Secretaria de Fazenda para

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
15	08	2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	
				38	

tentar ir lá, a fim de discutir o extrateto. Isso teve de sair do Conselho de Assistência Social.

A gente precisa ter espaços democráticos, a gente precisa do Secretário aqui, discutindo isso conosco. Não queremos um secretário que chega a um conselho de assistência social mandando o conselheiro calar a boca e dizendo que vai tirar o direito de voz de conselheiros devidamente eleitos para estarem ali representando a sociedade civil. (Palmas.) Nós queremos um gestor que faça a assistência social ouvindo a voz dos usuários.

Por isso, nós vamos, sim, por mais dificuldade que estejamos encontrando, realizar a Conferência da Assistência Social do Distrito Federal. Todos os usuários aqui conhecem a Conferência de Assistência Social do Distrito Federal, que é onde a gente constrói em conjunto. A gente está enfrentando muitas dificuldades. Até hoje a convocação da conferência, que foi deliberada pelo conselho há dois meses, não está publicada. A gente está com muita dificuldade, mas nós iremos construir, porque a assistência social é feita assim: no diálogo, no suor, todo dia, de todos os servidores.

Infelizmente, isso tem custado caro para muitas pessoas. Para nós, na ponta, como a Leide muito bem colocou, é doloroso sentir e perceber a fome, a miséria que as pessoas estão passando. A gente não pode mais lidar com isso. Não pode! A gente precisa trazer gestores responsáveis.

Tenho todo o respeito pela equipe técnica dessa Secretaria, pela qual tenho a maior admiração. Eu estou nessa Secretaria há dez anos, e ela é composta por profissionais altamente capacitados, que defendem a política de assistência social. Nós temos servidores extremamente competentes aqui. É extremamente importante, é imprescindível que a gente deixe a assistência social ser governada, ser executada por profissionais de qualidade que saibam escutar e respeitar os espaços democráticos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Eu queria dizer a vocês que nós acabamos de assinar aqui um requerimento de convocação do Secretário. Nós o convidamos, mas agora nós iremos convocá-lo e ele será obrigado a vir.

Agora, falará a Maria Madalena. Depois, será a Valdeci Pereira da Silva.

SRA. MARIA MADALENA – Boa tarde. Cumprimento a todos da Mesa, em especial, nosso colega Fábio Felix, Deputado e amigo Fábio Felix, que sempre está junto com a gente. Eu vou ser breve, rápida, porque acho que muita gente aqui já se expressou bastante sobre a situação que nós todos estamos passando.

Eu só queria falar para a Subsecretária que, se ela não merecer ouvir o que eu vou falar, que seja. Se o Secretário foi colocado lá para assumir esse cargo, é porque eles achavam que ele tinha competência para estar lá. Se ele está lá e não tem competência para enfrentar o povo, para conversar com o povo, para saber, realmente, o que o povo precisa ou não, para dar uma solução para o povo, ele não merece estar lá. Então, ele tem que ser tirado de lá e tem que ser colocada uma pessoa

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
15 08 2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	39		

que realmente tenha capacidade e que seja um ser humano para saber do que realmente as pessoas precisam.

Você falou, Subsecretária, que o governo está trabalhando em prol de todos nós, que está pensando na gente, que está fazendo pela gente. Discordo totalmente disso, porque entra governo, sai governo e continua tudo sem solução e tudo do mesmo jeito.

Outra coisa: as pessoas só se lembram da gente em época de política, como a companheira falou. Sabem por quê? Porque eles precisam de nós para poderem estar aí atrás. Para poderem estar no poder, eles precisam da gente. Mas eles não sabem realmente a necessidade por que nós passamos. Quando a gente vai ao CRAS – Centro de Referência da Assistência Social solicitar um benefício, a gente não está ali porque a gente quer, não. É porque a gente realmente está precisando naquele momento, pois o desemprego é muito grande.

Há muitas pessoas que têm estudo, que têm capacidade de estar aí onde a senhora está, porém, não tiveram a mesma oportunidade que a senhora teve. Certo? Então, se a gente está procurando um Cras para solicitar os nossos direitos é porque a gente tem direito e, enquanto a gente necessitar, a gente vai lutar, porque a gente vai morrer lutando, a gente nunca vai desistir.

Enquanto houver uma pessoa que não saiba dos seus direitos, como eu não sabia até conhecer o movimento MTST, que é o Movimento dos Trabalhadores sem Teto. Hoje em dia, eu considero o MTST como minha família, porque é uma família e foi através dela que eu conheci todos esses direitos. A gente vai estar junto, a gente vai lutar e a gente vai às ruas falar para esse governo, para esse Ibaneis que, quando ele precisou das pessoas, ele as procurou. Então, que agora ele arque com isso e que ajude a todos os que precisam dele.

Agradeço a oportunidade. Boa tarde a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Obrigada, Sra. Maria Madalena. Passo a palavra ao Sr. Valdeci Pereira da Silva.

SR. VALDECI PEREIRA DA SILVA – Em primeiro lugar, boa tarde. Eu queria, aqui, parabenizar os Deputados que assinaram o documento. Faço parte do grupo de trabalho que começou essa discussão em Ceilândia. Depois, a gente a ampliou para todas as cidades.

O Hernany é um camarada que participou o tempo todo do grupo de trabalho para a gente chegar aqui, hoje, pela primeira vez na história da Secretaria de Desenvolvimento Social, com uma coisa como essa. A gente sempre foi o primo pobre da família. A imprensa, a mídia, falam de segurança, educação e saúde. A gente nem orçamento tem. Imaginem outras coisas.

Isto é muito interessante. Eu trabalhei 35 anos e 7 meses e nunca vi a Secretaria ser desrespeitada, e, automaticamente, quando a gente fala em Secretaria, todos vocês que precisam dela estão sendo desrespeitados, não só o servidor.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
15 08 2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	40		

É uma política que eu costumo descrever assim. A assistência pega quando nasce e pega quando morre. Não é? Ela não tem hora, nem dia, nem momento específico para atender as pessoas. Ela é uma política que gira. Quando a família não dá certo, vem para a assistência. Quando o menino está mal no colégio, há um conflito familiar, vem para a assistência. É isso.

É uma pena que o Secretário não tenha vindo, porque a gente sabe que o Subsecretário tem os seus poderes limitados, não é? E eu queria aproveitar aqui para pedir a esta Casa que pense num projeto de lei e que não convide o Secretário não, que não o convoque, mas o intime. Vamos usar essa palavra que se usa no sistema judiciário. Vamos intimar o cara à responsabilidade da pasta que ele assumiu. Para que ele assumiu a pasta? Se ele assumiu uma pasta, é porque ele ali aceitou um desafio. Ele aceitou um desafio, Subsecretária. E é um Secretário inerte. Em 35 anos e 7 meses, eu nunca vi a Secretaria passar 6 meses sem uma gerência num centro de referência. Eu nunca vi isso, decreto mandando o mais antigo responder.

O Hernany disse muito bem quando falou assim: "Você está dando um retorno para aquela família sem saber a realidade". Porque a Secretaria não faz essa discussão com o servidor. Vocês fazem essa discussão em torno de diretoria, mas a diretoria não desce às unidades e diz assim: "olha, nós estamos nessa situação por isso, isso e isso". O servidor não sabe. Aí quando ele não dá a resposta adequada para o usuário é ele quem paga.

Então, é muito triste. O Secretário não tem compromisso, nem o Governador.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Obrigada, Valdeci. O próximo orador agora é a Lidiane Mendes. Depois da Lidiane é a Francisca, líder comunitária da expansão de Samambaia. Concedo a palavra à Sra. Lidiane Mendes.

SRA. LIDIANE MENDES – Boa tarde. Quero cumprimentar a todos da Mesa, todos os usuários, servidores, todos que estão nesta Casa.

Quero fazer um convite antes de mais nada. Dia 20 agora, às 10h da manhã, nós estaremos aqui, em frente à Câmara Legislativa, para nossa reunião do Fórum de Incentivo à Leitura. Inclusive, nós solicitamos a esta Casa... E a Deputada Arlete Sampaio leu nesta Casa, dia 7 de maio, o documento que trata da criação da Frente Parlamentar de Incentivo à Leitura.

Então, eu quero agradecer, inclusive, por V.Exa. ter acatado esse pedido nosso dentro de um movimento social na internet. E eu convido a todos os senhores que estão aqui para que venham no dia 20 participar do primeiro encontro do Fórum de Incentivo à Leitura. Por que o que a gente vê? A gente quer que, inclusive, as autoridades, todos os Parlamentares... Que não haja só a responsabilidade da Presidente dessa frente, que parece que ficou a Deputada Arlete Sampaio como presidente e como vice o Deputado Fábio Felix. Eu não tenho certeza, gente. Tenho que confirmar isso.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
15	08	2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	
				41	

Nós queremos conversar, dialogar, porque voltando à questão do art. 6º da Constituição, onde nós falamos da assistência social, nós falamos de educação, de alimentação, de trabalho, de moradia, dentre outras coisas mais. Então, eu fiz esse convite para entrar no art. 7º da Constituição e falar o quanto é importante a questão da educação nessa questão além da assistência social, porque assistência social é para quem dela precisa.

E eu precisei da assistência social. Eu tenho 45 anos. Sou filha de um motorista de ônibus que já faleceu. Minha mãe, cozinheira. Eu me formei em Direito. Levei dez anos para me formar em Direito. A minha vida fez isso aqui. Passei num concurso aos 18 anos e depois, em um dado momento, eu fui parar onde? Na casa da assistência social, em janeiro desse ano. Então, ninguém está eximado de passar por uma situação de vulnerabilidade.

Senhores que estão hoje no poder ou meu povo que aqui sabe do que estou falando, que passa fome, que passa frio, que passa a angústia de não ter um pão para comer, às vezes um político bate na sua porta, vai lá só para pedir seu voto e se esquece de que você passa fome, passa frio na rodoviária e necessita de uma ajuda. Simplesmente, bate a mão nas suas costas e diz: "Pode deixar, eu vou te ajudar". E usa de hipocrisia.

Eu ouvi falarem aqui várias pessoas – do Tribunal de Justiça, os Deputados. É necessário que seja feito o convite para o Poder Executivo, sim, para que venha, para que possa ter a responsabilidade para com a assistência social, porque é triste você não ter o que comer, não ter o que vestir.

Eu passei por uma situação de violência este ano e fiquei quatro meses na Casa Abrigo, uma casa de acolhimento. Essa casa de acolhimento me fez refletir muito. Eu digo para todos vocês, para finalizar: vão estudar, busquem a educação acima de tudo. Nunca se esqueçam disto: tentem carregar a caneta em vez da enxada. E mesmo que vocês necessitem da enxada para chegar até a caneta, até um diploma, sejam o melhor dentro da sua área, porque, aí sim, vocês serão respeitados.

Eu ouvi aqui um senhor falar sobre a questão da assistência social. Ela é tão primordial! Você nasce precisando dela e você morre precisando dela, de tão essencial que ela é. E a gente nunca sabe o dia de amanhã. Lá na casa de acolhimento, eu pude conhecer médicas que foram concursadas do Senado, eu pude conhecer servidoras federais, servidoras do Governo do Distrito Federal que, por uma situação de drogadição, por álcool ou por uma situação psicológica, perderam família, perderam tudo e foram parar em uma casa de acolhimento. Ninguém está eximido de passar por uma situação de vulnerabilidade.

A Deputada Arlete Sampaio falou sobre uma emenda de contratação de assistente social que foi aprovada – me parece que foi isso, eu escrevi rapidamente aqui, me corrija se não foi isso. Eu faço uma sugestão para esta Casa. Que façam uma emenda parlamentar para que sejam supridas essas necessidades básicas – auxílio aos excepcionais, auxílio à vulnerabilidade –, porque o povo não aguenta mais passar

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
15 08 2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	42		

fome, não. A emenda parlamentar, se for aceita, que seja feita, porque o povo não aguenta passar fome e necessidade. A sugestão é essa. Se for acatada, que possamos trabalhar para que, realmente, nós tenhamos voz e vez.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Muito obrigada, Lidiane. Gostaria de explicar que a emenda é para a contratação dos concursados, não apenas da assistência social, mas de todos os 314 concursados.

Concedo a palavra à Sra. Francisca.

SRA. FRANCISCA – Boa tarde a todos, meu nome é Francisca, sou moradora da expansão de Samambaia, sou Vice-Presidente da associação de moradores de lá e participo de vários movimentos sociais dentro da cidade. Com imensa alegria, Deputada Arlete Sampaio, cumprimento a Mesa na pessoa de V.Exa.

Hoje eu vim aqui para tratar a respeito do CRAS da Expansão da Samambaia. Eu ouvi aqui muita gente falar da Ceilândia, da Santa Maria, da Fercal e da Samambaia, e até me bate uma tristeza, porque acho que o serviço social da cidade teria que estar aqui, pela forma como anda a situação da nossa cidade.

Temos um CRAS que fica na QR 833, conjunto 8, da Expansão da Samambaia, que está fechado há mais de um ano. A população, junto com a gente, vem lutando para a reabertura desse CRAS, pois é negado o direito de assistência social para as famílias. Por quê? Teve um assalto que ocorreu lá em 2017, e aí o que aconteceu? Os servidores resolveram que não trabalhariam mais lá, por causa da violência. Então, foi fechado esse CRAS. Hoje nós estamos sem o serviço de assistência social. Diz que existe um servidor que está numa sala cedida no Creas da 419, e a nossa situação lá está extremamente precária.

Eu sou liderança comunitária dentro da cidade. Sou eu que vivo diariamente com centenas de pessoas na minha porta, atendendo a quem vem pedir cesta básica, pedir verdura, porque o órgão do governo que tinha que estar fazendo essa assistência não está lá para atender. E, quando a família vai ligar no 156, não consegue um agendamento. Quando consegue, é como dois casos que estão lá comigo, que foram feitos há duas semanas e conseguiram para o mês de outubro. Nós estamos em agosto; até outubro, se for um caso de extrema prioridade, não vai ser atendido.

Eu queria pedir algo ao senhor Clayton. Como ele falou que está fazendo essas reuniões abertas, que ele, por favor, abra um espaço para a cidade de Samambaia, porque a nossa situação lá está muito precária. Se você for verificar a nossa situação, o Cras está lá, é uma instituição imensa que foi entregue em 2010 para a população e que hoje está fechada. Tem vigilantes, foi colocado policial e, mesmo assim, os servidores não quiseram ir fazer o trabalho social lá.

Então, eu vim aqui, encarecidamente, pedir isso. A gente está indo a todas as audiências públicas, conferências. O Deputado Leandro Grass já esteve com a gente no Imaginário Cultural. A gente já fez a solicitação para ele naquela época, vem correndo atrás, mas, mesmo assim, a gente está sem êxito. Até o Secretário de

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
15 08 2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	43		

Segurança prometeu ir nos visitar para ver a situação do setor e até hoje não apareceu. Então, eu acredito que, com essa comissão geral, a nossa situação do serviço social na expansão da Samambaia, na Samambaia Norte em si, vai poder ser resolvida.

Eu agradeço a oportunidade.

Obrigada, boa noite a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Obrigada, Francisca.

O próximo é o Robson e, depois, o Leonardo Ribeiro.

SR. ROBSON – Primeiramente, boa tarde a todos.

O meu nome é Robson. Quero informar para a Subsecretária, para a Deputada Arlete Sampaio, para a nossa assistente social que está aqui que eu sou usuário. Eu sou uma pessoa que está entre a população em situação de rua.

Quero perguntar para cada um dos senhores: quando os senhores saírem daqui, para onde vão? Para casa, tomar um banho quentinho, ter um alimento, estar no conforto da cama dos senhores. Sabe por que eu não trouxe a minha casa aqui? Porque a minha casa não passa na portaria, porque a minha casa é um papelão. Sabe por que eu não trouxe a minha cama aqui? Porque a minha cama não passa na portaria, porque a minha cama pode ser um saco de lixo ou também um papelão, até mesmo um jornal. É o que encontrar. Quando eu sair daqui, vou ter que sair à procura de alimento. Mas a minha fome, senhoras e senhores, não é só de pão, a minha fome também é de conhecimento. Assim como a de todos que estamos em situação de vulnerabilidade social, que temos capacidade de adquirir conhecimento para que possamos correr atrás dos nossos direitos.

Temos um decreto, temos uma portaria. Eu me disponibilizo, como usuário, a estar junto dos senhores para essa luta. Eu me disponibilizo a estar junto lá no conselho, fazendo força representativa, porque ontem lá no centro POP houve democracia, quando seis pessoas que são usuárias foram eleitas pela população em situação de vulnerabilidade social para fazer representação no que diz respeito a moradia.

Por que aqui, na Casa da assistência social, não podemos ter também os representantes da vulnerabilidade social? Eu me candidato, estou lá, estou aqui. Observe, por favor, Subsecretária, o Secretário mandou a senhora aqui para fazer cara de paisagem. Mande um recado para ele, fale para ele bem assim: "olhe, tem um rapaz que está lá na rua que quer estar junto com a gente; ele não quer ver a minha cara de paisagem lá, fale para ele que a gente quer vê-lo aqui para ele nos escutar". Sabem por quê? Porque, enquanto ele dorme, enquanto ele fica sossegado, eu sou incomodado às 3h da manhã por uma pessoa querendo me bater por motivos que eu não sei. Às vezes, eu acordo na madrugada também preocupado por causa do frio. Enquanto ele está com ar condicionado quente, o lugar onde fico, às vezes, chega a 8 graus.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
15 08 2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	44		

Eu até mesmo estive num evento onde tive oportunidade de encontrar a Deputada. Quando a gente fez a manifestação contra os manicômios, estávamos ali no CAPS – Centro de Atenção Psicossocial, no Setor Comercial Sul, fizemos a roda de capoeira, tudo direitinho. Enfim, lutamos juntos. Então, por que não podemos lutar juntos agora? A questão é unir, uma corda sozinha não tem força. Se você começa a entrelaçar outras, ela fica forte. Portanto, eu peço aos senhores: "coloquem-nos juntos no conselho, vamos lutar juntos, porque juntos vamos muito mais longe".

E olhem, eu estou cansado de dormir no papelão, sinceramente. Saindo daqui, vou dormir mais uma noite no papelão, vou mais uma noite procurar doação e vou mais uma noite possivelmente tomar mais um banho frio. Por quê? Porque a situação continua, e nada muda.

Eu encerro por aqui, muito obrigado pela atenção. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Obrigada, Robson.

Concedo a palavra agora ao Sr. Leonardo Ribeiro, depois ao Sr. Leovane Gregório.

SR. LEONARDO RIBEIRO – Boa tarde a todos, cumprimento a Mesa, cumprimento principalmente os usuários, cumprimento os colegas aprovados. Certamente contaremos com os senhores e as senhoras em breve.

Meu nome é Leonardo, sou técnico de assistência social, sou agente social e ingressei em 2009, muito jovem. Tinha a dimensão de que ingressaria para servi-los como servidor, mas a realidade é que a gente tem muito mais a aprender com o histórico, com a lição de vida de cada um dos senhores e das senhoras usuários da assistência.

Com o objetivo de fazer um pouco mais, eu me candidatei a conselheiro tutelar, fui eleito e reeleito. Estou no segundo mandato de conselheiro tutelar e vou retornar à Secretaria em breve, ao fim do mandato, com a Secretaria estagnada ou pior do que estava na época em que eu saí. Vejo os colegas, os amigos que lá fiz, adoecendo, chateados, muitos querendo ser aprovados em outros concursos, buscando, assim como os senhores, uma perspectiva melhor.

É natural, faz parte da natureza humana, a todo momento estarmos progredindo, buscando perspectivas melhores. Nessa perspectiva, há uma situação na carreira sobre a qual queremos ponderar. Até 2013, havia apenas a carreira da assistência social. Em 2014, houve um desmembramento dessa carreira, quando surgiu a carreira socioeducativa. Os técnicos da carreira socioeducativa, em 2018, passaram para o nível superior, isso é algo que pleiteamos hoje, os seiscentos técnicos da assistência social. Na pessoa da Daniella, representante aqui do Secretário, requeremos essa isonomia e essa igualdade, que não impactará em questões financeiras, que não aumentará salário de servidor; mas essa valorização parte do princípio também da valorização do servidor, de dar condições de trabalho e por aí vai.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
15 08 2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	45	

Nesse lapso, nessa progressão de conselho e assistência social, o que eu aprendi de mais essencial – e compartilho com os aprovados que ingressarão – é saber escutar. Essa é a principal lição que vamos levar para vocês. A assistência social precisa ser escutada com sensibilidade, e os técnicos da assistência social são a ponta da ponta, são a máquina motora da Secretaria, são os seiscentos servidores que hoje, com muita dificuldade, ainda conseguem fazer alguma coisa na assistência social.

Fica aqui o meu pedido. Eu já deixei uma carta aberta aos Deputados e à Deputada presentes. Também solicitei apoio ao sindicato nesse sentido, o qual está nos apoiando. Levo essa demanda à Daniella e ao Secretário. Espero que, em breve, tenhamos – porque isso é matéria de iniciativa do Executivo – uma proposta nesse sentido. Está bem?

Agradeço a paciência de todos. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Obrigada.

O Sr. Leovane Gregório é o último inscrito. (Pausa.)

No lugar do Leovane, concedo a palavra à Sra. Elisa Costa.

SRA. ELISA COSTA – Boa tarde a todos e a todas.

Boa tarde, usuários, principalmente os usuários. Por que eu digo isso? Com todo carinho à Deputada Arlete Sampaio, com todo carinho ao Deputado Fábio Felix, com todo carinho à Mesa, a gente precisa urgentemente ter a compreensão de qual é o fluxo do atendimento; a gente precisa responsabilizar quem realmente precisa ser responsabilizado.

O Secretário tem problemas na sua ação? Tem problemas na sua ação. Quem tem que pagar o pato é o Governador. É ele quem indica. É ele quem diz: vá em frente, fique para trás. É ele que a gente tem que pegar. É ele que tem que liberar. É ele quem tem de escolher um secretário com competência.

Então, a gente precisa discutir isso e precisa fazer pressão para isso. A gente precisa chamar o Governador para dizer: onde está esse dinheiro, onde ele está sendo aplicado, qual é o sistema do fluxo que não está sendo cumprido? E não é outra pessoa, é o Governador vir prestar conta. O Governador só é governador porque o nosso voto fez com que ele estivesse lá. O meu não, para dizer bem a verdade, porque eu não votei neste Governador, mas ele está lá. E é ele quem tem de ser responsabilizado por isso, é ele quem deve vir aqui prestar contas. O Governador é um empregado da sociedade civil, e a gente precisa entender isso de fato.

Aí, por tudo o que a gente viu da assistência social esses dias, esses casos são de improbidade administrativa. Não são? Eles cantam nessa ordem. Esse dinheiro precisa chegar, e esse repasse é feito.

A gente precisa, sim, fazer o processo de capacitação, mas eu gostaria de dizer a vocês uma coisa que a Deputada Federal Erika Kokay falou e sobre a qual falamos muito pouco, mas que é essencial: existe uma coisa neste País que se chama

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
15 08 2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	46		

racismo institucional. Ele mata a gente todos os dias – e digo a gente porque eu faço parte de um recorte étnico neste País. A gente não ouve falar, mas Brasília é uma cidade com tribo urbana e com quilombo, mas ninguém fala. Ninguém fala de povos de comunidades tradicionais.

Cada vez que aumenta a violência contra a mulher, a violência contra a criança e o adolescente, a violência contra o trabalhador do campo, a violência contra a população em situação de rua, a violência contra povos e comunidades tradicionais, cada vez que se queimam terreiros neste nosso reduto, que é uma ilusão de ótica, porque a gente vive em uma cidade em que parece que tudo é perfeito e tudo é bonito. Parece que aqui não há pobreza, porque aqui é a Capital da República. É uma coisa impressionante. E onde estão os moradores em situação de rua? Aqui na Asa Norte. Ninguém fala, não é? Não é na periferia, não. É lotado aqui. Eles apanham. Eles são tratados como lixo.

O que falta, gente, na realidade, é vergonha na cara, vontade política. Não há vontade política para se resolver o problema. O que falta, na realidade, é a gente ir para cima e ir cobrar. Então eu estou muito feliz em saber que esta Casa vai cobrar, vai chamar para essa solicitação, vai chamar no sentido de se fazer essa convocação obrigatória. Que a gente tenha tempo para se organizar para lotar esta Casa e que vocês possam garantir a nossa presença, que a gente de fato consiga entrar. Que não seja como no Congresso Nacional, onde se proíbe e onde se está proibindo a entrada de cidadãos e cidadãs para o cumprimento de participação e controle social.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Obrigada, Elisa. A gente sabe da sua luta histórica em defesa do povo cigano.

Eu queria dizer a vocês o seguinte: a gente vai agora encerrar. A Mesa vai fazer o uso da palavra rapidamente, cada uma das pessoas. Antes disso, eu quero entregar à Dra. Ana Maria Amarante o relatório das redes sociais, para a senhora tomar conhecimento.

Quero também explicar que a Câmara Legislativa, no seu Regimento Interno, tem a seguinte compreensão: a gente convida para este tipo de evento os Secretários, mas, quando a gente quer insistentemente ouvi-los, a gente convoca. É convocação. Pela Lei Orgânica do Distrito Federal, se ele não vier à convocação, ele pode, inclusive, ser preso e responder por crime de improbidade administrativa. Isso é sério.

Então vamos convocar o Secretário para falar e vamos também fazer um relatório e levar às mãos do Governador para conversar e dialogar com ele sobre tudo isso que estamos falando aqui.

Concedo a palavra, primeiramente, à Sra. Daniella Cristina Jikings, pela ordem inversa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 08 2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	47

SRA. DANIELLA CRISTINA JIKINGS – Vou ser bem breve. Vou só agradecer mesmo a presença de todos aqui. A gente fez esse trabalho de ouvir vocês e a gente está disposto a dialogar cada vez mais.

Muito obrigada mais uma vez.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Muito obrigada, Sra. Daniella.

Concedo a palavra à Dra. Ana Maria Amarante.

SRA. ANA MARIA AMARANTE – Quero cumprimentar a Comissão Geral de Política de Assistência Social.

Eu enfatizei se tratar de uma audiência pública. Foi realmente uma audiência pública e tratou realmente de uma sessão dessa comissão geral. Então, eu os parabeno pela abertura e oitiva atenta da problemática local, porque realmente é junto ao usuário que nós temos que ir buscar a resposta à qualificação dos serviços prestados. Então é o senhor usuário sempre com a palavra.

Eu agradeço as oportunidades e o relatório. Muito obrigada, senhores.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Muito obrigada, Dra. Ana.

Concedo a palavra à Sra. Janaína Bezerra Nogueira.

SRA. JANAÍNA BEZERRA NOGUEIRA – Eu agradeço a honra de estar compondo esta Mesa e participando deste processo tão bonito.

Falei com a Daniella e quero pedir para ela comparecer à reunião da rede social de Ceilândia para a gente se aproximar, começar e aprofundar esse diálogo e ver o que nós podemos fazer.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Obrigada, Janaína.

Concedo a palavra ao Sr. Clayton Avelar.

SR. CLAYTON AVELAR – Pessoal, vou passar rapidamente alguns pontos. Pôr do Sol e Sol Nascente precisam de um Cras próprio. O P Sul não dá conta de atender o território e o P Sul tem só uma especialista. Então temos que abrir um Cras no Pôr do Sol e Sol Nascente. Mas para isso é preciso ter servidores. Se não tiver, não tem como abrir.

Planaltina até uns dois meses não tinha assistente social no CRAS. A única especialista era pedagoga e por trinta horas. O Cras de Planaltina, uma cidade daquele tamanho, tem dois agentes sociais. Então, quem tem que atender uma demanda gigantesca como a de Planaltina e trabalha sob pressão está sujeito a cometer erros. Se ele tem que atender vinte, trinta e acaba atendendo cinquenta, sessenta... É humanamente impossível que a pessoa consiga fazer isso da forma que ela deveria fazer se tivesse que atender apenas aquilo que está normatizado.

Eu digo a todos que estão aqui – creio que estamos no mesmo barco – que é preciso ter cuidado no alvo que se pretende acertar. O servidor não tem poder para resolver os problemas que foram colocados aqui. Não tem poder. Se nós tivéssemos

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
15	08	2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	
				48	

esses poderes seria tudo muito fácil de resolver. Quem tem poder é o Governador, quem tem poder é o Presidente da República. É deles que nós devemos cobrar.

Concordo com a Francisca da Expansão da Samambaia. Vamos, sim, fazer a reunião lá. Desde o governo passado, nós apresentamos uma solução referente ao Cras da Expansão de Samambaia. A solução seria transferir, se não me engano, para a Quadra 431. Isso porque onde o Cras estava originalmente, na Quadra 800, ele está muito bem localizado para atender aos moradores da Quadra 800, mas o CRAS Samambaia Expansão abrange um território muito maior. Tem um pessoal que mora muito distante. No local original lá na 800 é muito difícil o acesso. E até assim, nem seria atribuição do sindicato entrar nesse tipo de questão, porque isso é mais da gestão. No entanto, como é tudo muito difícil, nós decidimos entrar nesse debate. Mas acato com toda a certeza a proposta de fazermos a reunião aberta em Samambaia. Vamos fazer isso mesmo. Como eu falei antes, a intenção é fazer isso em todo o Distrito Federal.

Eu fecho fazendo uma conclamação à luta. Os Parlamentares tomaram essa importante iniciativa. Melhor ainda, como a Deputada Arlete Sampaio disse, ela vai fazer o relatório da comissão geral e vai entregar em mãos ao Governador. Deputada, se nesse dia for necessário que a Sra. e os demais Parlamentares se façam acompanhar por centenas ou milhares de usuários da assistência social, e de servidores e servidoras, desde já eu anuncio aqui o compromisso do sindicato. Nós podemos fazer isso juntos.

Agora, por mais que haja empenho dos Deputados e das Deputadas, se não houver pressão, moçada, se não houver mobilização, não vai haver contratação. Não vai haver. Se não fizermos mobilização, a cesta de alimentos vai continuar demorando noventa dias para chegar a sua casa. Os benefícios eventuais vão continuar demorando seis meses. Vamos pressionar quem deve ser pressionado. E não é pressão com meia dúzia, é pressão com centenas, com milhares. Nós devemos nos ver no mesmo barco.

Falamos muito de falta de servidor na ponta, mas essa falta de servidor é gravíssima também na área meio. O pessoal que está ali na parte administrativa igualmente padece da falta de servidor. Precisamos também reforçar essa área, porque a despeito de muito empenho, muito compromisso e muito conhecimento que muitos colegas nossos têm, que estão ali na 515, na área meio, eles não têm poder para resolver o que precisa ser resolvido.

Quem assina a peça orçamentaria para mandar a esta Casa é o Governador. Quem determina contingenciamento de verba é o Governador. Quem cumpre ou descumpre aquilo que é proposto pelo Conselho de Assistência Social é o Sr. Governador. Então, não está entre nós aqui o poder de resolução sobre isso.

Obrigado, Deputada Arlete Sampaio.

Parabéns mais uma vez pela iniciativa e vamos à luta.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
15 08 2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	49		

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Obrigada, Clayton! Realmente, há uma coisa que aprendi na minha vida: governo e feijão só panela de pressão.

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Felix.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Pessoal, eu vou ser bem objetivo com os nossos encaminhamentos. Inclusive, no início da sessão, a Deputada Federal Erika Kokay chegou e perguntou: “Ah, será que você é o primeiro assistente social que ocupa uma vaga nesta Casa?”. Eu falei: “acho que sim, talvez, mas lembramos de outra, não é, Deputada Arlete Sampaio?”. Eu sou o segundo. Teve outra assistente social já nesta Casa. Eu acho que é importante a gente ocupar esses espaços também como profissionais porque, de alguma forma, a gente tem uma compreensão da execução do nosso trabalho na realidade objetiva, atendendo, compreendendo a dinâmica e o funcionamento.

Eu ouvi um pouco da fala do governo, com todas as críticas que foram feitas por nós da Mesa, pela plateia, pelos usuários, pelos servidores, da falta do Secretário, e a gente já tomou uma atitude que foi a convocação. Assinamos o requerimento de convocação e vamos levar ao plenário para que possa ser aprovado, e o Secretário possa ser convocado para a gente poder ter o diálogo, já que até aqui não tivemos a oportunidade de fazer diálogo direto com ele. Então, cinco Parlamentares estamos apresentando esse requerimento de convocação como encaminhamento.

A Deputada Arlete Sampaio falou que vamos produzir, vamos levar o relatório das redes e o relatório da comissão geral. Eu acho que as assessorias dos cinco mandatos podem trabalhar nesse relatório para a gente poder levar numa audiência com o Governador.

Eu acho que tem que ser uma audiência com o Governador, para que ele possa entender aquilo que não está funcionando minimamente. Não é que haja uma aposta em um projeto ou em outro na Secretaria, porque a gente já viu divergências ao longo da história com a Secretaria, mas é porque não está funcionando, e a gente precisa fazer a roda girar.

Eu acho que a gente podia fazer nesse relatório um apontamento em relação à quebra da cláusula de barreira do concurso. Eu acho que é um tema importante, porque a gente viveu isso no concurso da Secretaria da Criança, e a dificuldade é enorme. Estamos quase chegando ao fim da lista de nomeação, só que não se pode mais nomear porque as pessoas não passaram pelo curso de formação. Então tem que se quebrar a cláusula de barreira para... Há possibilidade jurídica da quebra da cláusula de barreira, tem parecer favorável da Procuradoria. É possível pensar essa possibilidade, para a gente poder dar uma resposta e também ampliar a possibilidade de nomeações.

Tem uma coisa que eu não disse no início da minha fala. Eu tinha outras coisas para dizer, mas vou concluir. Tem um órgão fundamental, há alguns especializados, mas tem um que é o Creas Diversidade, que tem uma fila enorme, onde também falta servidor. É um sintoma de outros órgãos da Secretaria e que atende um segmento da

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 08 2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	50

população fundamental, a população indígena, o enfrentamento à intolerância religiosa, a população LGBT, que é expulsa de casa e não tem sequer uma casa de acolhimento para um atendimento adequado. Então é um tema que eu acho também importante que seja colocado. Que fique registrada a necessidade de fortalecimento deste órgão que é o Creas Diversidade para produzir um atendimento de qualidade à população.

Contem com o nosso mandato. Vamos pressionar e vamos fortalecer a panela de pressão para a gente poder mudar a política de assistência social.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Obrigada, Deputado Fábio Felix.

Concedo a palavra ao Deputado Leandro Grass.

DEPUTADO LEANDRO GRASS – Eu queria agradecer. Nós tivemos quantas falas, Deputada Arlete Sampaio? Acho que umas dezessete.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Quinze.

DEPUTADO LEANDRO GRASS – Quinze falas. Confesso que foi para mim uma das audiências mais participativas, um dos encontros mais participativos que a gente teve na Casa até este momento. Isso é muito especial, muito importante.

Quero agradecer a presença do Poder Judiciário, da sociedade civil organizada, dos sindicatos, dos concursados, das pessoas que querem ver a assistência social funcionar. Quero agradecer a presença da Daniella, Subsecretária, que se prestou a esclarecer tudo que foi possível, mas friso que lamentamos mais uma vez a ausência do Secretário.

Quero concordar com a Elisa, porque o Secretário é o escolhido. De fato, ele é indicado por uma pessoa, e essa pessoa se chama Ibaneis Rocha.

O principal responsável pela crise, pela falência da assistência social do Distrito Federal é o Governador. O Governador não pode usar os cargos do primeiro escalão simplesmente para fazer acordos políticos para atender Deputado Federal, para atender Senador, para atender Deputado Distrital. Composição é uma coisa, mas ela tem que ser feita com algum critério. A gente não pode jogar uma pessoa lá de paraquedas simplesmente porque alguém a mandou estar lá, porque algum partido a mandou para lá, porque senão ela vai defender os interesses do partido, ela vai defender os interesses dos seus aliados, não vai defender os interesses da população. Gestão pública é coisa séria. A gente não pode ficar brincando de gestão pública simplesmente para fazer acordões, para aprovar projetos aqui, para aprovar projetos lá, para atender os cabos eleitorais e por aí vai.

Então, com educação, com assistência, com saúde, com segurança pública não se faz isso. Que atenda os seus aliados de outro jeito, não colocando em risco as políticas públicas, os direitos da população.

Sejam sempre bem-vindos a esta Casa, ela é de vocês.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 08 2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	51

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Bem, eu quero então agradecer a presença de todos e de todas vocês que aqui vieram.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Depois a gente conversa sobre isso. A emenda parlamentar para esse fim não é possível porque o nosso dinheiro é muito pouco, lá se precisa de muito mais. Depois a gente conversa sobre isso, Lidiane.

Eu queria só dizer a vocês que o Poder Legislativo tem suas limitações. A gente está aqui para fazer leis, para fiscalizar o governo, para tentar intermediar aquilo que é interesse da população junto ao governo. Mas a gente não tem a caneta e não ordena as despesas, não manda executar, não é Poder Executivo. Então, esse papel nós vamos cumprir da melhor maneira possível. Podem acreditar que vamos brigar por aquilo que vocês falaram aqui, brigar pelos concursados...

Já colocamos a emenda da LDO para contratar os 314, é possível reivindicar a ampliação dessas vagas, tudo isso vamos fazer. Mas o que mais nos preocupa, antes de colocar vocês para dentro do sistema, é justamente como está o sistema. Esperamos que, quando vocês entrarem, haja mais perspectiva de trabalho, adequado e com condições melhores para poder atender a população.

Tudo o que vocês falaram está anotado, está gravado. As nossas taquígrafas fizeram todo esse trabalho, e vamos poder depois trabalhar essas informações, fazer o relatório e entregar pessoalmente ao Governador. Vamos falar tudo isso que vocês falaram aqui para ele, assim como vamos levar o relatório das redes.

Também quero dizer a vocês que existem as redes nas cidades. Por que os usuários não participam? É fundamental que participem porque ajuda a desenvolver justamente esse trabalho. Então, fica aí o convite da Janaína para que vocês participem da rede em cada uma das cidades.

Eu quero agradecer muito a vocês, agradecer à Dra. Ana Maria Amarante, à Janaína, ao Cleiton... Quero dizer à Daniella que não saia daqui acossada não, nem a Luciana, porque a gente sabe que vocês são técnicos que estão lá para tentar contribuir, que às vezes têm dificuldade.

Alguém fez uma pergunta para Daniella que ela não sabe responder, a respeito de como é que vão ser as contratações. Tenho certeza de que ela não sabe responder, porque nem o governo discutiu isso ainda, e quem vai decidir isso vai ser o Secretário da Fazenda, vai dizer: "Agora só pode contratar dez, amanhã mais dez". É assim!

Portanto, nós vamos brigar para que essas coisas aconteçam.

Passo a palavra à Sra. Luciana Carvalho Dias, Subsecretária de Segurança Alimentar e Nutricional.

SRA. LUCIANA CARVALHO DIAS – Sou Subsecretária de Segurança Alimentar. Realmente nós tivemos um período em que não houve contrato das cestas. Corremos

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
15	08	2019	15h05min	65ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	
				52	

o mais rápido possível para resolver esse problema, e agora, em quinze dias, todo esse sistema está atualizado.

(Intervenção fora do microfone.)

SRA. LUCIANA CARVALHO DIAS – É, está faltando muita coisa, mas estamos resolvendo. Cada coisa no seu lugar, ok? A cesta está completa. Agora foi assinado um projeto de inclusão de cesta verde. Nós vamos entregar casada a cesta seca com a cesta verde, melhorando o valor nutricional.

Então, existem muitas ações sendo feitas pela Secretaria que logo, logo, vão aparecer. Realmente tivemos um período... Eu reconheço que quem tem fome tem pressa. Eu sou nutricionista, sou técnica. Também temos os restaurantes comunitários, onde atendemos um grande número de populações em segurança alimentar. Agora nós estamos abrindo os restaurantes comunitários para a comunidade, para trazer eventos, para trazer palestras, estudos, porque é um aparelho do Estado. Então, a Secretaria está trabalhando.

Eu entendo todo o posicionamento, fiquei muito feliz de participar, de ver a movimentação, de ver a interação dos usuários com a Secretaria e quero dizer que a estamos dispostos a fazer, a melhorar essa situação, e estamos trabalhando. Eu sei que não está tão fácil, mas estamos trabalhando para melhorar sim.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Quero dizer a vocês, tanto à Luciana quanto à Daniella, que queremos ajudar para que a Secretaria funcione. Nós queremos ajudar para que as políticas públicas de assistência social, transferência de renda e segurança alimentar e nutricional possam ser eficazes para a população. Nós queremos que as pessoas recebam cestas quando elas precisarem; nós queremos que elas recebam os auxílios eventuais quando elas precisarem, e não daí a dois meses. Então, tudo isso é necessário. E nós queremos trabalhar nisso.

Portanto, eu quero dizer a vocês que podem contar com os Deputados que convocaram esta comissão geral. Nós estamos dispostos a brigar pelos direitos dos nossos usuários.

Muito obrigada a vocês. Tenham uma boa noite.

Encerramos a nossa comissão geral.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h30min.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

L I D O
Em, 30, 08, 19
Janna
Secretaria Legislativa

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA SUCINTA DA 22ª
(VIGÉSIMA SEGUNDA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO SETOR
HABITACIONAL SOL NASCENTE COMO PARTE DO
PROGRAMA CÂMARA MAIS PERTO DE VOCÊ
EM 13 DE AGOSTO DE 2019**

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputado Rafael Prudente

SECRETARIA: Deputado Delegado Fernando Fernandes

LOCAL: Setor Habitacional Sol Nascente, Trecho 1

INÍCIO: 18 horas e 17 minutos

TÉRMINO: 18 horas e 21 minutos

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Rafael Prudente):

– Declara aberta a sessão, realizada no Setor Habitacional Sol Nascente como parte do Programa *Câmara Mais Perto de Você*.

2 ORDEM DO DIA

Observação: A ementa da proposição foi reproduzida de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.

ITEM ÚNICO: Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 350, de 2019, de autoria do Poder Executivo, que "cria a Região Administrativa do Sol Nascente-Pôr do Sol – RA XXXII, e dá outras providências".

– Votação da proposição em 2º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (21 deputados presentes).

– Apreciação da redação final. **APROVADA.**

ATA SUCINTA DA 22ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 13 DE AGOSTO DE 2019

Revisora: _____ Chefe-de-Setas: Janna (SF/SN/SR/Tof/G/A)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



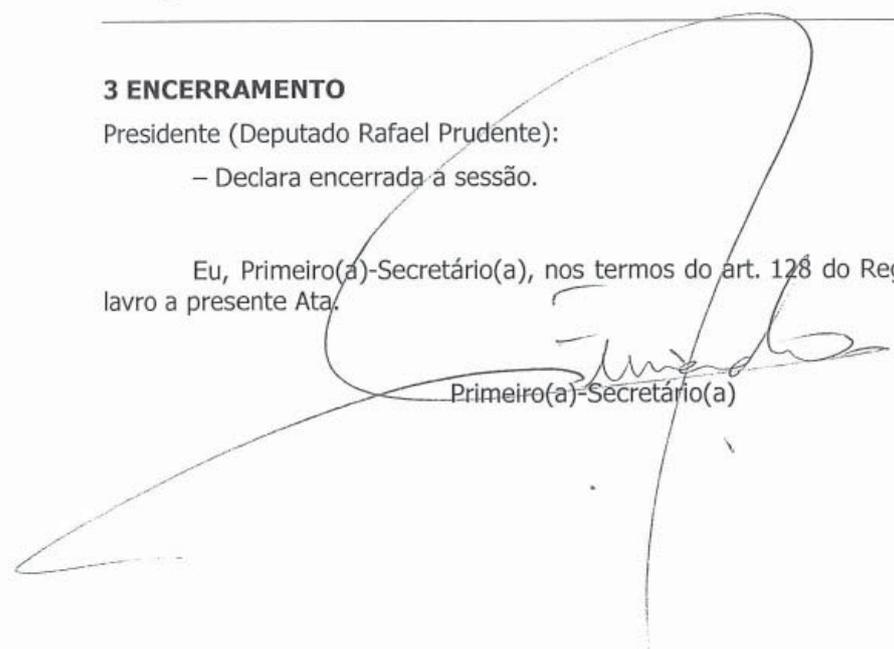
2

3 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Rafael Prudente):

– Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a)-Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno,
lavro a presente Ata.



Primeiro(a)-Secretário(a)

ATA SUCINTA DA 22ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 13 DE AGOSTO DE 2019

Revisora: _____ Chefe do Setor: Josefina (SF/SN/SR/Tof/G/A)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
13 08 2019	18h15min	22ª Sessão Extraordinária	1		

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 22ª
(VIGÉSIMA SEGUNDA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO SETOR HABITACIONAL SOL
NASCENTE COMO PARTE DO PROGRAMA CÂMARA MAIS VOCÊ,
DE 13 DE AGOSTO DE 2019.**

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Está aberta a sessão extraordinária.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Fernando Fernandes a secretariar os trabalhos da Mesa.

Item nº 1:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 350, de 2019, de autoria do Poder Executivo, que "cria a Região Administrativa do Sol Nascente-Pôr do Sol – RA XXXII, e dá outras providências".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados.

DEPUTADO FERNANDO FERNANDES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FERNANDO FERNANDES (PROS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 828, de 2019, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
13	08	2019	18h15min	22ª Sessão Extraordinária	
				2	

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 350, de 2019, de autoria do Poder Executivo, que “cria a Região Administrativa do Sol Nascente-Pôr do Sol – RA XXXII, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Deputado Prof. Reginaldo Veras, deixa eu só passar uma informação para vocês. Goudim, dona Chica, quero cumprimentar e mais uma vez agradecer a todos aqui pela presença. Eu gostaria de convocar vocês para amanhã, às 15h, estarem presentes, porque os representantes do governo prestarão os esclarecimentos de tudo aquilo que foi solicitado aqui hoje. Então, a gente sairá daqui amanhã com algumas respostas e alguns esclarecimentos para todos vocês.

A outra informação importante é que amanhã, às 4h da tarde, o Governador Ibaneis estará aqui na sessão, para fazer, de uma forma inédita, a sanção do projeto de lei. Já foram tantos anos e tantos meses de espera, que nós não podemos esperar nem mais um dia.

Então, saindo daqui, nós vamos voltar para a Câmara Legislativa, na sede principal, para fazermos todo o processo e encaminhar, ainda hoje à noite, para o Palácio do Buriti preparar todo o processo.

Aproveito para dar uma resposta, inclusive, de um questionamento feito por um Deputado, que é sobre as máquinas do Sol Nascente. Eu cobrei aqui, aproveitando a presença do Secretário das Cidades, Gustavo Aires, que me informou que no dia 16, na primeira hora, as máquinas retornarão aqui para a cidade de vocês. Está bom?

E amanhã, Goudim, vou falar uma coisa para você aqui: o Governador não vai só sancionar o projeto de lei amanhã. Ele vai sancionar o projeto de lei e já vai lhe nomear como Administrador do Pôr do Sol e do Sol Nascente.

Pessoal, um abraço a vocês. Fiquem com Deus! Até amanhã às 15h.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a reunião às 18h21min.)

Requerimento

RQ 870/2019



CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

IDENTIFICAÇÃO

RQ 870/2019

Ementa :

Requeiro o registro de criação da Frente Parlamentar em defesa das Empresas Estatais: Companhia Energética de Brasília - CEB, Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB e Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - Metrô.

Autoria : CHICO VIGILANTE
ARLETE SAMPAIO
FABIO FELIX
E OUTROS

Data de Leitura :20/08/2019

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

--

ARQUIVO

--



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Chico Vigilante

L I D O
Em, 20/08/19
Anne
Secretaria Legislativa

REQUERIMENTO Nº 870 /2019, DE 2019
(Do Srs. Deputados Chico Vigilante, Paulo da Silva, Fabio Felix e Arlete Sampaio)

Requeiro o registro de criação da Frente Parlamentar em defesa das Empresas Estatais: Companhia Energética de Brasília – CEB, Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB e Companhia do Metropolitan do Distrito Federal - Metrô.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, conforme Resolução nº 255/2012, o registro de criação da Frente Parlamentar em defesa das empresas estatais Companhia Energética de Brasília – CEB, Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, e Companhia do Metropolitan do Distrito Federal – Metrô.

Sector Protocolo Legislativo
RQ Nº 870 / 2019
Folha Nº 01

JUSTIFICAÇÃO

SECRETARIA LEGISLATIVA
Recebi em 200849 às 17:20
Assinatura A Matricula 22638

A presente proposição tem por objetivo criar a Frente Parlamentar em defesa das empresas estatais Companhia Energética de Brasília – CEB, Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, e Companhia do Metropolitan do Distrito Federal – Metrô.

A necessidade da criação de uma Frente Parlamentar, nesta Casa de leis, em defesa das empresas estatais é de extrema urgência, tendo em vista a intenção já exteriorizada do atual governador do Distrito Federal de privatizar empresas públicas.

A Frente visa fortalecer os serviços prestado por essas empresas, e como consequência solidificar as estatais por meio de soluções possíveis e viáveis no âmbito desta Casa, apresentando também medidas para impedir as privatizações pretendidas pelo GDF.

Privatização não é a solução. É um mito dizer que ao privatizar uma empresa pública há maior eficiência dos serviços e diminuição de custos para o consumidor.

Como exemplo, podemos citar a privatização de parte do setor elétrico brasileiro onde a conta tem ficado mais cara e o serviço piorado. Em São Paulo, a energia foi privatizada no final dos anos 90, e desde então o consumidor arcou com um aumento de 324% na conta de luz. Além disso, segundo dados do Procon, a empresa, Eletropaulo, vem subindo no ranking de reclamações e não responde por 71% delas.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Chico Vigilante



A proposta do atual governador ameaça a nossa segurança, nossa soberania e capacidade de desenvolvimento da cidade. Aqueles que defendem a privatização querem transformar nossos direitos sociais em bens de consumo, em mercadoria para serem vendidas sob as regras do mercado, e promovendo lucros para os empresários e investidores.

Dessa forma, entendo que o Estado não pode abdicar da participação em setores da economia que são de interesse público fundamental, sob o risco de privar a população carente de receber recursos básicos, como a energia elétrica, saneamento básico e transporte público. Os direitos sociais devem receber investimentos públicos para atender adequadamente a população.

Entre os objetivos da Frente Parlamentar em defesa das Empresas Estatais, destacamos:

- 1) Promover amplo debate, com participação dos diversos segmentos da sociedade, visando soluções viáveis para o fortalecimento das empresas estatais;
- 2) Fortalecer, difundir e propor medidas, iniciativas e reivindicações que incentivem a valorização do sistema de serviços público;
- 3) Propor um fórum permanente de debate, estudo, fomento e elaboração de peças legislativas para ações de fortalecimento e implantação de políticas públicas contra a privatização;
- 4) Apoiar políticas públicas de valorização dos serviços públicos.

A Frente é suprapartidária e contará com a ampla participação da sociedade civil, de suas entidades representativas, das centrais sindicais e sindicatos de trabalhadores, bem como das entidades empresariais interessadas.

Para garantir a ampla participação da sociedade civil, a Frente Parlamentar promoverá audiências públicas, seminários, solenidade e consultas públicas, entre outras iniciativas.

Pelo exposto, esperamos contar com o apoio dos demais Deputados para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em _____ junho de 2019.

Setor Protocolo Legislativo
RQ Nº 870 / 2019
Folha Nº 02

Deputado Chico Vigilante Lula da Silva – PT

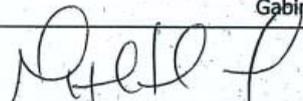
Deputado Arlete Sampaio – PT

Deputado Fábio Félix – PSOL



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado Chico Vigilante

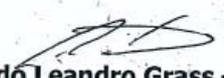

Deputada Agaciel Maia – PR

Deputada Júlia Lucy – NOVO

Deputado Cláudio Abrantes – PDT

Deputado Daniel Donizet - PSDB

Deputado Delmasso – PRB


Deputado Leandro Grass – REDE

Deputado Eduardo Pedrosa – PTC

Deputado Martins Machado – PRB

Deputado Hermeto – MDB

Deputado Valdelino Barcelos - PP

Deputado Iolando Almeida – PSC


Deputado Prof. Reginaldo Veras – PDT

Deputada Jaqueline Silva – PTB

Deputada Telma Rufino – PROS

Setor Protocolo - Legislativo

RQ Nº 870 / 2019

Folha Nº 03

Deputado Rafael Prudente – MDB

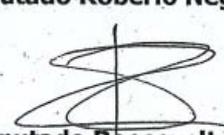
Deputado João Cardoso – AVANTE


Deputado Reginaldo Sardinha –
AVANTE

Deputado Jorge Vianna – PODEMOS

Deputado Robério Negreiros – PSD

Deputado José Gomes – PSB


Deputado Roosevelt Vilela – PSB



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Chico Vigilante



ATA DE CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DAS EMPRESAS ESTATAIS: COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA – CEB, COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB E COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL - METRÔ

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano dois mil e dezenove, às 15 horas, reuniram-se na sala de reuniões do gabinete 09, os senhores deputados distritais que subscrevem esta ata, nos termos da Resolução nº 255, de 2 de fevereiro de 2012, que "Dispõe sobre o registro de Frentes Parlamentares na Câmara Legislativa do Distrito Federal", reuniram-se para fundar e constituir a **FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DAS EMPRESAS ESTATAIS COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA – CEB, COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB E COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL - METRÔ**, com o objetivo de fortalecer, difundir medidas, iniciativas e reivindicações que incentivem a valorização do sistema de serviços públicos, deve haver um comprometimento e um cuidado especial com a valorização das empresas estatais. Pretende-se também uma postura nas ações a serem desenvolvidas, tais como: prioridades nas políticas públicas; a elaboração de proposições legislativas; a ampliação de debates sobre temáticas relativas à matéria; e a participação ativa da discussão, da elaboração e do acompanhamento do orçamento público em favor do serviço público. Definiu-se por consenso que a representação da Frente Parlamentar, será exercida em conjunto com os deputados Chico Vigilante Lula da Silva, Arlete Sampaio e Fábio Félix, membros do loco Democracia e Resistência na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Iniciou-se o processo de eleição, tendo sido eleito o Deputado Chico Vigilante Lula da Silva para Presidente, Deputada Arlete Sampaio para Vice-Presidente e Deputado Fábio Félix para Secretário Geral. O Presidente da Frente Parlamentar e defesa das Empresas Estatais, será responsável perante todos os órgãos Distritais, Federais, Estaduais e a Mesa Diretora desta Casa Legislativa. Não havendo mais nada a ser deliberado, deu-se por encerrada a presente reunião, após lida e aprovada a presente Ata pelos membros do Conselho Executivo e demais deputados que subscrevem a lista de presença.

Setor: Protocolo Legislativo
RA Nº 870 12019
Fólia Nº 04

Deputado Chico Vigilante Lula da Silva – PT

Deputado Fábio Félix – PSOL

Deputada Arlete Sampaio – PT



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Chico Vigilante

Deputado Cláudio Abrantes – PDT

Deputada Júlia Lucy – NOVO

Deputado Delmasso – PRB

Deputado Daniel Donizet – PSDB

Deputado Eduardo Pedrosa – PTC

Deputado Leandro Grass – REDE

Deputado Agaciel Maia – PR

Deputado Martins Machado – PRB

Deputado Hermeto – MDB

Deputado Valdelino Barcelos – PP

Deputado Iolando Almeida – PSC

Deputado Prof. Reginaldo Veras – PDT

Deputada Telma Rufino – PROS

Deputada Jaqueline Silva – PTB

Deputado Rafael Prudente – MDB

Deputado João Cardoso – AVANTE

Setor Protocolo Legislativo
RQ Nº 870 / 2019
Folha Nº 05

**Deputado Reginaldo Sardinha –
AVANTE**

Deputado Jorge Vianna – PODEMOS

Deputado Robério Negreiros – PSD

Deputado José Gomes – PSB

Deputado Roosevelt Vilela – PSB



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Chício Vigilante



**ESTATUTO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DAS EMPRESAS
ESTATAIS: COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA – CEB, COMPANHIA DE
SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB E COMPANHIA
DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL – METRÔ**

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO E DA NATUREZA

Art. 1º A Frente Parlamentar em Defesa das Empresas Estatais: Companhia Energética de Brasília – CEB, Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB e Companhia do Metropolitan do Distrito Federal - Metrô, é uma associação suprapartidária, de natureza não governamental, constituída no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal e integrada por um terço de deputados distritais, nos termos da Resolução nº 255, de 2 de fevereiro de 2012.

Parágrafo Único - A Frente Parlamentar é instituída sem fins lucrativos e com tempo indeterminado de duração, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Setor Protocolo Legislativo

RA Nº 870 / 2019

CAPÍTULO II – DAS FINALIDADES Folha Nº 06 III -

Art. 2º São finalidades da Frente Parlamentar em Defesa das Empresas Estatais Companhia Energética de Brasília – CEB, Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB e Companhia do Metropolitan do Distrito Federal – Metrô:

I – defender a manutenção do controle acionário das empresas estatais citadas e zelar pela manutenção de seus objetivos sociais e econômicos, promovendo o controle social e a transparência de suas atividades;

II - promover o desenvolvimento das ações já implementadas e a criação de outras em prol da manutenção das estatais, especialmente no que tange à defesa dos consumidores dos serviços públicos e ao desenvolvimento econômico do DF;

III - proporcionar um fórum permanente de debate, estudo, fomento e elaboração de peças legislativas para as ações de fortalecimento das empresas públicas;

IV - apoiar políticas públicas na valorização dos serviços públicos como fonte fortalecedora das estatais.

V – Demonstrar através de estudos técnicos que as privatizações das estatais precarizam os serviços públicos trazendo prejuízos aos usuários de tais serviços.

Art. 3º Compete, à Frente Parlamentar em Defesa das Empresas Estatais Companhia Energética de Brasília – CEB, Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB e Companhia do Metropolitan do Distrito Federal - Metrô, realizar visitas técnicas, trabalhos, pesquisas, estudos, conferências, seminários, audiências públicas,



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Chico Vigilante



palestras, debates e outros eventos relacionados à sua temática, bem como tomar providências no sentido de:

I – promover e fortalecer as questões direcionadas à valorização das empresas estatais, por meio do acompanhamento e fiscalização dos programas e das políticas públicas governamentais;

II – acompanhar os assuntos de interesse da Frente Parlamentar no Executivo, Legislativo e Judiciário, visando apoiar politicamente as posições dos interessados;

III – apoiar, proteger, garantir e defender os interesses dos envolvidos no processo de defesa das estatais”, por intermédio de políticas, diretrizes, estratégias, atribuições, atividades, instituições e entidades da administração pública do Distrito Federal, direta ou indireta;

IV – estimular e apoiar o interesse parlamentar por ações envolvendo a defesa das empresas estatais, bem como, promover a integração harmoniosa entre a Câmara Legislativa e todos interessados na sociedade, difundindo a importância do apoio político e a consecução dos objetivos da Frente Parlamentar, capaz de estabelecer ambiente institucional, parlamentar e legislativo favorável aos assuntos abordados e às eventuais propostas surgidas;

V – acompanhar, discutir e sugerir proposições legislativas correlatas à defesa das empresas estatais, envolvendo políticas, diretrizes, estratégias, metodologias e recursos, influenciando no processo legislativo a partir das comissões temáticas na Câmara Legislativa do DF;

VII – promover o intercâmbio com entes assemelhados de parlamentos de outros países visando o aperfeiçoamento contínuo e recíproco do estudo e desenvolvimento dos conceitos, modelos, políticas, diretrizes, estratégias, metodologias e práticas voltadas ao fortalecimento das empresas públicas;

VIII – participar de discussões, plebiscitos, referendo ou iniciativas equivalentes, com o objetivo de assegurar os meios necessários ao fortalecimento das empresas estatais.

Setor Protocolo Legislativo

RQ Nº 870 / 2019

CAPÍTULO III – DOS MEMBROS

Folha Nº 07

Art. 4º Integram a Frente Parlamentar em Defesa das Empresas Estatais Companhia Energética de Brasília – CEB, Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB e Companhia do Metropolitan do Distrito Federal – Metrô:

I – como membros fundadores os Deputados Distritais integrantes da 8ª Legislatura, e que subscrevem o registro da Frente;

II – como membros efetivos os parlamentares que requererem Termo de Adesão em data posterior ao registro da frente;



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Chico Vigilante



III- como colaboradores as pessoas, pesquisadores, especialistas, profissionais, órgãos, entidades, instituições, associações, institutos e assemelhados que se interessarem pelos objetivos da frente.

Parágrafo Único – A Frente poderá conceder títulos honoríficos a parlamentares e a pessoas da sociedade em geral que se destacarem no estudo e na prática de ações sociais, econômicas e culturais, indicados pelos membros efetivos da Frente Parlamentar e aprovados pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO IV – DA ESTRUTURA

Art. 5º A Frente Parlamentar em Defesa das Empresas Estatais Companhia Energética de Brasília – CEB, Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CESB e Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – Metrô, têm a seguinte estrutura:

I – Assembleia Geral, integrada pelos membros fundadores, todos com direitos iguais de palavra, voto e mandato diretivo, desde que eleitos para os diversos cargos;

II – O Conselho Executivo, integrado por:

- a) 1 (um) Presidente;
- b) 2 (dois) Vice-Presidentes;
- c) 1 (um) Secretário-Geral;

Parágrafo Único - O mandato dos membros do Conselho Executivo será de 2 (dois) anos, com direito a 2 (duas) reeleições.

Art. 6º Compete à Assembleia Geral:

I – eleger ou destituir os integrantes do Conselho Executivo e do Conselho Consultivo;

II – aprovar os relatórios apresentados pelo Conselho Executivo;

III – estabelecer as diretrizes políticas da atuação da Frente;

IV – supervisionar a atuação do Conselho Executivo;

V – promover as alterações necessárias a este Estatuto.

Sector Protocolo Legislativo
RQ Nº 870 / 2019
Folha Nº 08

Parágrafo Único - As decisões da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples dos votantes, presente a maioria absoluta dos membros da Frente, em primeira chamada, e por maioria simples dos votantes, presentes dez por cento de seus membros, na hipótese de segunda chamada.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Chico Vigilante



Art. 7º Compete ao Conselho Executivo:

- I – implementar as diretrizes políticas estabelecidas pela Assembleia Geral;
- II – tomar as decisões políticas e administrativas necessárias para que se atinjam os objetivos da Frente;
- III – elaborar relatórios sobre a atuação da Frente;
- IV – convocar a Assembleia Geral.

§ 1º São atribuições do Presidente:

- I – representar a Frente perante às Casas Legislativas;
- II – representar a Frente junto a entidades públicas e privadas;
- III – convocar as reuniões do Conselho Executivo;
- IV – presidir as reuniões do Conselho Executivo e da Assembleia Geral.

§ 2º São atribuições dos Vice-presidentes auxiliar o Presidente e substituí-lo em casos de impedimento ou ausência.

§ 3º São atribuições do Secretário-Geral:

Setor Protocolo Legislativo
RG Nº 870 12019
Folha Nº 09

- I – planejar e coordenar as atividades do Conselho Executivo;
- II – tomar as iniciativas necessárias para que as decisões do Conselho Executivo sejam cumpridas.

§ 4º Os cargos do Conselho Executivo são privativos de Deputados Distritais.

§ 5º O Conselho Executivo, poderá valer-se do apoio de assessores e servidores públicos para desempenhar funções administrativas da Frente, por delegação de competência.

Art. 8º A Frente Parlamentar será dissolvida por decisão da maioria absoluta dos membros da Assembleia Geral.

Art. 9º Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pelo Conselho Executivo.

Art. 10º A Assembleia Geral aprovará normas específicas regulando:

- I – as eleições periódicas para os cargos do Conselho Executivo;



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Chico Vigilante



II – o ingresso de novos filiados;

III – a desfiliação voluntária ou compulsória.

Art. 11º O presente Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação pelos membros da Frente Parlamentar em Defesa das Empresas Estatais Companhia Energética de Brasília – CEB, Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB e Companhia do Metropolitan do Distrito Federal – Metrô, quando se dará a eleição e posse do Conselho Executivo.

Brasília, junho de 2019.

Deputado Chico Vigilante Lula da Silva - PT


Deputada Arlete Sampaio – PT

Deputado Eduardo Pedrosa – PTC


Deputado Fábio Félix – PSOL

Deputado Hermeto – MDB

Deputado Agaciel Maia – PR

Deputado Iolando – PSC

Deputado Cláudio Abrantes – PDT

Deputada Jaqueline Silva – PTB

Deputado Daniel Donizet - PSDB

Deputado João Cardoso – AVANTE

Setor Protocolo Legislativo

Rd Nº 870 / 2019

Folha Nº 10

Deputado Delmasso – PRB

**Deputado Jorge Vianna –
PODEMOS**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Chico Vigilante



Deputado José Gomes - PSB

Deputado Rafael Prudente – MDB

Deputada Júlia Lucy – NOVO

**Deputado Reginaldo Sardinha –
AVANTE**

Deputado Leandro Grass – REDE

**Deputado Robério Negreiros –
PSD**

Deputado Martins Machado – PRB

Deputado Roosevelt Vilela – PSB

**Deputado Prof. Reginaldo Veras –
PDT**

Deputada Telma Rufino – PROS

Deputado Valdelino Barcelos - PP

Setor Protocolo Legislativo

RQ Nº 870 / 2019

Folha Nº 11/11